



# A LENDA DO OURO VERDE

*Política de colonização no Brasil contemporâneo*

# A LENDA DO OURO VERDE

*Política de colonização  
no Brasil contemporâneo*

**Regina Beatriz Guimarães Neto**



RECIFE  
2021

## Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho



### Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

### Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes

Carlos Newton Júnior

Eleta de Carvalho Freire

Margarida de Castro Antunes

Marília de Azambuja Machel

### Editoração

Revisão de texto: João Antônio Neto

Projeto gráfico: Adele Pereira

Imagem da capa: Nick van den Berg, via Unsplash

### Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

---

G963l Guimarães Neto, Regina Beatriz.

A lenda do ouro verde [recurso eletrônico] : política de colonização do Brasil contemporâneo / Regina Beatriz Guimarães Neto. – Recife : Ed. UFPE, 2021.

Originalmente apresentada como dissertação da autora (mestrado – UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1986) sob o mesmo título.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-041-8 (online)

1. Mato Grosso – História. 2. Mato Grosso – Colonização.  
3. Mato Grosso – Condições sociais. 4. Amazônia – História.  
5. Brasil – História. I. Título.

---

981.72

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2021-046)

---

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



## **Série *Ars Historica***

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

**Marília de Azambuja Ribeiro Machel**

Diretora da Série *Ars Historica*

## Obras publicadas

### **O desconforto da governabilidade**

*Rômulo Luiz Xavier do Nascimento*

### **Os Escravos do Santo**

*Robson Pedrosa Costa*

### **Tratos & mofatras**

*George F. Cabral de Souza*

### **Política e sociedade no Brasil oitocentista**

*Cristiano Luís Christillino*

### **Movimentos sociais negros em Pernambuco**

*Ivaldo Marciano de França Lima*

*Isabel Cristina Martins Guillen*

*A Cláudio Fernando, Marcelo  
Guimarães e Sérgio Eduardo*

*A Antônio Montenegro*

## Agradecimentos

A pesquisa histórica que resultou neste livro contou com a orientação e o apoio intelectual de Alcir Lenharo (1946-1996). A sua contribuição foi inestimável; sobretudo ao abordar uma temática não muito comum aos historiadores, soube ser sensível às novas abordagens historiográficas. Mantive interlocuções privilegiadas com professores e professoras do Departamento de História da UFMT, em especial com Oswaldo Machado Filho, Leny Caselli, João Antônio Lucídio e Vitale Joanoni Neto, e, também, do Departamento de Sociologia, como Eudson de Castro Ferreira e João Carlos Barrozo, todas muito significativas para o desenvolvimento das análises realizadas. Depois que me transferi para a UFPE, sou grata também pelas discussões que mantive com colegas da linha de pesquisa na qual atuo, Cultura e Memória.

Meu pai, João Antônio, e a minha mãe, Eva, merecem toda a minha gratidão. Meu pai, grande conhecedor da língua portuguesa, professor de Direito na UFMT, foi imprescindível à correção da primeira edição e ofereceu ricas contribuições.

Muito deve este livro, nas suas duas edições, ao historiador Antônio Torres Montenegro. Para a correção dos originais, sugestões

críticas e estímulo à publicação do livro, sua presença intelectual e afetiva foi decisiva. Inspirou-me a pensar diferente.

Agradeço o estímulo e a dedicação da coordenadora da Pós-Graduação em História, Marília Azambuja, junto à Editora UFPE, que ofereceu o apoio necessário à publicação deste livro em *e-book*.

Nesta nova edição tive o prazer de contar com o acréscimo de um novo prefácio, do historiador Dr. Vitale Joanoni Neto (UFMT), e um posfácio da historiadora Dra. Isabel Guillen (UFPE), que muito valorizaram este livro.

Vivo sempre buscando concedê-lo,  
às minhas ansiedades convulsivas;  
mas insiste em conservar com zelo  
o destino das sombras fugitivas...

Sei que é muito difícil convertê-lo  
à condição vulgar das coisas vivas;  
mas para dominá-lo e merecê-lo,  
Queimei todas as lâmpadas votivas...

Às vezes, longe, como que se apaga,  
e fica apenas uma forma vaga  
de ilusão, mentira e pesadelo...

Às vezes, perto, avaramente, atraco-o...  
E quando cuido em minhas mãos prendê-lo,  
Só acho a inerte obsessão do vácuo!...

João Antônio Neto, "Sonho fugitivo"

Profeta, ou o que quer que seja!  
Ave ou demônio que negrejas!  
Profeta sempre, escuta: ou venhas tu do inferno  
Onde reside o mal eterno,  
Ou simplesmente náufrago escapado  
Venhas do temporal que te há lançado  
Nesta casa onde o Horror, o Horror profundo  
Tem os seus lares triunfais,  
Dize-me: existe acaso um bálsamo no mundo?”  
E o corvo disse: “Nunca mais”.

Edgar Allan Poe, “O corvo”  
(trad. Machado de Assis)

# Sumário

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

***A lenda do ouro verde* 13**

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

**Em busca da terra prometida 18**

**Apresentação à 2ª edição 23**

**Introdução 30**

CAPÍTULO I

**Da experiência da pobreza à invenção do paraíso 43**

A “terra desconhecida” 43

Da experiência da pobreza 44

Alta Floresta: a lenda do ouro verde ou as estórias  
do café sem geada 51

Alta Floresta: da riqueza da terra à “lição de conquista” 67

## CAPÍTULO II

### **Tempos difíceis 77**

A história de dona Rose 77

Os tempos da chegada... 92

## CAPÍTULO III

### **A colonização como missão 109**

O “semeador de cidades” 109

O projeto da conquista 122

“Cumprindo a missão” 127

“Simplesmente colonização” 135

O “descobrimento da terra” 137

O colono ideal 139

## CAPÍTULO IV

### **Colonização, trabalho e disciplina 144**

A mensagem do colonizador 145

“Tempo é dinheiro” 153

“O futuro aqui é do patrão!” 160

A estreiteza da terra 167

A terra inacessível 170

## CAPÍTULO V

### **As armações do progresso e a cidade 182**

“Onde o tempo não conta” 182

“Rola, mundo, rola, mundo... Na extrema velocidade” 196

## **Considerações finais 206**

“Uma tempestade sopra do paraíso” 206

POSFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

**Até quando a história contemporânea do Brasil vai ignorar os trabalhadores rurais e a luta pela terra? Ou sobre a importância de se ler *A lenda do ouro verde* 210**

**Referências 217**

**Anexo 227**

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

## *A lenda do ouro verde*

Vivo sempre buscando concedê-lo,  
às minhas ansiedades convulsivas;  
mas insiste em conservar com zelo  
o destino das sombras fugitivas...

João Antônio Neto, “Sonho Fugitivo”

Permitam-me trilhar os caminhos desta narrativa na primeira pessoa.

Cheguei à Universidade Federal de Mato Grosso em 1997, aprovado em concurso público. Regina Beatriz Guimarães Neto havia tomado parte na banca desse concurso e, pouco tempo depois, recebia-me com outros colegas no Departamento de História. Um ano após esse contato, ela me convidou para compor um grupo de pesquisa em um projeto recém-aprovado pelo CNPq (quem diria que eu sentiria saudades daquele governo que fazia poucos concursos e aprovava alguns projetos). O tema era completamente novo para mim. Investigaríamos as novas cidades surgidas na parte norte de Mato Grosso, fruto dos chamados projetos de colonização. Eu não sabia, mas naquele momento estava começando um trabalho e uma parceria que duram até hoje.

Foi por esses tempos que li a dissertação de mestrado de Regina Beatriz, intitulada *A lenda do ouro verde: a colonização em Alta Floresta/Mato Grosso*. Ainda tenho guardadas as anotações que fiz dessa leitura, e relendo-as agora surpreendo-me com a atualidade do texto. Isso se deve ao modo como a autora soube olhar para o tema, para as questões centrais cuidadosamente construídas de modo a superar o objeto projetando as análises para além do imediato: *O que torna os homens tão grandes e tão poderosos, capazes de enfrentar perigos nunca vistos, saindo de lugares tão distantes para lugares tão distantes? De um lugar para outro, de um país para outro, de um sonho para outro? Aonde não teriam ido, para conseguir uma terra que prometia abundância?*

*A lenda do ouro verde* quer tratar da política de colonização no Brasil contemporâneo, mas, antes, trata de temas mais essenciais, por isso mesmo mais profundos, como a esperança, o sonho, a fé. Há no modo como a autora aborda o tema uma conexão entre o sagrado e a paisagem, no sentido de Fickeler. Como se as dificuldades vividas no longo deslocamento e na chegada a um novo lugar, produzindo, como disse Milton Santos, “um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória”, tivessem contribuído para a sua sacralização.

A obra também aborda as fronteiras como uma temática central e um pano de fundo dos temas tratados. Afirmar que a Amazônia é uma fronteira significa atribuir-lhe essa condição, quer propor uma forma ou caminho para investigar aspectos (neste caso) históricos de sua constituição em determinado lapso temporal. Implica também identificar os conflitos provocados pelos encontros de diferentes temporalidades dadas nesse processo. Modelos universais e genéricos tendem a ser de pouca efetividade nessa análise. Um bom exemplo disso é a crença na presença de certas características inerentes ou naturalmente ali presentes: vazia ou superpovoada, civilizada ou selvagem, “infernai” ou paradisíaca, são adjetivos que com frequência aparecem qualificando a fronteira e os que estão nela, e que têm

por intenção justificar um conjunto de ações externas sobre esse território e seus ocupantes. Esse entendimento singular – que tem, entre seus motivos, o olhar distante, a não vivência do ambiente amazônico, a dificuldade de melhor entender aspectos, por vezes, muito particulares dessa historicidade – levou a generalizações inevitáveis e à consequente perda de aspectos, fundamentais para o entendimento das realidades amazônicas e da sobreposição de múltiplas fronteiras.

A Amazônia brasileira foi adjetivada como vazia, edênica e incivilizada, o que justificou um projeto político nacional, objeto central na obra *A lenda do ouro verde*; um projeto que, enquanto lhe conferia tais características e a tornava atrativa com promessas de terras férteis e fartas, riquezas e oportunidades, pressionava o pequeno produtor que pleiteava terras no Nordeste ou no Sul do Brasil a deslocar-se, como forma de solucionar seu problema. Essa ação promovida pelo Estado forneceu ao grande empresário na fronteira o contingente de mão de obra do qual necessitava para os empreendimentos que se desenvolveram ali.

A instalação de grandes projetos de colonização e agropecuários teve a função de impedir que esses pequenos produtores se estabelecessem nessas áreas de forma independente ou autônoma, controlando seu acesso à terra, o que, quando e como produzir, e para quem vender. Não houve preocupação com a preservação da floresta; pelo contrário, a retirada de suas riquezas foi estimulada, mesmo que por vezes de modo velado. Esse conjunto complexo de engrenagens políticas tornou o migrante responsável por sua migração e, conseqüentemente, por seus sucessos e fracassos; conferiu *status* de livres ou desocupadas às terras que abrigaram por séculos grupos indígenas, comunidades quilombolas; sobre pôs projetos diferentes de uso e ocupação do espaço (povos indígenas, garimpeiros, agricultores, pecuaristas, posseiros); instaurou diferentes tipos de cidadania para esses atores, o que permitiu desconsiderar alguns

como cidadãos de pleno direito. E permitiu, no extremo, o uso do trabalho escravo.

Há um aspecto na pesquisa que levou à produção de *A lenda do ouro verde* que precisa ser destacado, relacionado à sua temporalidade. A dissertação foi defendida em 1986. Para que se entenda o meu argumento, gostaria antes de apresentar muito rapidamente algumas observações. O Projeto Alta Floresta foi iniciado pela empresa Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO) em 1976. Em 1979 o núcleo urbano tornou-se município, emancipado de Aripuanã, que até 1974 era o único município de Mato Grosso sem acesso terrestre. Digo isso para que os leitores venham a entender, mesmo que por esses pequenos indícios, as precariedades dessas novas cidades e as dificuldades enfrentadas por seus primeiros habitantes. Regina Beatriz mostrou-se uma pesquisadora com a sensibilidade necessária para perceber essa face dos propagandeados internacionalmente pelos governos militares “projetos de colonização”. Tais empreendimentos imobiliários eram “vendidos” para a sociedade brasileira como a “maior reforma agrária do mundo”. A autora percorreu bem mais que os cerca de 800 km que separavam a capital Cuiabá da cidade de Alta Floresta. Ela rompeu as distâncias que separavam as visões macroeconômicas da vida cotidiana dos colonos, ouviu as mulheres, trouxe para o primeiro plano um conjunto de fragmentos de “histórias de vida” e, com isso, deu um rosto para os atingidos pelas tramas do Capital, que já eram, naquele momento, apontados em outras obras, mas de um modo em que esse olhar não se nos apresentava. *A lenda do ouro verde* não nasceu como uma dissertação que analisou as políticas de colonização na Amazônia. Antes nasceu como pesquisa de campo, nasceu de viagens por estradas precárias, do convívio e da sensibilidade para ler nos não ditos, nos silêncios das falas, no suspiro profundo da mulher quando diz “nós já sofreu bastante aqui”. Foi isso que deu a esta obra a longevidade apontada logo no início deste texto. Sem

negar as abordagens conceituais e gerais que ela nos apresentou para as pessoas e suas histórias.

Penso que essas duas características devem estar bem destacadas aqui. Essa pesquisa foi desenvolvida nos momentos iniciais desse avanço sobre a Amazônia meridional pelo governo militar. Foi preciso *feeling* por parte da pesquisadora para entender a riqueza e o potencial daquele momento, além, é claro, da capacidade para transformar o imediato em leitura e análise inseridas em uma historicidade. Outro ponto importante foi a opção por visitar os locais e conhecer pessoalmente o projeto da empresa, e, fazendo isso, ter a sensibilidade para ouvir pessoas simples, trabalhadores e trabalhadoras rurais, e trazê-las para o texto. Essas opções deram enorme qualidade ao resultado da dissertação, depois transformada, com justiça, em livro.

Manoel de Barros nos diz que os arqueólogos eram homens que “faziam o serviço de escovar osso por amor. Eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão”. Penso que podemos dizer algo semelhante de Regina Beatriz. Em seu trabalho de encontrar vestígios, ela escolheu escovar palavras, por saber, tal como Manoel de Barros, que “as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas”. Em *A lenda do ouro verde*, elas nos estão dadas para o nosso proveito.

Boa leitura a todos e todas.

**Vitale Joaroni Neto<sup>1</sup>**

Cuiabá, 2020.

---

1 Vitale Joaroni Neto é professor titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

## Em busca da terra prometida

Os historiadores são profissionais habituados, por dever de ofício, a lidar com as várias dimensões do tempo. Conhecem seus diversos ritmos; sabem que o tempo cronológico está longe de esgotar a temporalidade histórica; interessam-se por suas distintas representações; são capazes de identificar seus muitos significados; estudam a longa e a curta duração; descobrem a riqueza do cotidiano e esquadrinham os matizes do milênio. A História, na feliz expressão de José Honório Rodrigues, é *corpo do tempo*, e o historiador está acostumado às surpresas e segredos dessa anatomia.

O trabalho de Regina Beatriz Guimarães Neto, originariamente uma dissertação de mestrado defendida em 1986 e que agora se transforma em livro, rompe, no entanto, com algumas de nossas certezas consolidadas e com os protocolos habituais dos seus leitores-historiadores. Para eles, como para os muitos leitores que, a partir de distintos interesses, se aventurem pelas páginas que se seguem, não faltarão surpresas.

A primeira delas é a coragem intelectual de enfrentar, no tempo tenso de um mestrado, um tema difícil – as frentes de colonização na Amazônia – e uma temporalidade que é a nossa, a de um

passado tão próximo que ainda é presente, sem perder de vista o rigor profissional e as exigências da tessitura de um texto sólido, mas de leitura fácil para um público leitor mais amplo que o estritamente acadêmico.

A segunda surpresa é a capacidade de apresentar, no entrecruzamento sagaz do tempo da esperança teimosa dos que buscaram uma vida melhor em Alta Floresta com a recorrência da lógica da exclusão que preside entre nós a história do campo e da cidade, um painel em que a narrativa dos informantes é respeitada e dá rosto e concretude a homens e mulheres cujos nomes reais são, por prudência, muitas vezes omitidos. Mas essas vozes não dispensam nem substituem uma outra narrativa, aquela que explicita o gesto autoral de Regina, que, com a sensibilidade e a inteligência que são suas marcas de identidade pessoal e profissional, conduz o leitor através dos cinco capítulos do livro pelos meandros das muitas histórias contadas e das *outras histórias* que a autora acredita que o historiador pode construir.

Mais uma surpresa: *A lenda do ouro verde*, por um lado, parece ecoar a preocupação de uma linhagem de historiadores brasileiros que pesquisa, ensina e escreve sem dar as costas ao povo. É uma linhagem que descende de Capistrano de Abreu, o fundador entre nós de uma história-ciência, mas que não abre mão de ser também estilo e arte. É de Capistrano a afirmação, dura e definitiva, que reconhece ser o povo brasileiro *sangrado e re-sangrado, capado e re-capado*. Por outro lado, o livro de Regina se situa nos antípodas de uma história populista, de uma visão romântica dos *errantes do novo século*, de um maniqueísmo fácil e sempre enganoso. O tempo do mito da terra prometida revivido em Alta Floresta é, como o de todos os mitos, um tempo de ocultações e de revelações, como nos ensinou Raoul Girardet.

Pela via do diálogo teórico empreendido, pela via da rica base empírica utilizada, pela via do método de trabalho e no entrecruzamento

dessas três vias sempre percorridas pelo trabalho acadêmico, não faltarão surpresas aos que aceitarem o convite de Regina para uma visita a Alta Floresta.

Para mim, no entanto, a surpresa maior foi de ordem estritamente pessoal. Ao aceitar o convite para escrever esta apresentação, não esperava encontrar uma coincidência surpreendente: em 1981, quando, por oito semanas, Regina recolheu em campo os depoimentos que são a base documental de sua pesquisa, eu não a conhecia ainda. Tinha regressado havia pouco de um longo período no exterior, e, com o título de doutora recém-estreado, resolvi buscar em outra ponta da Amazônia o solo que precisava para alicerçar a História que recomeçara a ensinar na Universidade.

Também por oito semanas, no mesmo ano de 1981, estive numa dessas frentes de colonização, um povoado que não aparece em nenhum mapa, e que outros buscadores de Terras Prometidas batizaram, significativamente, com o nome de Palestina. Essa Palestina cabocla fica nos confins do município de São João do Araguaia, nas margens da Transamazônica – uma estrada que liga coisa alguma a lugar nenhum e rasga, como uma cicatriz, o coração da floresta –, distante de Marabá 62 quilômetros cuja travessia me custou, certa vez, intermináveis 10 horas de atoleiros e sustos. Como a outra Palestina, é terra de conflito e de dor.

Não fui fazer pesquisa. Fui para re-aprender o que era o Brasil naquela Terra Prometida que saiu pela culatra, onde a memória da guerrilha era ainda uma ferida aberta, a malária inexistente nas estatísticas oficiais era e é endêmica, e a proximidade com Serra Pelada esvaziava povoados inteiros de seus homens que, cansados da terra ingrata para o cultivo, iam enterrar suas vidas na lama em busca do ouro, que, mesmo quando encontrado, nunca ficava em suas mãos.

Ali ouvi histórias muito parecidas àquelas analisadas neste livro. Vi muitos projetos mirabolantes de colonização traçados por

burocratas que nunca saíram de seus escritórios refrigerados em cidades distantes. Conheci mulheres e homens que, ao contarem sua saga, repetiam muitas vezes, como um refrão, a mesma frase que D. Maria, mulher do Sr. Dito, disse a Regina em Alta Floresta, naquele mesmo fevereiro de 1981: *nós sofreu tanto que num dá pra contar... nós já sofreu bastante aqui.*

Foi uma dessas mulheres, Donata, uma sobrevivente de muitas secas em muitos sertões do Nordeste e que ancorou sua esperança numa pequena plantação de arroz à beira do quilômetro 70 da Transamazônica, que me fez a pergunta mais difícil que já enfrentei. Numa noite estrelada, sentadas as duas naqueles banquinhos de quatro pés de madeira e tampo de couro que, com as redes, compõem o único mobiliário das casinhas de pau a pique, tetos e janelas de trançado de buriti, depois de muita conversa ficamos em silêncio. E ela, com uma voz mansa e forte como o Araguaia, fez a pergunta para a qual eu não soube encontrar resposta: *Eu nunca vi o mar. Me explique como é o mar, que eu não posso morrer sem saber isso...*

Ao lembrar aquele fevereiro que vivi em 1981, vejo, agora, que a experiência análoga e simultânea vivida por Regina em Alta Floresta a fez, como a Donata, formular perguntas cujas respostas dificilmente cabem em palavras. Isso não nos impede, no entanto, de formulá-las. E é mérito seu – e de seu orientador, o professor Alcir Lenharo, que muito melhor do que eu faria esta apresentação se a morte precoce não o tivesse levado para o tempo-sem-tempo da memória – o de garimpar o *ouro verde* dessas questões que desafiam nossas respostas fáceis e nossas explicações, sempre tão limitadas. Porque o tempo da História, menos que um tempo de respostas, é aquele que se abre sempre a novas perguntas.

Sem dúvida este trabalho é situado e datado, como aliás toda História que escrevemos. O que o faz atual, o que torna oportuna sua publicação, o que justifica que Regina, hoje doutora e até janeiro de 2002 coordenadora do Programa de Pós-Graduação da

Universidade Federal de Mato Grosso, desenvolva agora um projeto de pesquisa que, por outros caminhos e com novas hipóteses, continua a estudar as frentes de colonização na Amazônia é que ela, como Donata, sabe olhar um céu estrelado e perguntar *como é o mar* da esperança do povo, mesmo sem ignorar que essa é uma pergunta sem resposta possível.

Essa é a pergunta que se faz a autora, e essa é a pergunta que, ao ritmo do tempo da leitura, se multiplicará em cada um de seus leitores. Porque a Terra Prometida dos sonhos dos que, entre nós, são os migrantes de todos os tempos não é um espaço fisicamente alcançável, mas é uma História ainda por construir. E porque todos nós, como Donata, *não podemos morrer sem saber isso...*

**Margarida de Souza Neves<sup>1</sup>**

Natal, RN – 02-02-2002.

---

1 Margarida de Souza Neves é doutora em História, professora do Departamento de História da PUC-Rio e pesquisadora do CNPq.

## Apresentação à 2ª edição

Este livro foi escrito no ano de 2002. A primeira escrita se deu na elaboração da minha dissertação de mestrado, defendida em 1986, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Entre a elaboração da dissertação e a publicação do livro, muita coisa ocorreu. Encaminhamos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, onde eu atuava como professora do quadro ativo, um grande projeto de pesquisa – Movimentos populacionais, culturas e cidades, MT –, aprovado e financiado pelo CNPq em 1998. Esse projeto contou com a participação de alguns professores da pós-graduação, em especial o professor Dr. Vitale Joanoni Neto, que dividia comigo a coordenação do projeto e acompanhou o seu desenvolvimento e as “pesquisas de campo” em todos os seus passos. Além disso, vários estudantes do mestrado focalizaram a história recente de Mato Grosso em suas dissertações; alguns deles, nossos orientandos e orientandas. As experiências, as histórias e a documentação reunida, com as novas pesquisas, mudaram minha forma de olhar e abordar a história recente de Mato Grosso, sobretudo as novas cidades que surgiram do fenômeno denominado, pelos programas e planos de governo, como “colonização”. Um

fenômeno novo, ainda que utilizando velhas designações, apropriava-se do mito do desbravamento bandeirante para legitimar as ações empresariais. Desse modo, quando o livro foi publicado em 2002, em sua primeira edição, o texto original foi revisado em profundidade, incorporou e agregou outras informações e documentos, além de provocar novas abordagens historiográficas.

Nessa trilha, foi absolutamente necessário analisar, no âmbito das novas propostas governamentais para o desenvolvimento da Amazônia – em plena ditadura militar (1964-1985) –, as designações revestidas de heroísmo e os discursos políticos que anunciavam o progresso. Artifícios discursivos mobilizados para apresentar – ressignificando conceitos do passado – os fenômenos contemporâneos. Assim, considere impescindível analisar o conceito de “colonização” em sua positividade; um termo que não era e não é neutro e tinha uma abrangência muito maior que aquela circunscrita à proposta dos “projetos de colonização”. O novo conceito denotava a força das políticas governamentais *que passavam a exercer o controle* da distribuição, do acesso e da posse efetiva da terra nas mais variadas experiências de “colonização”, compreendida na atual ocupação empresarial da Amazônia. Tornava-se um importante dispositivo de poder que, pelos mais diversos discursos e práticas, enfatizava que apenas o empresariado poderia desenvolver economicamente a Amazônia e transformá-la em um mundo produtivo, humano e civilizado, em contraposição ao ambiente natural, visto como selvagem. Estratégia que garantiria, segundo o modelo de desenvolvimento imposto pelos governos militares, em aliança com o empresariado, incorporar grandes extensões de terra, incluindo terras indígenas, a um promissor mercado imobiliário. Porém, esse processo tem dimensões de amplo espectro e dá lugar a planos e projetos que visavam à mineração, à exploração agropecuária, ao extrativismo madeireiro, entre outras atividades econômicas. Essa dinâmica empresarial, dentro do marco político da ditadura militar – repleta de

ações ilegais –, aparecia associada recorrentemente ao discurso do progresso e da “terra de trabalho”.

E como o governo Médici propunha efetivar a “política de colonização” em 1970? Em primeiro lugar, é necessário levar em conta que a proposta estava compreendida no Programa de Integração Nacional (PIN – instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, ampliado em 1971), como parte do plano de ocupação econômica da Amazônia, que previa também a construção de grandes rodovias federais, como a Transamazônica e a BR-163 (a Cuiabá-Santarém), a implantação de projetos de irrigação no Nordeste e outras obras de infraestrutura. Enquanto o PIN adquiria visibilidade em discursos e propagandas ufanistas, a prática governamental primava em convencer o empresariado a investir na Amazônia, estimulando-o com vultosos incentivos fiscais e outros benefícios financeiros, acionando principalmente a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Era dado o passo para que o governo militar com apoio empresarial apresentasse ao país o que considerava “o seu projeto” de reforma agrária, que, de fato, despolitizava a questão fundiária no Brasil. Nesse cenário, logo depois é criado o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), em 9 de julho de 1970, reestruturado com a fusão entre o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Ao INCRA caberia coordenar o “projeto de reforma agrária”. Desenhava-se o objetivo governamental de ampliar a parceria com os segmentos empresariais que apoiavam o regime militar e, ao mesmo tempo, intervir nos conflitos agrários. Nessa linha de reflexão, o poder panóptico do Conselho de Segurança Nacional, que atuava com os dispositivos de vigilância, em especial o SNI, colocava na ordem do dia a militarização da questão agrária.



Esta edição de 2021 implica outra revisão do livro *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*, realizada sob o impacto dos desmatamentos atuais na Amazônia, numa intensidade que marca os últimos três anos com os piores índices de destruição da floresta. Mas não para aí. As áreas de preservação ambiental, as reservas extrativistas são especialmente visadas pelas mineradoras e pelos latifundiários (muitos deles do agronegócio); assim como as comunidades quilombolas e os territórios indígenas sofrem espoliações e ataques criminosos. Os direitos dos povos indígenas são questionados a todo o momento, seja nas próprias instituições – em especial no Congresso Nacional –, seja por diferentes segmentos sociais.

Com efeito, a devastação ambiental está relacionada ao *modus operandi* do capital na Amazônia, que, além do quadro político de ataque aos direitos dos povos, provoca tensas relações sociais com o mundo do trabalho. A precarização contínua do trabalho é visível no emprego da mão de obra – o uso de miseráveis – nos desmatamentos florestais, nas queimadas, na produção do carvão vegetal e nos garimpos ilegais, entre outros espaços de devastação da terra, das águas e das florestas (com todos os seres vivos que as compõem). Assim, na ocupação recente da Amazônia, o problema ambiental é inseparável da maximização da precariedade e vulnerabilidade das populações, conforme os conceitos políticos de Butler (2018). As mudanças climáticas, decorrentes dos usos da terra e da destruição florestal, pioram as condições de moradia e alimentação das populações que sobrevivem do trabalho com a terra, com o uso da água e com o extrativismo.

Entretanto, ao nos transportarmos no tempo para meados da década de 1970 – temporalidade privilegiada para o tema deste livro –, podemos unir duas pontas do tempo: o passado recente e o presente do “agora” (inspirando-me nas reflexões do filósofo Walter Benjamin, nas “Teses da História”). Nessa perspectiva, não me interessa abordar o passado como um acúmulo de acontecimentos, datas e

eventos heroicos. Essa é uma memória dos vencedores, usurpadora, construída com o sofrimento dos saqueados. É preciso saber interrogar o passado, os passados, não esquecendo que o tempo que os conhece é o “nosso tempo” com suas calamidades, catástrofes e expectativas libertadoras.

Neste presente do “agora”, “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz” (Benjamin, Tese 5). Assim é que visualizamos paisagens com grandes clareiras na floresta, troncos de árvore caídos à beira das estradas/rodovias federais. Imagens que podem ser retratadas nas rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e em várias outras rodovias e estradas. Em Rondônia e na parte norte do estado de Mato Grosso visualizam-se inúmeros projetos de colonização (privados e oficiais/INCRA), com sugestivos desenhos de octaedro, que remetem à organização do trabalho (Juína, MT), ou com a figura de um sino, usada pela colonizadora Vila Rica, para simbolizar riqueza. Mas também se visualiza o estabelecimento de fazendas agropecuárias, com grandes extensões de terra; e no sul e sudeste do Pará e no nordeste de Mato Grosso o gado é introduzido, cada vez mais, nas fazendas que abrigam a pecuária extensiva. Além disso, as áreas de garimpo apareciam num piscar de olhos, dispersas em vários pontos da Amazônia.

Neste livro, o eixo norteador das reflexões apresentadas é o estudo micro-histórico de uma área de colonização denominada “Alta Floresta”, da colonizadora INDECO, do empresário Ariosto da Riva, localizada no extremo norte de Mato Grosso, já nas divisas com os estados do Pará e do Amazonas. A colonizadora INDECO incentivava a ocupação dirigida de colonos – como foram nomeados os pequenos proprietários e produtores do Sul do Brasil, particularmente do Paraná –, assim como também estimulou parceiros, meeiros e outros trabalhadores rurais.

As análises que constam no livro acerca da “colonização” abordam tanto as práticas empresariais quanto as práticas de trabalho

dos colonos, assim como de outros trabalhadores rurais que não possuem nenhum bem econômico, apenas a sua força de trabalho, e que se instalam na área da colonizadora prestando os mais diversos serviços. O propósito da pesquisa narrada neste livro é, por um lado, compreender como as colonizadoras atuavam, suas práticas econômicas e de controle sobre o território da empresa e dos trabalhadores rurais. Práticas que, mais tarde, vão resultar na emergência das áreas de produção do agronegócio e dos investimentos na pecuária extensiva, bem como no controle das áreas de exploração mineradora. Por outro lado, também apresento os colonos, e seus relatos são analisados. A resistência narrada em seu linguajar habitual aponta as estratégias de sobrevivência construídas no dia a dia. A leitura que realizamos do mundo amazônico nos dá a dimensão da exploração do trabalho e da expropriação da terra: “O futuro aqui é do patrão!”

Os fios históricos, enredados às tramas políticas e à força do capital na propriedade da terra, tecidos pelas histórias apresentadas pelo colonizador e pelos colonos, possibilitam interrogar o presente a partir do passado, e vice-versa. A análise dessa experiência social reflete a lógica da produção capitalista que se constitui um padrão de ocupação, exploração da terra e do trabalhador rural na Amazônia, desde o golpe militar e empresarial em 1964. Configuração que projeta o estado da violência e dos conflitos sociais entre trabalhadores e proprietários de terra.

Esses apontamentos históricos são indícios dos “modelos de desenvolvimento”, “projetos políticos”, “representações de propostas nacionalistas”, discursos do “progresso da nação brasileira sob o impulso de certos segmentos empresariais” que não só acentuam as conexões entre o que ocorria na Amazônia e o que ocorreu, mesmo em outros territórios do Brasil, num passado recente –, mas nos fazem indagar sobre os modelos de desenvolvimento que resultam nos problemas político-econômicos e culturais dos dias de hoje.

Para José de Souza Martins, “A questão agrária, entre nós, desdobrou-se numa visão de mundo, num tipo de mentalidade, presente e dominante até mesmo no querer cotidiano de quem se imagina imune a ela ou com ela descomprometido” (*A política do Brasil: lúmpen e místico*, 2011, p. 18).

Talvez a perspectiva da “terra prometida” ainda esteja a mover trabalhadores rurais numa ininterrupta marcha pelos caminhos amazônicos. O tempo mítico não é localizável cronologicamente, e o passado rememorado adentra o presente como memória do sofrimento de outro tempo, que interrompe o *continuum* histórico, marcado pela concepção de progresso.

**Regina Beatriz Guimarães Neto**

## Introdução

No movimento acelerado da história do tempo presente, milhares de homens e mulheres no Brasil, nomeados como “migrantes”, ao se deslocarem pelo território nacional, redesenham com novos traços os itinerários que, nas últimas décadas do século xx, passam a indicar novos caminhos: “do Sul para o Norte”. Direção privilegiada como solução para os problemas que veem como insolúveis na terra em que vivem, embalados pelos discursos governamentais, pelas propagandas das empresas de colonização – fabricação do simulacro – divulgados a todo momento na imprensa como a Amazônia do futuro. O mito da terra prometida se articula, desse modo, a diversos relatos como fatos, dados e acontecimentos que transmitem um “real”. A Amazônia na sua aparição como a *terra fantástica*<sup>1</sup> se

---

1 Segundo a divisão regional do País, a Amazônia compreende a Região Norte – estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins e parte da Região Centro-Oeste – Mato Grosso. A outra concepção que define o território amazônico, como Amazônia Legal (criada pelo Plano de Valorização da Amazônia – 1953), inclui o oeste do Maranhão. Ao fazer referência ao *território amazônico*, as análises desenvolvidas neste livro têm em vista a representação de território na perspectiva das práticas sociais e sua dimensão cultural. Ver SANTOS, Milton, especialmente: *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e*

constitui numa verdadeira epifania, mensageira de uma terra imaginária de bem-aventurança e trabalho.

A experiência na Amazônia nas últimas três décadas do século xx retrata grupos sociais desterritorializados, em condições de grande pobreza, e atualiza as diversas formas de colonização, na transversal da história do Brasil. São trabalhadores pobres – sem reconhecimento social como sujeitos de direitos – homens e mulheres que vivem em condições de vida precárias, mas que insistentemente abrem novos caminhos e exploram outras formas de viver em espaços para eles desconhecidos. São alvo das notícias de abertura de várias “frentes de trabalho” para construções de estradas e cercamentos de propriedades, derrubadas de floresta, mas, sobretudo, pelas diversas informações e propagandas de projetos de núcleos de colonização privados e “oficiais” (instituições de governo). Estes núcleos, além de receberem agricultores que detém um pequeno capital para a compra de terra, ainda atraem muitos outros trabalhadores, empregados do campo ou da cidade, desprovidos de quaisquer bens econômicos, a não ser sua própria força de trabalho. É importante que se destaque também as demandas das pequenas e grandes madeireiras, em torno de um mercado de mão de obra assalariada, usufruindo da estrutura dos núcleos de colonização, numa proporção não antes vista. Essa história deve ser analisada sob a perspectiva das ações efetivas de um amplo mercado de venda de terras, representado pelas iniciativas empresariais, que fundam núcleos de colonização, criados sobretudo

---

*emoção*. Hucitec, São Paulo, 1996; *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001. Desde já, é preciso chamar a atenção para a necessidade de uma análise crítica dos esquemas interpretativos que têm como objetivo explicar e identificar a Amazônia como região (classificações arbitrárias que instituem identidades étnicas e regionais). Nessa perspectiva, consultar o texto do antropólogo ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Antropologia dos archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008; e, também, SANTOS (1996; 2001).

para viabilizar uma política de ocupação de grandes áreas da região amazônica.

Nesse mesmo período, é fundamental ressaltar, muitos trabalhadores também se dirigem para as áreas de mineração que começam a operar não muito distantes dos núcleos de colonização, em pontos controlados pelas grandes e pequenas empresas. Isto, sem nos esquecer do papel das agropecuárias, comandadas em grande parte por multinacionais, que já vinham estabelecendo-se neste espaço, especialmente após meados do século xx, quando intensificaram seu poder de ação. E no âmbito dessa experiência histórica que se deve procurar estudar os projetos de colonização. Representam iniciativas e estratégias de controle ao acesso a terra e ao mercado de mão de obra. Tal domínio econômico e político, compreendendo o território amazônico, estrutura-se a partir de uma perspectiva social fundada no amplo desrespeito e desconhecimento dos princípios de cidadania e dos direitos dos povos indígenas; práticas de violência explícitas e implícitas que aprofundam e reafirmam a segregação e a divisão sociais. Atitudes e ações sociais que aparecem naturalizadas e ressignificadas como “etapas normais do processo de construção do novo”. A marca dessa experiência da reinvenção da colonização é a produção do simulacro. Ele se constitui em poderoso instrumento político de controle da terra e de trabalho de homens e mulheres que, em contrapartida, agem de múltiplas maneiras não autorizadas.

Reflexões perturbadoras dessa experiência histórica nos fazem indagar: o que torna homens e mulheres comuns capazes de enfrentar perigos nunca vistos, saindo de “lugares tão distantes para lugares tão distantes”? Atravessem uma densa floresta e sofram golpes de morte? De um lugar a outro, de um país a outro, de um sonho? Aonde não iriam para atingir uma terra que prometia a salvação?

Muitos vivem como “errantes” sempre à procura de alguma coisa, não desistindo nunca, acreditando no desconhecido,

recomeçando histórias, (re)vivendo aberturas de novas terras<sup>2</sup>. É como se tratasse de “algo indefinido que impõe ao espírito e ao coração a convicção” (para usar algumas palavras de Joseph Conrad), da intenção que move forças até então desconhecidas do corpo e da vida e os joga para novos lugares em busca de um sonho ou de uma terra bem aventurada.

Foi a partir do sentimento de indignação em face da permanência e reprodução de práticas de exploração e cerceamento de direitos, renomeados e ressignificados, que iniciei a pesquisa, resultando neste livro. As razões que levaram os agricultores do Sul a se tornarem os colonos do Norte não se encontram apenas em explicações que privilegiam as análises do movimento de exploração do trabalho, da expropriação da terra e da proletarização dos trabalhadores do campo associadas à expansão da agroindústria.

Uma das preocupações centrais da pesquisa nasceu de uma interrogação sobre a história dos colonos pobres, do sentido que para eles tem a procura por uma “nova terra”. Diversas leituras se cruzam e nos permitem pensar com uma maior abrangência, considerando os lugares de onde são emitidas as diferentes falas. No âmbito desta questão, as reflexões desenvolvidas ao longo do livro dialogam constantemente com a projeção mítica da terra da riqueza, representada pela lenda do ouro verde (o café), pelas novas cidades e um novo tempo de progresso.

Nesse cenário apreendido, qualquer um de nós poderia ser preso ou roubado pelo tempo da dor, da alegria, da esperança; do sentimento de revolta do colono, da mulher, da criança. E sobretudo da sua resistência. Difícil foi, e continua sendo, passar para a linguagem escrita o significado da experiência de todas as coisas vistas e sentidas. É como se as palavras não fossem feitas para representar as

---

2 Cf. GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

tragédias anunciadas. Mas o artifício da linguagem guarda inúmeras surpresas, mesmo quando remete ao desafio de escrever sobre o aviltamento humano. Nesse sentido, este livro narra histórias de colonos, dos primeiros que chegaram ao núcleo de colonização de Alta Floresta, município que se localiza no extremo norte de Mato Grosso, já nos limites com o Pará. Refletir-se-á sobre uma “história da colonização”, após a década de 1970, voltada para o controle político do território amazônico. Uma história que nos faz pensar em termos do presente, procurando indagar sobre as práticas políticas do Estado e das empresas privadas, diante da extrema mobilização de trabalhadores.

Uma das etapas dessa pesquisa foi realizada através de entrevistas com colonos que tinham em comum a “experiência dos primeiros tempos da colonização”. Uma interrogação colocou-se de forma quase imediata: quem eram esses primeiros colonos? Por que se sujeitaram a abrir clareiras na floresta amazônica, com medo da morte, sem recursos, sem remédios, vendo muitas vezes seus filhos quase a morrer atacados pelos insetos? Certamente os primeiros eram os mais pobres, mas isto explica muito pouco. O que mais fortemente marcava essa identificação – “primeiros colonos” ou os que participaram dos primeiros tempos –, era a vivência dos difíceis tempos iniciais. Por outro lado, conforma-se uma memória das perdas econômicas e culturais que a mudança do deslocamento acarretava. Vivência indissociável da situação política do país, dominado pelo regime da ditadura militar, em que predominava o não reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais, através de uma inseparável aliança entre o Estado e as empresas privadas. É nesse contexto social e político, de acordo com as suas especificidades, que ganha projeção a construção imaginária de uma *terra prometida*, infinitamente almejada pelos pequenos produtores do campo. O desejo e a força da saída se contrapunham à experiência da alegria envelhecida e da agonia sempre renovada. Precisavam resistir e viver.

Diante desse mundo de múltiplas significações, produzidas através de uma experiência de vida de permanentes desafios e quase impossível de ser perscrutada, o método de abordagem aos colonos para entrevistas estava em sintonia com a emoção, atendendo as solicitações da sensibilidade, o cuidado e o respeito com as histórias do “outro”. Toda essa prática possibilitou leituras que se projetavam em gestos, sinais e linguagens nem sempre audíveis.

No momento em que realizava a pesquisa de campo, na área de colonização – oito semanas divididas em duas etapas, durante os meses de fevereiro e julho de 1981 – considerei que não havia como utilizar regras pré-estabelecidas para fazer as entrevistas. Avaliei que o procedimento mais adequado para uma melhor compreensão daquele universo investigado era o de escutar, deixando que os relatos corressem livres e espontâneos, de tal modo que tudo adquirisse significado. Nesse ponto, prevaleceu um cuidado do pesquisador com as lembranças de mulheres e homens, muitos ainda jovens e outros, já velhos, preocupando-se com a *arte* de narrar e colher histórias, respeitando o fluxo da voz daqueles que as relatavam. E, ainda, muitas vezes, o que mais me ajudou a compreender os colonos foi o seu olhar, entre a esperança e a desolação; outras vezes, um sorriso e o silêncio diziam mais: a maioria das conversas resultou de encontros na própria roça, à beira dos pés de café.

Certa ocasião, algo chamou muito a minha atenção: um dos colonos, durante uma entrevista, relatava-me sua decepção com a terra prometida, pela colonizadora. Com maneiras simples, gesticulava bastante e falava muito alto, com raiva, com revolta. Antes de concluir sua história, aproximaram-se de surpresa algumas pessoas em visita ao seu sítio, imediatamente, o colono foi abrandando sua ira e mudando o tom de sua voz e, sem titubear, começou a fazer elogios à escola, que era muito boa, que existia futuro para os filhos, e a terra até que dava para as lavouras... Essa experiência mostrou como existia um clima de vigilância no lugar, um código disciplinar

que regulava amplamente a vida dos colonos. E ameaçava o registro de suas histórias. Em face de experiências como esta, conclui que seria um enorme risco para os colonos ter seus verdadeiros nomes no corpo do trabalho. Apenas quando constatava que de fato o relato gravado não implicaria em nenhum tipo de problema com a colonizadora, e em comum acordo com o colono, mantinha então seu verdadeiro nome.

Uma outra dimensão que a prática de ouvir histórias de memória oral dos colonos me remeteu, foi a dificuldade que alguns colonos já revelavam em reconhecer sua própria história, em nomear coisas materiais em suas vivências culturais, em identificar as lembranças. As palavras que instituíam e davam significado ao mundo presente atropelavam as palavras que tinham significação na experiência passada. As *novas palavras* passavam, dessa forma, a dificultar o trabalho da memória, desordenando referências sociais. Ao fazer a apresentação do livro de Ecléa Bosi, Marilena Chauí chama a atenção para esta questão, ao afirmar que “...as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra ‘história’, por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade”<sup>3</sup>.

Muitas vezes, a outra história – a do colonizador – aparecia e roubava a história dos colonos. O progresso da cidade que a colonizadora fundara pairava como uma sombra ameaçadora sobre a dor, as perdas, os sacrifícios, enfim, o custo social, daqueles projetos. Mas, – poder-se-ia indagar – o que as práticas de vigilância e controle procuram apagar da história dos colonos? A memória do trabalho. Institui-se o tempo da chegada como homogêneo, e dessa maneira funda-se um tempo comum, sem diferenças em que todos se reconhecem vivendo uma mesma realidade, uma mesma identidade,

---

3 CHAUI, Marilena. “Os trabalhos da memória”, p. XIX. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. SP, T. A. Queiroz Editor, 1983.

a construção do novo lugar. Torna-se fundamental à colonizadora silenciar a memória do trabalho que repõe a diferença – a exploração – expressão viva da degradação social, para todos os que se deslocaram em busca da terra prometida. A dificuldade dos colonos em relembrar a memória dos tempos da chegada, fundamenta-se nos signos instituídos pelo novo lugar, em que tudo evoca o momento presente, expulsando a história do sofrimento e fincando as marcas do processo civilizador. A violência simbólica deste processo é outro aspecto a ser analisado.

Entre os muitos papéis reservados aos historiadores, um deles, acredito, deve ser o de contribuir – ou mais incisivamente – o de lutar por um espaço em que a vida de homens e mulheres que fazem parte de grupos sociais silenciados, nos possibilite construir outras histórias. Sobre esse passado que espera a redenção, ninguém melhor que W. Benjamin para dizer:

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção... Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?... Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente<sup>4</sup>.

Pode-se encontrar nestas palavras um motivo para enfrentar uma história oficial que se projeta triunfal e que, no entanto, tem nas suas práticas a constante reprodução da barbárie.

W. Benjamin, ainda em suas análises sobre o conceito da história, mostra com muita propriedade que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’<sup>5</sup>. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no mo-

---

4 BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da História”. In: *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. SP, Editora Brasiliense, 1985, p. 223.

5 *Idem*.

mento de um perigo”. E o perigo relampeja – no caso dos colonos de Alta Floresta – ainda próximo de nós. Os tempos da chegada estão sendo apropriados pelos novos tempos e começam a desaparecer por entre as malhas da história do colonizador. Dos fragmentos das lembranças do trabalho dos primeiros tempos, justamente destes fragmentos, o discurso colonizador quer apropriar-se para inaugurar o primeiro marco da sua história como signo pioneiro e fundador. O trabalho de abertura da nova terra, nos registros oficiais, tem o nome do colonizador.

As lembranças relatadas são analisadas observando-se as regras historiográficas que fundamentam a metodologia da história oral, como o trabalho com as entrevistas obtidas na pesquisa de campo, que se aproxima de uma pesquisa etnográfica. Os relatos orais dos colonos vão sendo elaborados nas conversas informais, mesmo que em locais determinados no ambiente da área da colonização. Produzem-se como narrativas do passado recente; não se estruturam em espaços e tempos contínuos, e, portanto, não devem ser diluídos em uma “história geral” ou quadros e contextos gerais. Longe disso, o desafio constante que se apresenta à prática historiográfica é operar com as individualidades sem reduzi-las ao indivíduo a partir do qual se recomporiam os grupos. Entendo assim, na perspectiva de Michel de Certeau, que “[...] cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente – e muitas vezes contraditória – de suas determinações relacionais.”<sup>6</sup> Assim, procurei valorizar as histórias plurais e singulares de homens e mulheres que se encontram em situação relacional – sempre social – compondo uma constelação de histórias que atravessa as várias linhas do tempo e que também possibilita inscrever as experiências nos espaços habitados<sup>7</sup>.

---

6 *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. v. I. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 38.

7 Cf. em Paul Ricoeur as noções de “espaço habitado” e “tempo narrado”, estreitamente associadas. Op. cit. P. 156-162.

Vale por fim assinalar que as narrativas no campo historiográfico que se elaboram com base nesta documentação oral (reunida pelas entrevistas) não têm a pretensão de “recriar o real” ou corresponder a uma “cópia do real”; não são tratadas “ilustrando um contexto” ou “uma realidade”, mas vistas como práticas discursivas, produtoras de diferentes pontos de vista, que oferecem importantes elementos para pensar esse complexo mundo do trabalho e dos trabalhadores na Amazônia.



O que desperta a atenção na construção mítica da riqueza da Amazônia – *a terra prometida* – e certamente, pode orientar os passos dos historiadores, é o fato de milhares de pessoas terem nela acreditado. Hannah Arendt já dizia em seu estudo sobre o anti-semitismo que:

“...a tarefa do historiador já não consiste em descobrir a fraude, pois o fato de tantos acreditarem nela é mais importante do que a circunstância (historicamente secundária) de se tratar de uma fraude<sup>8</sup>.”

O maior interesse se volta, portanto, para as razões pelas quais os trabalhadores do campo, homens e mulheres, foram tão sensíveis aos estímulos da terra prometida. E mais, sob que condições políticas esse mito ganhou foros de legitimidade. A representação da Amazônia como o novo Eldorado significou, do ponto de vista político, um agente catalisador dos interesses dos trabalhadores rurais, sejam pequenos proprietários ou não. O mito da terra farta e abundante, acessível a todos, passou a ser, dessa forma, um poderoso instrumento de poder nas mãos dos setores dominantes.

---

8 ARENDT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. (Primeira Parte: Anti-semitismo). Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978, p. 49.

As análises desenvolvidas no primeiro capítulo – Da experiência da pobreza à invenção do paraíso – estão voltadas para a análise sobre a representação mítica da Amazônia, produzida durante e nas condições políticas do regime autoritário – após 1964 – no Brasil. Privilegia-se no campo das indagações, as práticas que a colonização, em especial aquela instituída pela empresa privada, desenvolveu para a construção do mito da terra prometida.

Essa problemática apresenta duas questões indissociáveis: por um lado, a empresa que produz o mito – a invenção do paraíso; e por outro, o colono que, em razão de um conjunto diversificado e complexo de experiências de vida, deseja o paraíso. Castoriadis, na *Instituição Imaginária da Sociedade*, ao desenvolver estimulantes reflexões acerca do imaginário, observa que este: “... não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’”. Especialmente quando entendemos que as figuras e imagens são portadoras de signos, condição para que, no conjunto das relações sociais, se estabeleça um circuito de trocas. É assim que os colonos, nesse movimento, deram uma resposta positiva aos estímulos da colonização. Homens e mulheres experientes, sofridos, alvo das tramas oficiais e privadas, quiseram ouvir e foram sensíveis às mensagens das empresas de colonização, assim compartilhando da invenção do paraíso. Face a essa história, como não recordar Kafka, em *O Castelo*, quando exprime algo intenso e incompreensível dos homens, jogados na miséria, à mercê de decisões autoritárias que fogem sempre à sua compreensão, parecendo torná-los presas inconfundíveis da trama do destino. Nesse cenário, de quase completo absurdo para essas mulheres e homens, o caminho que se encontra para explicar

---

9 CASTORIADIS, Cornélius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. RJ, Paz e Terra, 1982, p. 13.

a si e aos seus familiares é entregar tudo à vontade de Deus ou ao próprio destino.

Por conseguinte, a maior preocupação neste livro está voltada para tentar compreender as razões da produção do mito, tanto no âmbito do discurso dominante, quanto do imaginário social do colono, e não apenas constatar e denunciar a invenção coletiva de um mito. Isto vem ajudar a explicitar práticas perversas de governamentalidade (uma tecnologia de governo) que constantemente desafiam sobretudo as populações pobres rurais e urbanas.

No segundo capítulo – Tempos Difíceis – descrevo e analiso a chegada dos colonos à terra desconhecida. Relatos sobre a época em que o sofrimento, o intenso trabalho e a solidão das famílias conviviam com a esperança e a fé na nova terra. Acredito que este foi o momento em que os colonos se sentiram mais fortes, apesar das sombras tenebrosas – as enormes dificuldades – que pairavam sobre eles. Neste capítulo, vali-me da experiência de Dona Rose, a primeira hoteleira do lugar, que se revelou uma narradora exemplar ao descrever a abertura da terra, de gente chegando a toda hora, “...sem comida, nem jeito não tinha”, do medo da onça, dos altos caldeirões de comida para alimentar o povo dali, dos mosquitos que cobriam o seu corpo e, fundamentalmente, da promessa do novo lugar.

No terceiro capítulo, denominado A colonização como missão, tive a preocupação de traçar e de determinar o território político em que a colonização se prolifera. A perspectiva fundamental foi a de demonstrar como o mito do colonizador se produz e se torna possível, estabelecendo diversos cruzamentos políticos. Não pretendi fazer uma análise geral do processo político da colonização na Amazônia, contudo procurei assinalar alguns aspectos que podem nos auxiliar à compreensão de uma história em que alguns homens são convocados a desempenharem papéis civilizatórios e, como estratégia de legitimação, apresentam-se como tendo sempre ocupado

aquele lugar, realizando atividades altamente valorizadas, aquelas que se apresentam como legítimas.

No quarto capítulo – Colonização, trabalho e disciplina –, discuto as estratégias disciplinares embutidas no discurso colonizador, especialmente produzidas para formar o “bom colono” ou o que denomino de “colono ideal”. Diante do conjunto de recomendações e preceitos do colonizador, voltado para moralizar os corpos daqueles que procuram a terra prometida, *revela-se* uma ordem social forjada numa disciplina social em que a única liberdade é a do trabalho. Através dos relatos dos colonos, de forma lenta e fragmentada, configurar-se-á como este mundo de novos obstáculos e desafios foi, ao longo dos anos, sendo elaborado. E a propriedade da terra para os pequenos agricultores apresentava-se cada vez mais inacessível.

Para finalizar este livro, dividi o último capítulo – As armações do progresso e a cidade – em duas partes: na primeira, procuro caracterizar uma visão ufanista do progresso das áreas de colonização, em que a figura do colono desaparece para dar lugar aos “novos moradores” (os cidadãos das novas cidades), concorrendo para a produção de uma outra identidade; na segunda, encaminho algumas reflexões para demonstrar que a *velocidade das realizações* dos empreendimentos dos poderes político e econômico impõe-se na tentativa de submeter os grupos sociais que se movimentam para essas áreas de colonização. Amplas estratégias são criadas para regular a mão de obra, tendo em vista o enorme contingente de trabalhadores deslocados e a grande mobilidade destes, no território amazônico. Da construção dessa nova realidade social emergem as cidades com o signo do progresso e que se constituirão em centros geradores de políticas de controle.

## CAPÍTULO I

# Da experiência da pobreza à invenção do paraíso

Os homens errantes, sempre em busca de alguma coisa, haviam-se tornado nómadas.

John Steinbeck, *As vinhas da ira*

### A “terra desconhecida”

Era uma vez um lugar muito bonito, de lenda e solidão, e que só não podia ser mais bonito porque “não havia homens”, e não havendo homens e mulheres não existiria a família abençoada, a terra trabalhada e tudo se perderia...

Era uma terra sem geada, que nem precisava ser adubada e onde até dava arroz, feijão, mas muito mais cacau, guaraná e o altivo café.

Era realmente uma terra abençoada, com quase tudo de graça (só módicas prestações mensais), mas a família seria assegurada e poder-se-ia até pensar em não mandar o filho para a cidade, pois “naquelas terras” havia terra...

Era uma terra de sonho de toda gente, onde se poderia até *enri-car*, seria só ter força de vontade, fé em Deus e mãos à obra, mãe, pai, filho, que todas as dificuldades seriam superadas. A floresta, a tal da Amazônia, não é tão grande assim não...

Era um lugar que só podia assustar pelo mosquito e pela malária, mas que tinha muita gente para ajudar...

Era uma terra em que o começo está fora do tempo, não conta tempo não, porque é lá que está o futuro, um futuro de fartura e até que enfim o sossegar.

### Da experiência da pobreza

Em busca desse lugar muitos agricultores saíram de suas terras, ou abandonaram os trabalhos em que se encontravam como assalariados, meeiros, parceiros, acreditando ir ao encontro “do outro lado do mundo”, para uma terra de abundância. Bem se lembravam da esmagadora experiência da mecanização do campo e da falta de condições para enfrentarem a geada, o veneno nos cursos d’água e o poder dos grandes proprietários. Expressavam em seus depoimentos, uma vida sem perspectivas futuras, uma vida de agonia.

Do Sul, homens e mulheres seguiram para o Norte. Grupos sociais formados sobretudo por pequenos agricultores, nas últimas décadas do século vinte, constituíram um verdadeiro vagalhão de trabalhadores. Todos à procura da “terra desconhecida”, de uma longínqua e bem-aventurada terra, concebida, nessa projeção imaginária, para trazer a redenção aos explorados e oprimidos.

No *I Encontro da Canção Nativa de Rondônia*, realizada em Ji-Paraná, em 1985, a letra da maioria das canções apresentadas falava das experiências daqueles que se identificavam como colonos, da sua luta pela terra e da esperança que depositavam em Rondônia, assim como do sofrimento vivido anteriormente. Uma delas, em especial, chama a atenção:

Entra na roda, sai da agonia  
Vem para Rondônia seja noite ou seja dia  
Sou mais um...  
Sou mais um que apelou para Rondônia  
Na hora em que a angústia resolveu me abraçar<sup>10</sup>

Nada expressa melhor o movimento dos grupos sociais em deslocamento do que as palavras contidas nestes poucos versos – *roda, agonia, apelar e angústia*. Contudo, para os homens e mulheres que resolvem partir, a mudança faz parte de um processo de resistência e escolha.

O colono que sai do Sul ouvindo falar da riqueza do Norte, retira-se apontando como causa tudo aquilo que é visto como um “mal permanente”: uma perda econômica que se verifica em seu dia-a-dia. Contudo, ampliam essa visão e identificam a desagregação familiar como resultado da falta das condições econômicas, como ainda, a desapropriação de seu saber, quando se sentem desorientados frente às novas bases técnicas e materiais. Isto nos alerta para o fato de que os fenômenos naturais ainda que possam, em certos momentos, acelerar os fluxos dos deslocamentos, não devem ser considerados determinantes. A maioria dos colonos, quando entrevistados, aponta a seca ou a geada como fatores importantes para a sua saída. Mas, os fatores climáticos aparecem muito mais como situações de dificuldades sem soluções para essa população pobre, sem reconhecimento pleno de cidadania, e que sofre uma espoliação constante de seu saber, tornado inadequado perante os novos modelos tecnológicos. As novas bases técnicas e materiais, compatíveis com os interesses de grupos econômicos agro-industriais, operam como fatores de distinção de classe social e monopólio do conhecimento – uma classe que toma para si o poder de definir o tipo de desenvolvimento econômico – tornando inoperante o saber

---

10 Autor anônimo. *I Encontro da Canção Nativa de Rondônia, Ji-Paraná*. Março de 1985.

acumulado de várias gerações de pequenos agricultores do campo, um conhecimento transmitido de “pai para filho”. Portanto, torna-se importante considerar outros aspectos e romper com explicações simplificadoras. Seca ou geada podem conter outros sentidos, se por um lado, encerram histórias coletivas da desigualdade social – exploração e expropriação da riqueza e saber –, por outro, expressam múltiplas formas de resistência e iniciativas sociais. A reivindicação pela posse de novas terras, pode se apresentar como uma delas.

Apreendendo a natureza dessa perda econômica e política, de forma mais abrangente, podemos dizer que ela não se manifesta somente nos bens materiais, no “estrangulamento econômico” da pequena propriedade, na sua escassez ou na exigência de maior produtividade que pesa sobre o assalariado rural, como também sobre o meeiro, o parceiro, o arrendatário, os pequenos produtores em geral. Ela excede esse âmbito. Para além das evidências – a imagem do empobrecimento estampada no rosto, na moradia, no vestuário, na alimentação, no corpo cansado de trabalho –, a *perda*, apontando para a agonia, está contida também na própria desorientação dos agricultores frente ao seu mundo – o seu universo cultural – e na demonstração inexorável dos tempos modernos, em que os homens querem, agora, “devorar” o tempo.

Não se trata de conferir um caráter exorbitante ao universo cultural da população que vive e tem seus referenciais no campo. Da mesma forma, não se trata de eleger uma visão romântica e apolo-gética da vida rural, mas, fundamentalmente, o que se pode dizer é que a velocidade de novos padrões culturais, atrelados à forma de desenvolvimento do capitalismo no campo, impõe-se de maneira violenta à vida e ao universo das significações culturais dos agricultores. O seu caráter destruturador precisa ser salientado e considerado, sobretudo nas análises que enfocam os deslocamentos sociais, entendendo que os tempos modernos trazem novas formas

de disciplinamento e organização social, em face da engrenagem de produção de riqueza e poder.

O que torna mais visível as transformações no âmbito da questão trabalho e vida no mundo rural, para os pequenos agricultores, em constante processo de empobrecimento, são as determinações do mercado (dominante em seus relatos). No cotidiano da vida rural, os problemas econômicos vão se acumulando mais e mais – menor produtividade na produção, desintegração familiar, mais horas empregadas em trabalho, menos lazer, maior empobrecimento. E as situações de endividamento junto a bancos e a terceiros tornam inviáveis a sustentação da pequena propriedade. Diante dessa situação, os pequenos produtores tentam transformar todo o tempo em tempo útil, acarretando-lhes uma sobrecarga de trabalho e desorientação perante os saberes acumulados.

E. P. Thompson, ao se referir à concepção de tempo em sociedades camponesas – “com um mínimo de comercialização” – assinala três pontos fundamentais, considerando que a noção de tempo preponderante nestes contextos está contida nas próprias necessidades das comunidades.

El primero es que, en cierto sentido, es mas comprensible humanamente (“orientación al quehacer”) que el trabajo regulado por horas. El campesino o trabajador parece ocuparse de lo que es una necesidad constatada. Em segundo lugar, una comunidad donde es normal la orientación al quehacer parece mostrar una demarcación menor entre “trabajo” y “vida”. Las relaciones sociales y el trabajo están entremezclados – la jornada de trabajo se alarga o contrae de acuerdo com las necesarias labores – y no existe mayor sentido de conflicto entre el trabajo y el “pasar el tiempo”. En tercer lugar, al hombre acostumbrado al trabajo regulado por reloj, esta actitud hacia el trabajo le parece antieconómica y carente de apremio<sup>11</sup>.

---

11 THOMPSON, E.P. *Tradición Revuelta y Consciencia de Clase (Estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial)*. Barcelona, Editorial Critica, 1979, p. 245.

Mas na sociedade capitalista o que importa é o tempo que se converte em dinheiro. A orientação das tarefas diárias, que antes era condicionada por uma representação interna ligada ao *tempo da natureza*, tem agora no *tempo do mercado* a sua referência fundamental, dirigindo todo o trabalho à produção de mercadorias. Com isso, observa-se uma mudança estrutural na concepção de tempo:

El tiempo se convierte en moneda: no pasa sino que se gasta.<sup>12</sup>

Com efeito, sob a lógica do capital, todo trabalho deve produzir o que é útil para ser transformado em dinheiro no mercado. O “passar do tempo”, desprendendo-se de qualquer concepção de lazer, traz agora a ideia de que a tudo se deve somar. O produto do trabalho não é mais o resultado da dedicação, da criatividade, e sim produto do esforço, do cansaço e da obrigatoriedade. Assim tudo se volta para a aceleração da vida, do trabalho e da produtividade: a organização da produção, mesmo a do tipo familiar, ajusta-se ao tempo da máquina, do banco e do patrão. De uma maior integração entre o tempo e a natureza dentro da “lógica da necessidade”, os pequenos produtores agrícolas, à medida em que sofrem o processo de sujeição ao capital, passam a ser direcionados pela “lógica da acumulação”.

Nesse sentido, a natureza e o tempo adquirem, cada vez mais, uma face hostil aos pequenos produtores do campo, porque a luta para que haja uma maior produtividade na lavoura, tem de ser, justamente, “contra a natureza” e “contra o tempo”. O ritmo do tempo da natureza cede lugar ao ritmo do tempo do mercado, da mesma forma que poderíamos dizer: o canto do galo já não pode mais ser ouvido por causa das ruidosas batidas do relógio. A questão que se coloca é que a organização do trabalho familiar escapa, cada vez

---

12 *Idem*, p. 247. O autor aborda brilhantemente toda essa questão – do tempo que se converte em dinheiro, dinheiro do patrão – mais especificamente no capítulo “Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial”, p. 239-293.

mais, a ordem dos saberes acumulados que os agricultores detinham e que lhes parecia natural e familiar. Certamente essas determinações extrapolam a realidade social no nível econômico e interferem decisivamente no conjunto das representações sociais, modificando concepções de mundo, recriando aspirações e novos projetos de vida.



A representação da terra de abundância, inicialmente enunciada neste capítulo, emite signos que sobrepujam o conteúdo explícito e produzem a construção de um lugar longínquo, capaz de oferecer oportunidades para todos aqueles que guardam a expectativa de dar um passo além dos limites conhecidos. Os agricultores empobrecidos ao entrarem em contato com as notícias de fartura, riqueza e bem-estar em uma “terra inexplorada”, sentem-se totalmente envolvidos, sensibilizando-se de pronto para as propagandas das empresas colonizadoras. As propagandas não aparecem isoladas, vêm associadas a outras informações que correm desses lugares considerados “novos”.

Contudo, o novo não é homogêneo. Há que se ressaltar o entrelaçamento vital entre o passado – dos fragmentos que constituem a experiência anterior – e a sua vontade presente que o impulsiona para o futuro. Se para a caminhada levavam poucos bens, carregavam, sem dúvida, a experiência do passado que a memória sempre atualizava no presente. Não foi fácil abandonar a última morada. Venderam alguns objetos, desfizeram-se de outros. Era preciso levar somente o necessário para comer, dormir e vestir. Os colonos tentam, em suas falas, nos transmitir a grande emoção que deles tomava conta nas despedidas, os longos olhares que se prolongavam sobre as coisas e a emoção que fervilhava em seus corações.

Ao retratar os arranjos da mudança de uma família de agricultores de Oklahoma para a Califórnia, John Steinbeck, em *As Vinhas da Ira*, apreende com precisão inigualável o significado que tinha, para os agricultores, venderem os seus animais e as poucas coisas que possuíam:

O senhor não está a comprar só velharias, o senhor está a comprar vidas arruinadas.[...] O senhor está a comprar uma menina que entrançava a crina deles, tirando a fita dos seus próprios cabelos para amarrar à crina dos cavalos, uma menina de cabecinha encostada ao pescoço dos animais, de cabeça erguida, a esfregar-lhe o focinho no rosto dela. O senhor está a comprar anos de lides de sol a sol; está a comprar uma aflição que nem eu sei contar. Mas olhe, há uma coisa que vai junto com esse montão de objetos que o senhor comprou, junto com esses baios tão lindos – é uma carga de amarguras, que crescerá na sua casa e florescerá um dia<sup>13</sup>.

Lembranças, sentimentos de perda, revoltas incontidas, aceitação e resistência mudas – tudo isso é levado em conta, em seus depoimentos. No lugar que deixavam para trás, não só tiveram uma vida dedicada ao trabalho, mas também uma vida de muitas expectativas de melhora no amanhã; mas a terra – a “estriteza da terra”, como eles mesmos costumam dizer – não apresentava mais condições para manter a família unida. A esperança de que as coisas pudessem modificar-se desvanecia e se apagava quase que completamente.

Assim – diziam – o desmembramento da família, da terra, o subemprego, significavam uma só coisa – a morte do futuro e a inutilidade da vida. Como não pensar na “terra desconhecida”, trazendo ou repondo a ideia de futuro? Não poderia esta terra aparecer identificada com o tempo da libertação? Para essas questões não

---

13 STEINBECK, John. *As vinhas da ira*. Tradução de Virgínia Motta, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, 7ª Edição, sem data, p. 90 e 91.

existiam respostas prontas e acabadas – reafirmam – somente eles mesmos, no âmago do seu sentimento, em silêncio, recolhido e calado, podiam encontrá-las ou não. Mas sabiam, pelo menos, que a resolução estava tomada.

### **Alta floresta: a lenda do ouro verde ou as estórias do café sem geada**

Recomeçariam novamente. Venderiam os poucos alqueires de terra que possuíam<sup>14</sup>, enfrentariam mais uma vez a derrubada da floresta e plantariam na “terra em que tudo dá”. Tornar-se-iam os mais novos colonos nas terras da Amazônia, e sobretudo de um lugar muito especial, onde havia uma colonizadora com um nome “bastante esquisito” chamada Indeco. Mas, para todos eles o nome da gleba era “...muito bonito, igual ao lugar – Alta Floresta” e relembram: “– tudo aqui era maior e as árvores chegavam a fechar o céu”. E quase nunca se esquecem: “– Víamos que aqui era um lugar abençoado por Deus!”<sup>15</sup>. As palavras do colono expressam um sentimento que era o de todos, impregnadas de um forte apelo ao destino: “– Que esta seja uma cidade que ajude a gente e os filho da gente que chegou tudo junto aqui comigo. Porque a gente acreditou que este lugar ia oferecer o melhor pra nossa vida”<sup>16</sup>. Sem contar com a fé, certamente não teriam ido. Por pior que fossem as suas condições de vida no sul, tudo indica que teriam resistido e ficado.

Para os colonos, portanto, não havia uma efetiva separação entre a experiência da pobreza, o desejo de melhorar de vida e a fé em uma “nova terra”. Se separássemos um dos aspectos desta associação, e

---

14 Pelas informações obtidas junto aos próprios colonos, o número de alqueires que antes possuíam no Paraná variava em torno de 2 a 20 alqueires, ao máximo. E sempre deixam bem claro que não tinham meios econômicos para capitalizar a sua propriedade agrícola.

15 Depoimento do Sr. Ditão, Alta Floresta, fevereiro de 1981.

16 *Idem*.

o apontássemos como a razão para a saída, estaríamos incorrendo em grande equívoco. Miséria, iniciativa para mudar e fé constituem partes da mesma experiência que explica para o agricultor a partida.

Nessas circunstâncias, tornava-se fundamental o papel das propagandas das empresas de colonização, não só pela divulgação que fazia a Indeco, mas a de todas as outras empresas<sup>17</sup> que atuavam nesse mesmo período, especialmente em Mato Grosso e Rondônia. Ao abranger vários elementos extremamente significativos do imaginário social do agricultor, as propagandas tornavam-se muito eficazes, como o exemplo dado por esta:

– Abra a porta, escute, sinta, seja, eu lhe apresento: “A Indeco S/A, oferece a você agricultor a sua família, uma nova opção de vida.

Venha plantar conosco, nas terras férteis dos projetos Alta Floresta e Paranaíta, as rentáveis culturas do café, arroz, feijão, milho, mandioca e outras. Desfrute da infra-estrutura que a cidade de Alta Floresta já lhe oferece.

Energia elétrica, hospitais, escolas rurais e urbanas, Bancos: do Brasil, Basa e Financial, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), culturas financiadas, comercialização garantida... tudo que sua família precisa para uma vida melhor. Participe desta nova filosofia de colonização das terras nobres da Amazônia com agricultura perene, que a Indeco está desenvolvendo<sup>18</sup>.

Ao oferecer “uma nova opção de vida”, a empresa trazia à tona as precárias condições de existência do pequeno produtor, sem que tivesse que se referir diretamente à sua situação. Demonstrando um saber sobre a condição social e econômica de cada uma das famílias de trabalhadores, colocava à sua disposição a oportunidade de

---

17 Ver, em especial, a relação das empresas que atuavam em Mato Grosso, após a década de sessenta. “Projetos de colonização implantados em Mato Grosso”. Documento do INCRA (Relacionado nas fontes primárias).

18 Cartaz da Indeco, obtido em seu escritório de Alta Floresta.

participar de uma novo núcleo de colonização, onde, do ponto de vista social, haveria lugar para todos. Esta projeção encontra respaldo no argumento de que lá os homens e as mulheres encontrariam *terra e trabalho*, podendo, portanto, vir a ser uma família de agricultores bem sucedida.

A estratégia principal de propaganda da empresa foi a de reunir em um só anúncio três pontos principais: terra; família e futuro. Visto em seu conjunto, o anúncio revela um jogo enunciativo que articula essas três palavras-chaves a fim de capturar a alma do *agricultor sem destino*. Os enunciados passam a mensagem de que nas “terras nobres” da Indeco o pequeno produtor poderá desenvolver não só uma boa agricultura, mas terá uma “comercialização garantida”; poderá contar com escolas e hospitais, indispensáveis para garantir que a família permaneça unida. Tudo vinha alinhavado, e o futuro de riqueza apresentava-se como resultado dessa ‘nova opção’, frente a uma mundo que já nasce para atender o agricultor: “...tudo que sua família precisa para uma vida melhor”.

Uma das coisas que mais chama a atenção na propaganda é a maneira pela qual a empresa privilegiou determinadas questões fundamentais à vida do pequeno produtor. Centrando no próprio agricultor o ponto de partida, caracteriza a desestruturação econômica da pequena propriedade, sobre a qual se definem as condições sociais da família, seus valores culturais, seu futuro, etc. Embora a empresa tenha criado a imagem santa ou demoníaca a fim de excitar ou conturbar os sentimentos e paixões do colono com relação ao novo lugar, precisamente, a estratégia se voltou para produzir a possibilidade da riqueza.

Entretanto, o que não se pode esquecer é que a imagem mítica da nova terra, inseparável da representação de riqueza, passa por um processo de reelaboração no universo cultural dos pequenos agricultores. Ao incorporarem positivamente as propostas das colonizadoras, não devem ser vistos apresentando uma resposta-reflexo,

mas entendendo que preparam/partilham suas respostas a partir das aspirações e percepções que são próprias de suas experiências. Isto não quer dizer que a sua resposta não seja social, ao contrário, ela é produzida na miséria da sua condição de homens e mulheres explorados, que aprenderam a identificar muito bem o lugar do (re) conhecimento social. Ser “dono da terra”, com extensão suficiente para manter a produção familiar, se lhe afigura, enquanto pequeno produtor, como a única forma de garantir o futuro. Em outros termos, têm consciência de que a impossibilidade de aumentar a propriedade, ou mesmo de mantê-la, significa a sua fragmentação (minifundização) e a eventual passagem da sua condição de pequeno proprietário para assalariado ou arrendatário, parceiro, etc.

Nesse quadro, juntamente com a escassez de terra, somavam-se outros problemas que agudizavam ainda mais a situação de empobrecimento constante do pequeno produtor. Devido às suas condições de produção se apresentarem muito precárias, em que a renda líquida mal cobre as mínimas necessidades de sobrevivência, não era possível elevar o patamar tecnológico da unidade agrícola, não se incorporando ou fracassando ao tentarem se adequar ao sistema de crédito e insumos modernos. Portanto, a capacidade para realizar novos investimentos era quase nula e problemas vitais como a diminuição crescente de “fertilidade do solo” e o tamanho insuficiente da terra para o trabalho da família tornavam-se insolúveis. Pode-se dizer que se tornava cada vez mais restrita a participação do pequeno produtor rural no espaço sócio-econômico.

Sob o peso dessa situação, grupos expressivos de produtores familiares, sem meios materiais para modernizar o setor produtivo frente aos regulamentos de uma política econômica voltada para fortalecer o complexo agroindustrial, e por conseguinte a empresa rural, foi marginalizada dos mercados mais dinâmicos. Ocorre que esta é uma condição resultante das determinações sociais e políticas do capitalismo no Brasil, como observa por Sérgio Silva, ao afirmar:

...o estabelecimento agropecuário brasileiro (considerado aqui como unidade de produção) parece ser basicamente uma unidade que trabalha com insumos industriais, crédito, assalariamento e que está fortemente vinculado à política governamental<sup>19</sup>.

Todavia, além dessa situação que envolve os pequenos agricultores, sem meios de capitalizar sua propriedade, o que mais aprofunda a crise em suas condições de sobrevivência material e simbólica? A resposta deve ser precisamente o fato de que o processo político brasileiro evoluiu no sentido de afastar do pleno exercício, os projetos de reformas sociais que pudessem alterar de alguma forma um quadro de alta concentração econômica. No âmbito das estratégias de dominação política, o governo militar utilizou mecanismos violentos para desarticular as representatividades políticas, tanto urbanas quanto rurais. Nessa perspectiva, a população rural empobrecida ficou à mercê de um regime político autoritário que legislou por decretos-leis e impôs um enorme controle social no meio rural, não só no âmbito da repressão aberta, mas ainda com uma política sindical assistencialista, cooperativismo, etc. Com isto, ficaram obstruídos os canais políticos de participação dos trabalhadores, em que suas reivindicações e os seus direitos não foram atendidos e nem mesmo questionados pelos dirigentes políticos do país.

Mediante essa conjuntura política, o acesso à terra pelos trabalhadores pobres do campo foi dificultado por estratégias políticas diversas. Além disso, como já foi observado mais acima, a própria manutenção da propriedade, frente a este contexto político e econômico, resultou em uma grande exploração do trabalho e expropriação da terra.

---

19 SILVA, Sérgio. "Estudo sobre a estrutura de produção e a questão agrária". In: *Cadernos IFCH/UNICAMP*, nº 11, 1984, p. 40.

Foram com estes dados que as propagandas das empresas de colonização jogaram. As *longínquas terras férteis da Amazônia* eram trazidas para bem perto do imaginário social do pequeno produtor, cabendo-lhe, portanto, como num passe de mágica, ocupá-las. Certamente as imagens que construía a “nova terra” emitiam esses signos e materializavam esse mundo representado, aproximando-o do produtor, colocando-o ao alcance de suas mãos (apesar da distância geográfica). “A nova filosofia de colonização” se concretizava muito claramente na cidade que surgia do “espírito empreendedor da Indeco”.

Não resta dúvida de que a empresa de colonização Indeco organizou um imenso aparato propagandístico, voltado para promover suas terras. A fim de agilizar a venda dos lotes, instalou seus escritórios de representações em determinadas localidades do estado do Paraná<sup>20</sup>, pois ali se encontrava o pequeno proprietário que, nas próprias palavras do diretor da Indeco, Ariosto da Riva “...era o tipo ideal para ser o colono nas terras da Amazônia”<sup>21</sup>.

No período de implantação do projeto de colonização, a empresa envolveu praticamente todos os meios de comunicação disponíveis, desde o rádio, a televisão, os jornais. Mas a grande estratégia de venda estava centrada no emprego de corretores, encarregados de estabelecer contatos diretos com os pequenos proprietários, com o fim de induzi-los a se interessarem efetivamente pela nova área. Estes corretores, buscando realizar tais objetivos, apresentavam aos agricultores amostras de café e outros frutos, mas principalmente mostravam folhetos e fotos tiradas na fazenda-modelo Caiabi (empresa subsidiária), como também de certos lotes, escolhidos para serem os “cartões de vista” de Alta

---

20 Foz do Iguaçu, Maringá, Marechal Cândido Rondon e Umuarama.

21 Tratarei especificamente sobre o “colono modelo” para colonização, na concepção da empresa, no capítulo III.

Floresta. Tais fotos expunham um visual e cores fantásticos, extremamente sugestivos.

Portanto, atingindo os seus objetivos, os incentivos aguçavam o interesse dos colonos pela possibilidade de riqueza do “novo lugar”: – “Nós ouvia falar muito, de vários jeito, no rádio... os corretor vinha falar no mínimo duas vêz com a gente, fazia de tudo pra nos convencer, porque nós ficava assim com um pé atrás com a conversa do corretor, a gente ficava sabendo de muita coisa oferecida, né? Mais aí a gente ficava sabendo que a terra aqui era boa e a documentação sadia e enxuta”.<sup>22</sup>

Mas, nos primeiros tempos, era preciso oferecer mais do que uma garantia de documentação segura para convencer os pequenos proprietários. Por isso, a empresa proporcionava transporte gratuito e se encarregava também de fornecer as condições necessárias para que os colonos pudessem, acompanhados pelos mostradores e corretores, conhecer a área de colonização. O depoimento daqueles que no início (1976/77) conseguiram ver a terra antes de comprá-la é, assim, explícito: – “Mais pra frente a gente resolvia visitar, queria vê tudo do que ele tinha mostrado na propaganda, o corretô sabia que a gente queria conferi, né...”<sup>23</sup>.

De fato, isto constava dos planos da empresa. O seu pessoal estava encarregado de mostrar aos colonos toda a exuberância da terra, para convencê-los da possibilidade econômica do empreendimento agrícola e, conseqüentemente, do bem-estar social que daí resultaria. Em suma, procurava por todos os meios a seu alcance estimular o colono a se estabelecer na nova terra: apontando os investimentos na infra-estrutura do núcleo de colonização; infundindo-lhes segurança sobre as condições propícias para o desenvolvimento de uma “boa lavoura”, descortinando-lhes, pois, um futuro promissor.

---

22 Relato de um agricultor de Alta Floresta, Sr. Pedro, fevereiro de 1981.

23 *Idem*.

O certo é que o dono da colonizadora, Ariosto Da Riva, oferecia a todos os seus préstimos, porque sabia que, da fixação do colono dependia o êxito da colonização – “Era o pai de todos nós”, nas palavras da maioria das pessoas do lugar.

Depois que várias lavouras tinham sido formadas e que muitos colonos já haviam aberto seus sítios, especialmente após o segundo ano (1978), a empresa deixou de financiar o transporte aos colonos que se dirigiam a Alta Floresta, a não ser internamente, já na própria gleba, para atender alguns propósitos, tais como o de fazer a “amostragem da terra”, o reconhecimento do sítio, a localização dos limites, etc. Isto foi possível, em tão curto espaço de tempo, porque nesse momento já se difundira o sistema “das pessoas de lá chamarem as de cá”, isto é, porque o fluxo de notícias corria “de boca em boca” pelo correio familiar e da boa vizinhança, a “terra do café sem geada” e que “tinha lugar pra todo mundo”, ficava famosa no meio daquela gente com pouco ou nenhuma terra.

Assim é que, mesmo com toda a propaganda dirigida, o que realmente mais fortalecia a ideia ou a credibilidade na outra terra eram as notícias promissoras que corriam de família para família, de conhecido para conhecido, dos que já haviam partido e daqueles que estavam prestes a partir – o Eldorado, pouco a pouco, ia se tornando possível. De acordo com os colonos, “a Indeco nem precisava mais fazer propaganda [...] a gente mesmo se encarregava de avisar os parente, os vizinho e os conhecido”<sup>24</sup>.

Depois de as notícias terem se espalhado, de as histórias acreditadas, da geada que caía, da seca que assolava, do veneno que matava, das plantas que não cresciam, da terra que diminuía, do coração que se apertava... Depois da vida, em nome da vida... A “terra desconhecida” representava um novo mundo.

Seu Pedro Sincero repetia coisas de tantos:

---

24 Fala de um colono residente no “núcleo urbano” em Alta Floresta. Fevereiro de 1981.

Viemo pra Alta Floresta porque a fama corria daqui, que aqui era bom e que dava mais. É a fama! A fama daqui tá semeada no mundo todo. Foi geralmente as pessoa, o rádio... Tava aquela geada, aquele tempo e a gente se aconteceu de aborrecê.<sup>25</sup>

Não é sem amargura que ele fala desse tempo. Mas a fama da terra da fartura chegava com mais força: já havia sido “semeada” por todos os campos da imaginação. E vinha com aliados poderosos: a terra também era “larga e extensa”, não tinha seca nem geada e podia dar muito café. Entre as histórias dos colonos, narradas longamente ao sabor das lembranças, as experiências passadas na lida com a terra saltavam do fluxo da memória com vida renovada. Pelo visto, não conseguiam imaginar suas vidas sem o trabalho no campo e faziam questão de indicar o seu cotidiano, passado e presente, retratado “...no corpo da gente, dobrado sobre a terra, olhando e cuidando das lavoura... num é só a mão que planta, os pés também... e a gente sabe, a gente sente quando as coisa vai bem ou caminha pra pior”<sup>26</sup>. E, ao falarem da situação difícil que enfrentavam no Paraná, estabeleciam o elo mais forte com o novo lugar: “– Viemo de Francisco Alves, no Paraná. Viemo porque a terra lá era pouca, era só cinco alqueire, era boa a terra, mais geava muito, não colhia mais café, só soja. De lá eu vim vê aqui porque aqui tem mais terra. Aqui tem muita terra!. Vim com a família intera, semo em deiz, tinha onze... a filha mais velha fugiu. Os homem tão tudo aí no fundo do lote, tá tudo casado! Lá no Paraná a gente já tava até fazeno serviço fora, pra completar o ganho, num tinha mais tempo pra nossa plantação, comendo sem fartura nenhuma, os filhos já precisano sair, a escola que era difícil e que precisava, né?”<sup>27</sup>

---

25 Relato do Sr. Pedro Sincero. Alta Floresta. Fevereiro de 1981.

26 *Idem*.

27 Relato de Sr. Tonho. Alta Floresta. Julho de 1981.

Este entendimento do “velho mundo” revelava as condições anteriores que os angustiavam e os jogavam cada vez mais em um tempo que não era seu. O assalariamento temporário, a má alimentação, o desmembramento da família, tudo confluía para uma necessidade crescente de dinheiro: produzir o alimento para a família era “muito custoso” e também já não sobrava mais tempo para a produção doméstica<sup>28</sup>. Precisavam de dinheiro para comprar tudo; quando pensavam em dar escola aos seus filhos, já previam uma “mudança futura” no emprego dessa força de trabalho. Por isso mesmo, poder contar com os filhos todos juntos dava à “nova terra” um valor inestimável.

E as lembranças das dificuldades passadas continuavam a ser exploradas em seus relatos, como nas palavras da mulher de um dos colonos: “– Saímos do Paraná porque os trem dele lá era poquinho, era só oito alqueire e meio e tinha meus irmão, tudo morava junto com a gente, ajudava a tocar a plantar café e pasto. A turma da Indeco foi pra lá, o corretor falou para ele se num queria vim pra cá, aí ele falou: ‘– Eu vou... eu vou porque eu quero comprar mais terra, a terra aqui pra mim é muito pouca e é bastante gente’<sup>29</sup>. Este outro colono, ressalta, de maneira muito clara e direta, a pressão da grande propriedade e a utilização dos agrotóxicos, tornando inviável a vida em

---

28 Caracteriza-se aí um empobrecimento constante do pequeno proprietário, que deve reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção social da família em prol do tempo de trabalho excedente que será apropriado pelo capital. A respeito do “assalariamento temporário”, que tanta importância assume hoje, no cenário rural, verificar o trabalho de Sérgio Silva, acima citado. “Estudos sobre a estrutura de produção e a questão agrária”, em que o autor aponta para a seguinte conclusão: “...as informações disponíveis sobre a elevada participação dentro desta categoria de pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes permitem-nos concluir que os agricultores registrados como ‘pessoal ocupado’ nestes estabelecimentos mais pobres, constituem a base de uma imensa oferta de mão-de-obra ocupada – ou, mais precisamente, sub-ocupada – sob a forma de assalariamento”. *Op. cit.*, p. 41.

29 Mulher de um dos colonos. Entrevista de fevereiro de 1981.

suas terras: “Quando saí do Paraná minha ideia era terra. Vim pra comprar mais deiz alqueire e comprei cinqüenta. Lá eu tinha deiz alqueire no meio de mil e seiscentos... circulando tudo... daí tive que espirrar fora, porque achei que o veneno tava prejudicando os peixe e por isso vim para Alta Floresta. A gente acreditou muito nesse lugar, que ajuda a gente e os filho da gente que chegou aqui junto!”<sup>30</sup>.

E os colonos iam contando sobre as razões que os levaram a tomar uma decisão que praticamente envolvia toda a família; explicavam que estavam “exprimidos num mesmo sítio”; falavam da “falta de fartura e sossego” e projetavam encontrar “salvação para a família” pela reunião de todos em um mesmo lugar. Depois de algum tempo, muitos deles conseguiram realizar o seu objetivo de mudança<sup>31</sup>.

Contudo, é preciso chamar a atenção para o fato de que não foram sensibilizados apenas os pequenos proprietários. Trabalhadores sem terra também se deslocaram para Alta Floresta. Afinal, eles também tinham ouvido muitas histórias a respeito das riquezas existentes em “plena selva”: “– Eu vim me aventurá... ouvia muita gente falar, ouvimo no rádio...aí a gente veio, porque assim é pobre, não tinha terra, nem nada, saímo, né?”<sup>32</sup> Todos só pensavam em possuir um pedaço de chão, para poder “tocar” sua própria lavouara. O depoimento de um dos colonos é, a este respeito, bastante esclarecedor: “– A gente trouxe uma turma aí pra ajudá a formá esse café, mas só deu problema, eles num queriam trabalhá assim, queriam a terra!”<sup>33</sup>.

Assim, desses homens sem terra, mas que através dela procuravam a sua realização, “a façanha” de Antônio Vacaro não acontecia

---

30 Relato de um colono, em fevereiro de 1981.

31 A organização do trabalho familiar no campo leva os colonos a planejarem o deslocamento para outra região, em termos da família. Muitas vezes ocorre um fracionamento temporário do grupo, para depois se reunirem novamente.

32 Relato de um arrendatário. Alta Floresta, julho de 1981.

33 Relato de um agricultor de maior posse. Alta Floresta, julho de 1981.

todos os dias. Trazia a marca da sorte. Em outros tempos, chegou a ter cinco alqueires de terra no Paraná, mas duas ou três geadas acabaram com a sua lavoura de café e tudo que tinha. Lá, tornou-se impossível readquirir novas terras, devido ao seu preço: “– É muito caro, e ninguém quer arrendar”. Ficou sabendo das terras de Alta Floresta: “– Aí peguei uma condução e fui pra ver, achei a terra mole e escura, vi que era boa pra plantar café. Eu já tava com cinqüenta e dois ano e sete filho, tocava uma lavoura de soja e trigo no Paraná, trabalhava muito e num tava dando. Aí chamei uns parente e conseguimos comprá terra. Tudo deu certo, seguimo esse caminho por que alguma coisa aqui dentro de mim falava pra gente tentar... foi a sorte! Muita gente chegou aí e não conseguiu nada, e a gente era mais pobre que muitos deles”<sup>34</sup>. Desta forma, a confiança na nova terra “incendiava o coração da gente” – dizia um colono –, como se esse devir trouxesse consigo a panacéia, um bem sagrado capaz de suplantar qualquer mal.

Essa confiança era reforçada pelas estórias de que a terra “era boa pra plantar café”. De fato, de todas as culturas que as propagandas alardeavam como excelentes para a agricultura na área do projeto de colonização, a que mais chamava a atenção do *agricultor do sul* era a do café, sua lavoura preferida, sua antiga conhecida: “– Dona, eu vim pra cá por causa do café, desde cinqüenta que eu trabalho no café. Eu vim pra plantá o café... porque eu vi foto, num podia ter uma coisa mais preciosa!”<sup>35</sup>. Em seguida, revelando uma experiência, um saber que era o da maioria daqueles que haviam se deslocado para as novas terras, este agricultor era muito incisivo: “– A gente num sabe fazer outra coisa, nascimo debaixo de um pé de café!”<sup>36</sup>.

---

34 Relato do Sr. Antônio Vacaro. Alta Floresta, fevereiro de 1981.

35 Relato de um colono, de sessenta anos. Alta Floresta, julho de 1981.

36 *Idem*.

Animados por uma “derradeira tentativa” na Amazônia, diante dos constantes fracassos experimentados no Sul, esses novos pioneiros não ousavam, em uníssono, esconder as esperanças que depositavam na lavoura de café: “– Café, vou plantar o café... o guaraná eu num viria, nem pro cacau, era o café!”<sup>37</sup>.

A “terra do café sem geada”, do belo e exuberante café das propagandas, onde “se podia ficar com os filhos tudo junto”, ganhava um esplendor muito especial, o esplendor do *ouro verde*.

Atraídos pela lenda do *ouro verde*, que ao longo dos tempos assinalou a epopéia de pioneiros e desbravadores – Vale do Paraíba, Oeste Paulista, Norte Paranaense –, trabalhadores pobres do campo, pequenos proprietários ou não, deslocaram-se do sul para o território amazônico. Nos tempos de hoje, com força renovada, uma “nova riqueza” passou a ser divulgada, colocando o foco nas “manchas de terras agricultáveis” da Amazônia. No *ouro verde* estava o mais importante estímulo capaz de levar agricultores de áreas tradicionalmente dedicadas à lavoura do café a ocuparem produtivamente a *nova fronteira agrícola*, como foram identificadas as novas áreas de plantio e povoamento da região amazônica (a partir do movimento de ocupação da sociedade dita nacional)<sup>38</sup>.

Não foi por acaso que a atenção especial da empresa colonizadora recaiu sobre a cultura da lavoura do café, através das estratégias de propagandas e de todo o aparato do projeto agrícola na área de

37 *Idem*

38 Cf. o debate, no Brasil, sobre o conceito de “frente pioneira” e “fronteira”, nos trabalhos de MARTINS, J. de S. “Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: *Capitalismo e tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, 1975, p. 43-55; MACHADO, Lia Osório. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. Simpósio sobre urbanização, migração e colonização na Amazônia, SBPC, Belém, 6-13 de julho, 1985. MARTINE, G. Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola. *Revista de economia política*, n. 2, p. 53-76, 1982. VELHO, O. G. Frontes de expansão e estrutura agrária. *Estudo do processo de penetração numa área da transamazônica*. Rio de Janeiro, 1972.

colonização. O café tornou-se, num primeiro momento, um dos principais instrumentos para incitar o colono ao deslocamento. Em seus primeiros anos de lavoura em Alta Floresta, o mundo novo<sup>39</sup> superava todas as expectativas de crescimento. As primeiras floradas, bem como os primeiros frutos, rendiam fotos de um pé de café quase irreal, levando muitos a dizer que “só podia ser um lugar abençoado por Deus” e que iria ajudar muito “a gente ter fartura, sossego e terra pros filhos”.

Mas em curto espaço de tempo, os fatos acabariam por demonstrar que nem tudo era como exibiam as propagandas dos cafezais carregados de frutos. Nem tampouco a riqueza de “uma vida melhor” se deslocava dos cartazes para, do mundo da ficção, vir a tornar realidade no projeto novo do agricultor pobre. E um sentimento de revolta ecoou por todo o núcleo de colonização. Não sabiam o que poderia acontecer, mas quem sabe alguma coisa viria ajudá-los!

Passados os três primeiros anos, o café mundo novo demonstrou que não era o mais apropriado para aquele tipo de solo – crescia muito, folhas bonitas, mas poucos frutos: “– Meu cafezal no começo era tão florido que encantava, e agora não dá trinta por cento do que poderia render... era até difícil de acreditar nas foto”<sup>40</sup>.

Do início da colonização, através da trajetória de vida de um arrendatário em Alta Floresta, podemos conhecer um pouco essa história do café, da planta de brilho invulgar, do *ouro verde*, maldição para muitos que nele acreditou: “– No começo da colonização este lote produzia o café mais bonito do lugar. As fotos da florada do café ninguém acreditava de tão bonito, isto aí tudo ficava branquinho!... Todo mundo que chegava aqui para ver as terras, os homens da Indeco trazia pra vê meu café, era mostrado para todo mundo e até lá no Paraná, por que eles levavam as fotos daqui, era o cartão de visita

---

39 Variedade do café arábica.

40 Relato de um dos colonos entrevistados, fevereiro de 1981.

do lugar... A Indeco vendeu muita terra com o meu café! “. Em seguida, muito abatido, continuava falando alto e cada vez com mais raiva: “– No início a gente recebia aqui os mantimentos de avião que a Indeco mandava, era bem tratado que só vendo, tinha até prometido um lote pra mim, que fiquei esperando, e só que demorava... Até que começaram a aparecer os problema com o café e agora os homem nem aparece por aqui... Num sei nem o que fazer, somo em vinte e duas pessoa da família, esses café no quinto, sexto ano, não rende 10%, porque a produção tá prejudicada, precisa de adubação e o patrão não comprou nada, a quiçaça tá invadindo a plantação e não tamo dando conta, sem apoio de espécie alguma, muita área derrubada para as lavoura, o cacau, o guaraná, tá tudo feio, por falta de condição... e agora diz que o patrão vendeu as terra para um japonês (1982) como se o lote tivesse vazio e a gente tem contrato até 1984”. Muito amargurado ele concluía, dizendo: “– E ainda tem gente querendo me pegar e fala assim pra mim – ‘Mazurek, você é culpado, por você eu tô lá no Paranaíta!’”<sup>41</sup>

Mas quando Mazurek tinha caído, a lenda do *ouro verde* já havia se propagado por todo o Paraná, mesmo porque o café robusta substituíra o mundo novo. Além disso, o cacau, outro produto premiado, também já ganhava notoriedade, e o guaraná aparecia como grande possibilidade para iniciar uma nova plantação. O símbolo do sucesso ia passando do café para o cacau, depois para o guaraná e a confiança na capacidade agrícola do lugar se mantinha acesa. Sabe-se que a empresa estava testando tanto a terra , quanto a novos produtos agrícolas. E depois de um determinado tempo, somente as sementes testadas podiam oferecer menores riscos.

---

41 Relato do arrendatário, pesquisa realizada em julho de 1981. Devo esclarecer que Paranaíta faz parte do mesmo projeto de colonização do qual surgiu Alta Floresta. As glebas adquiridas do Estado pela Indeco, 1973, foram divididas em duas partes, cada uma com aproximadamente 200 mil hectares: o núcleo de Alta Floresta, para se implantado em 1976 e o de Paranaíta, em 1977.

A empresa colonizadora fazia questão de destacar a plantação do cacau como originária da Amazônia, e portanto, perfeitamente viável, assistido pela CEPLAC ( Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), até que as plantações acabaram por apresentar problemas, exigindo mais crédito, mão de obra e experiência agrícola para as condições existentes naquela área de colonização. E então foi a vez do guaraná surgir como “ um produto natural da terra “, “com um mercado em expansão”, produto este que iria trazer grande riqueza para o colono de Alta Floresta”<sup>42</sup>. A fama recaía sobre o guaraná, apesar de que o cacau e o café continuavam a receber os incentivos da colonizadora, do banco, da assistência rural<sup>43</sup>.

Um produtor de cacau na região, presidente do Sindicato Rural de Alta Floresta<sup>44</sup>, explicava melhor estas estratégias utilizadas pela Indeco, para a venda das terras, através do incentivo à produção agrícola: “ A Indeco começou vendendo suas terras com o café, continuou com o cacau e completou o ciclo com o guaraná”.

Os problemas com as lavouras, entretanto, aos poucos iam sendo conhecidos. Mais tarde, quando a *fama* já corria deste mundo, o *progresso da cidade de Alta Floresta* e o ouro dos garimpos viriam ampliar e elevar o mito da terra de riqueza.

Em um dos folhetos de propaganda – informando a respeito dos serviços existentes em Alta Floresta, que circulava naquela cidade, em Cuiabá, e que certamente se encontrava a disposição das pessoas em todos os escritórios da Indeco – percebe-se a apresentação do sucesso como verdadeiro “guia” que orienta os colonos à “nova terra”.

---

42 Relato do presidente da empresa, em entrevista concedida em fevereiro de 1981.

43 Só que agora o cacau e o café se apresentavam revestidos com o discurso da racionalidade técnica.

44 O Sindicato Rural de Alta Floresta, foi fundado em 10 de agosto de 1980. Entrevista em julho de 1981.

A mais alta expressão de arrojo e fé,  
Ligando a selva ao centro do país,  
Tem realização plena e feliz,  
Aqui entre cacau, ouro e café.

Floresce aqui também o guaraná,  
Lindo arbusto da floresta brasileira,  
O remédio da mata que nos dá  
Resistência tranqüila a vida inteira.  
Esta região de solo tão fecundo  
Sera Celeiro imenso no porvir,  
Tantos são os produtos que há de vir  
A oferecer para o Brasil e o mundo<sup>45</sup>

Nestes versos, Alta Floresta acabava por se constituir no paradigma da colonização ideal. O sonho místico de uma nova terra funcionava como uma bolha de sabão, levando longe esses homens que lá dentro reuniam a família, a “riqueza de muita terra” e um futuro de bem-estar.

### **Alta floresta: da riqueza da terra à “lição de conquista”**

Mas a produção do “novo mundo” não para aí. A empresa ainda se encarregava de difundir a “grande lição de conquista” que é dada para o interior do Brasil:

Meu sertão está em festa  
Do Carlinda ao Paranaíta  
Pois nasceu a linda cidade  
Que se chama Alta Floresta,  
No meio da selva tão verde  
Tratores de cor amarela  
Num céu azul de turquesa  
Cresce a pátria brasileira.  
Suor dos homens de longe

---

45 Guia serv., Edição Centro-Oeste. Escritório da INDECO/Cuiabá.

De todos os rincões da pátria  
Formando uma nova cidade  
Nesta terra abençoada  
Criando fartura e riqueza  
Saúde ao seu povo, por certo,  
Em muitos milhares de anos  
Lembrarão sempre da Indeco.  
São sonhos que se realizaram  
São vidas que se completaram  
Um teto bom para morar  
Muita terra para plantar  
Café, cacau e castanha  
Arroz feijão, muita fruta  
Água pura e gado no pasto  
Alegria é o final da luta<sup>46</sup>

Nestas estrofes, gravadas em *jingle* de propaganda da empresa, associa-se a projeção de riqueza da nova terra com a construção imaginária da pátria. O verde da floresta, sob o domínio da máquina – amarela – e mais o azul do céu, representando as cores da bandeira brasileira, desenharam o símbolo do Brasil Grande. A ideia que já vinha de Getúlio Vargas, da integração dos espaços vazios”, respalda-se agora, de fôlego novo, nas noções de Integração e Segurança do regime militar. Conquistar a Amazônia, deixa de ser simplesmente uma questão de luta por melhores condições de vida e realização pessoal do colono, para ser sobretudo uma contribuição do cidadão à nação.

A este respeito, não se pode deixar de assinalar, a relação mítica que o discurso estabelece entre o avanço do pioneiro – valeroso migrante desbravador – e a condição do cidadão como soldado da nação.

Com a expansão do poder político e econômico na Amazônia dos anos mais recentes, o discurso oficial retoma a mística da “alma

---

46 Disco de vinil distribuído pela Indeco – Escritório de Cuiabá.

bandeirante” própria da retórica do discurso de Vargas que, no final da década de trinta, vinha incorporada ao programa “Marcha para Oeste”. Como nunca antes, a penetração no território amazônico passou a representar um desafio de conquista nacional que Vargas, em seus discursos “profetizadores” de uma nova Amazônia, definiu como o “imperialismo para dentro”, a fim de integrar os “espaços vazios” ao mercado nacional. A “fronteira econômica” deveria coincidir com a “fronteira política”, através da ampliação do mercado interno, que teria na pequena propriedade um ponto de apoio fundamental. Entretanto, concebida como medida para enfrentar a velha ordem latifundiária e dar espaço às forças da industrialização, como também estabelecer um controle sobre as áreas de tensões sociais, tal projeto representava uma estratégia de dominação política. Neste sentido, o Estado Novo, ao conceber as diretrizes da política de colonização que instituía a ideia de uma reorganização do espaço social, colocava a “exigência de localização do migrante, ‘além da disciplina de um trabalho metódico e persistente’ (1º de maio de 1941)”<sup>47</sup>

A ênfase era dada, portanto, ao povoamento do interior brasileiro, para um “reajustamento demográfico”, em que se pudesse integrar esses “brasis”. E quem melhor que os homens, esses “trabalhadores persistentes” – “de todos os rincões da pátria – para realizar esta obra de edificação da nação? A retórica de Getúlio, em tom impositivo, estava sintetizada nestas poucas palavras: “O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste”<sup>48</sup>.

Dessa maneira, Getúlio Vargas, jogando o peso de tal missão nos ombros dos trabalhadores, provenientes sobretudo do Nordeste, convocava a nação a participar do esforço heroico de conquista da

---

47 A esse respeito ver “A nação em marcha” (II Capítulo). LENHARO Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, Ed. Papyrus, 1986, p. 53-74.

48 VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. RJ, Editora José Olympio, 1943.

Amazônia – ressuscitando-se o “espírito do bandeirante” no corpo do trabalhador brasileiro.

A este respeito, Alcir Lenharo encontra o fio teórico mais eficaz para interpretar e desfazer o ardil:

A construção da “Marcha” atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a ideia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional.<sup>49</sup>

Contudo, a “cruzada patriótica” prossegue. A analogia entre o “bandeirante” e o imigrante que participa da nova *Marcha par Oeste*, nas três últimas décadas do século vinte, é

clara. O retrato da imagem que Vargas havia criado – o pioneiro como o bandeirante moderno, símbolo da grandeza da pátria – ressurge com força renovada. Seguindo o percurso do “espírito bandeirante” pelos tempos afora, ou pela história oficial adentro, de Getúlio a Médici, a obra de Cassiano Ricardo – *Marcha para Oeste* –, aplaudida pelo governo Vargas em 1940, reaparece em 1970<sup>50</sup>, quando a construção da rodovia Transamazônica foi anunciada.

Como um fantasma que vagueia pela história do Brasil, talvez para cumprir uma missão maldita, o “espírito bandeirante” se incorpora às falas oficiais para ditar as ordens aos soldados da nação. O governo Médici foi um dos momentos privilegiados dessa história em que o fantasma tomou corpo, do alto do Planalto, apontando para a Amazônia.

---

49 LENHARO Alcir. *Op. Cit.*, p. 15.

50 RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. RJ, Livraria José Olympio E., 1970.

Exprimindo exemplarmente o discurso oficial, Cassiano Ricardo diz na conclusão do seu livro, em 1970:

A grandeza do Brasil exige o espírito bandeirante para sua própria conquista – dado o imperialismo brasileiro, que é nosso “expansionismo interno” – e o fenômeno bandeira não terá, portanto, deixado de existir<sup>51</sup>.

Mais à frente, arremata:

...hoje são (bandeirantes) todos quanto tomam parte da nova marcha destinada a preencher os vazios demográficos das regiões que pedem ‘novos bandeirantes’ equipados de nova técnica’ para o seu melhor aproveitamento econômico e social<sup>52</sup>.

A exaltação da grandeza da pátria, como se pode constatar, encaminha o discurso para o problema dos “vazios demográficos”, o qual deve ser resolvido pela racionalização dos deslocamentos dos grupos sociais para as regiões consideradas com menor densidade demográfica. Ou seja, de acordo com Ricardo, nada mais é do que uma questão de “reajuste demográfico”. Para esse autor, o “bandeirismo” se revestia de caráter civilizatório, no sentido de levar sobre seu rastro, para os recônditos das florestas amazônicas, a nova tecnologia, o desenvolvimento econômico – a “fronteira econômica” devendo coincidir com a “fronteira política”. Porém, havia uma “missão” a mais: “...os grupos isolados da civilização e da tecnologia aprenderão melhor a pensar em termos de país e de mãe-pátria”.<sup>53</sup>

E esta missão compete ao Estado levar adiante.

1979. O discurso do Ministro do Interior, Mário Andreazza, proferido na sede da SUDAM, em Belém, ao anunciar as diretrizes gerais da política de desenvolvimento para a Amazônia, retoma a “tradição

---

51 *Idem.* p. 622.

52 *Idem.* p. 652.

53 *Idem.* p. 652.

heroica” da conquista da Amazônia e firma o compromisso do Estado civilizador:

A utilização prudente e cautelosa dos recursos naturais da Amazônia, com rigorosa preservação do seu inestimável patrimônio florestal, deve constituir a preocupação básica do Governo Federal na execução da política de desenvolvimento da Região. [...] Considero que a Amazônia é parte inalienável do patrimônio do povo brasileiro. Suas riquezas, conhecidas, devem ser exploradas em benefício das gerações de brasileiros de hoje e dos brasileiros de amanhã. [...] Para que sejamos dignos do heroico empenho das gerações de ontem, que conquistaram e mantiveram a Amazônia, devemos usufruí-la com a nossa inteligência, nosso bom senso e nosso suor; para que sejamos justos com as gerações que hão de vir, deveremos cumprir com o nosso dever de preservar e de renovar as suas riquezas, pondo-as a salvo da destruição ou da cobiça. A essas tarefas e a esses deveres – comprometo-me perante a Amazônia e perante a Nação – prometo dedicar toda a minha fé e toda a minha energia<sup>54</sup>.

Como se pode perceber, a “tarefa civilizadora” de transformar para recriar uma “Nova Amazônia” não se limita à ocupação demográfica dos “espaços vazios” e de sua valorização econômica. Seu significado vai além desta concepção. Enquanto “patrimônio do povo brasileiro”, passa necessariamente pela representação da expansão do patriotismo, que se manifesta como uma bandeira viva no corpo e no sentimento de cada migrante, abrindo a mata, plantando e defendendo a Pátria”. Nesse sentido, ainda que o discurso não deixe explícito, nada pode ser mais comparável ao heroísmo que a disciplina e o sacrifício do pioneiro – o “suor dos homens de longe”.

O governo militar, nessa perspectiva, se apresenta como o guia maior dos “modernos bandeirantes” para a efetiva incorporação da

---

54 “Andreazza anuncia as linhas do progresso – a nova Amazônia”. In: *Carta da Amazônia*, Ano VIII, no. 61, julho/setembro de 1979, p. 3.

Amazônia ao território nacional, na realização de um “Brasil Grande”. A “vocalização de grandeza”, estigmatizada no governo Médici, “o compromisso com o desenvolvimento”, a “missão nacional” da qual estava imbuído o regime militar, exigia, afinal, que todo cidadão assumisse a sua “brasilidade”.

Essa direção político-ideológica traçou a linha do discurso voltado para ordenar e disciplinar o processo de ocupação da Amazônia, culminando com a ideia mais acabada de INTEGRAÇÃO NACIONAL, fundamentada na concepção militar de SEGURANÇA NACIONAL. A ideia de Integração assenta-se nesta mística da ocupação da Amazônia, relevando a missão de incorporar terras, defender fronteiras e preservar riquezas.

Todavia, pode-se ir um pouco mais longe nessa análise: a estratégia política da integração nacional constituiu-se em um instrumento poderoso nas mãos do Estado, no sentido de imprimir um tipo de unificação em torno das ideias nacionalistas que, no campo da ação concreta do Estado, se entrecruzavam com as medidas de controle na organização social do espaço amazônico. Logo, é no próprio desenrolar das práticas políticas que se caracteriza a imposição de uma lógica militar voltada para a “nova ocupação”. Nesse caso, a atenção especial teria que ser dada ao colonizador e ao colono, uma vez que – sob as determinações de uma política dirigida à fixação dos grupos sociais em deslocamento, em fins do século vinte – é o colono que será visto como o mais qualificado para “prestar esse serviço à Pátria”.

Essa visão mítica sobre a conquista da Amazônia, que atravessa o discurso oficial, nos chama a atenção para a enorme dimensão que toma o mito da “terra de riqueza”, mais significativa que a simples imagem que reproduz os homens se deslocando para a Amazônia em busca de terra. Não podemos nos esquecer que nessa imagem os homens se encontram retratados como verdadeiros guerreiros em marcha, de machado e foice nas mãos, prontos para enfrentar

o perigo e a “natureza selvagem”, penetrar no território e ocupar a “nova terra” sob as ordens de autênticos comandantes – os colonizadores – que ali se encontram. Embora os que para lá seguiram tivessem sido vencidos em outras lutas, são agora reanimados pela bandeira da Pátria que tremula ao longe, recrutando esses brasileiros, os trabalhadores incansáveis de um “Brasil Grande”.

Outros aspectos, contudo, impõem uma observação importante para se pensar as experiências das famílias que se deslocam de um lugar a outro. As experiências passadas, as alegrias, os sacrifícios e as decepções, tiveram na “terra de origem” seus primeiros referenciais. Funcionam como verdadeiros guias luminosos na imensidão do ontem, na percepção do tempo presente e na representação do tempo futuro. Assim, é do lugar onde nasceram ou que viveram a maior parte de suas experiências que os homens e mulheres recebem o estímulo primeiro e mais importante para identificar a sua terra natal.

É preciso problematizar a mudança da população rural que se movimenta para outra região no espaço geográfico da nação, sobretudo quando dirigida pelo governo e pelas empresas privadas de colonização. O Estado e as empresas privadas trazem a propaganda da riqueza da terra, aliada ao discurso da Pátria, tornando mais presente o reconhecimento da nação. Ao se deslocar para a Amazônia, o colono não só amplia a dimensão geográfica que tem sobre o país – atravessando cidades e limites estaduais – como ainda enfrenta, direta ou indiretamente, o aparato jurídico-burocrático do Estado para tornar legal sua ocupação no lote adquirido, em quaisquer das unidades políticas estaduais.

Por conseguinte, da esfera federal à esfera estadual, os colonos têm, geralmente, que passar pelos vários mecanismos de controle voltados à distribuição dos “migrantes” nas áreas de colonização. Nos casos em que a própria empresa particular cuida de toda a documentação para assegurar ao colono a sua transferência e posse de sua terra, ela mesma assume o papel de intermediária entre a

burocracia e os ocupantes, a fim de realizar o assentamento no núcleo de colonização<sup>55</sup>.

O que importa caracterizar, é que para o colono, a experiência do deslocamento, de uma região a outra, envolve uma série de novos contatos: têm que ser identificados e catalogados; são obrigados a lidar com a burocracia do Estado; convivem com pessoas de hábitos diferentes; e, quanto à empresa particular, são pressionados a reconhecerem o comando e o papel imprescindível do colonizador no mister de garantir a existência das suas vidas na *nova terra*, como veremos mais adiante.

A princípio, recebendo toda a ordem possível de estímulos positivos para efetuar ou se dispor à mudança, os colonos são apresentados, ao longo de todo o percurso, como *um brasileiro* à conquista da terra. Produção de uma identidade que ganha proporções inusitadas ao ser ntada e referendada nos lugares por onde passa, ou por uma exigência do controle político-burocrático sobre a ocupação das terras da Amazônia, ou para infundir-lhe os mais altos sentimentos patrióticos. A “terra da riqueza”, deste modo, se confunde com o “chão da Pátria”; o trabalhador pioneiro assimila o soldado a serviço da Pátria; o trabalho e o progresso significam o engrandecimento da nação.

É bastante expressiva, nessa perspectiva, uma outra letra apresentada no já mencionado “I Encontro da Canção Nativa de Rondônia”:

Rondônia, Estado paraíso do migrante  
Rondônia, abrigo que acolhe o sofredor  
Estado amigo, hoje me sinto um teu filho  
Rondônia, a terra do trabalho e do amor.  
Rondônia, eu vejo o teu futuro já presente  
Pelo trabalho de teu povo pioneiro;  
Rondônia, eu sinto, quando vejo teu progresso,  
Que neste solo, a gente é mais brasileiro.<sup>56</sup>

55 Sobre o papel da empresa de colonização, ver o Capítulo III.

56 *I Encontro da Canção Nativa de Rondônia*, Ji-Paraná, março de 1985.

Demonstra-se nestas duas estrofes um esforço patriótico pela terra – Rondônia – e uma exaltação ao trabalho. Um trabalho que redimiria esses homens do malogro da vida passada. É como se “o novo brasileiro” pudesse agora encontrar o *caminho certo* – na rota do progresso, o futuro se garantiria. Há uma elevação quase bíblica deste “povo eleito” que, após sua peregrinação, alcançaria, enfim, a “terra prometida”.

Em Alta Floresta, os colonos têm uma confirmação direta desse *destino manifesto*, quando em 1980, João Figueiredo fez uma visita à cidade. O alvoroço causado pela chegada do Presidente foi tal que em todos os relatos dos colonos registra-se o seguinte: “– É o maior acontecimento de nossas vidas!”. Uma forte mistificação envolve a figura do Presidente por parte dos: “– Ele me abraçou!”;...” – Tomou as minhas mãos!”;...” – Foi o dia mais feliz de minha vida!”;...” – Eu já havia sonhado com isto!”;...” – Cheguei perto pra me dar sorte!”;...” – Eu sabia que um dia isso ia me acontecer!”<sup>57</sup>.

Para os colonos a presença do governo significa um testemunho da importância da sua cidade e, sobretudo, de uma consideração especial a esses brasileiros pioneiros, bandeirantes da “nova Amazônia”. E, nesse imaginário, o Presidente prenuncia os bons tempos, como ainda traz a confirmação de que Alta Floresta é uma escolha acertada. Não resta mais dúvidas de que o progresso havia chegado. A religião do “mundo novo” – progresso e trabalho – surge com a aura da salvação. Mais uma vez se tentaria ensinar o respeito a propriedade, a ordem e a disciplina, indispensáveis à construção do amanhã. Todo “bom colono” deveria ser um “bom cidadão”.

---

57 Entrevista com o Sr. Ditão, Alta Floresta, fevereiro de 1981.

## Tempos difíceis

Franz Kafka conhecia bem a superstição de destino que toma conta daqueles que vivem sob o domínio perpétuo do acaso, a inevitável tendência de encontrar um significado sobre-humano especial em eventos cujo significado racional fica além do conhecimento e da compreensão dos interessados. Tinha plena consciência da estranha atração dessa gente, das estórias populares e melancólicas, lindamente tristes, que pareciam tão superiores à literatura mais leve e mais alegre das pessoas mais felizes. Denunciou o orgulho da necessidade, até mesmo da necessidade do mal, e a repugnante vaidade que identifica a desventura e o mal com o destino.

Hannah Arendt, *As origens do totalitarismo*

### A história de dona Rose

Este capítulo tem início com o relato de dona Rose<sup>58</sup>. Ela foi a mulher que enfrentou as mais duras geadas no Paraná. Foi para o Paraguai

---

58 Entrevista concedida por Dona Rose, em seu hotel. Alta Floresta, fevereiro de 1981.

procurando por uma vida melhor, perdeu tudo. Voltou-se para o Mato Grosso, ficara sabendo das terras da Amazônia. Nas propagandas das empresas de colonização privada encontrava respostas para os seus anseios e projetos, acreditando que “...Deus – ou o destino – preparava o caminho pra nós...”. Dizia não ter nada, mas que vivia com coragem, determinada a se estabelecer em algum lugar da parte norte de Mato Grosso, que se apresentava com muita terra e “projetos de infra-estrutura urbana”, segundo as propagandas. Dona Rose partiu com poucos bens e, logo compreendeu, que nas terras do Mato Grosso não se adquiria propriedade sem algum capital. Negociou com a colonizadora e resolveu ser a dona da pensão, do núcleo de Alta Floresta, da empresa INDECO e propriedade de Ariosto da Riva. O lugar, inicialmente, era de difícil acesso, a maioria dos trabalhadores que para lá se dirigia era homens, mas ela não teve dúvida, usou da artimanha de convencimento numa linguagem que os colonizadores conheciam bem: “... eu já sou meio homem...”. Demonstrará sua força e determinação, compondo a sua personagem como agente social, escolhendo, traçando rumos, enfrentando aquele universo masculino, articulando-se com todos – a relação de gênero se impõe –, agindo e comandando suas ações. Ali recebia mulheres, homens e crianças de “tudo quanto é lugar do Brasil: todo mundo que veio passou pelas minhas mão... “. Muita coisa ela viu, sentiu e contou.

“Cheguei aqui em Alta Floresta em 1976, vim de Maringá. Antes nós tivemos no Paraguai. No Paraná dava muita geadada, queimava o café, e a gente procurava um lugar que não geasse. Fomo pro Paraguai. Então quando fez uns três ano que nós tava lá, deu geadada, aquela neve que deu! Foi pra tudo quanto foi lugar! Aí ficamo nervoso e falamo: – não ficamo mais aqui, porque disseram que não geava, e geou, e queimou tudo, e quando tava no melhor da festa parou tudo... então vou pro meu país! Chegamo em Maringá, queria achar um lugar de colocação, mais precisava de muito dinheiro, que lá na altura que ta pra se colocar precisa de muito dinheiro.

Mais meus filhos num queria que nós viesse, e eu disse: – deixa a gente ir pro lugar que nós tamo quereno, lá a gente vê se dá pra ficar ou se num dá! – Pra onde vocês vão? – Perguntaram. – Num sabemos! Onde Deus determiná que eu deva ir. Deus preparava o caminho pra nós, onde ele determinar nós chegamo e ficamo. Aí o meu marido dizia: – Olha, nós temo de ir até o fim da estrada, quando acabar a estrada nós paramo, eu vou até o fim da estrada, eu vou achar esse lugar que num chega!

Só trouxemo a roupa do corpo, pegamo um fusca velho e viemo embora – eu e meu marido, uma filha e o genro. Aí chegamo em Colíder<sup>59</sup>. Isto aqui – Alta Floresta – tava ainda sem abrir, tinha só uma abertura aí perto do rio, mais tava até proibido de ir mulher, porque era só peão que tinha. Então falei pro meu genro: – E eu que vou lá onde abriu a Indeco! – Lá nem mulher num vai, porque é só peão! – Eu já sou meio homem, pode deixar que eu vou lá!

Então falei com meu marido, ele quis vim e nós viemo mesmo. Chegamo lá naquela beira de rio, num tava nem aberto, tava começando abrir lá no Telles Pires, aí eu achei que tava bom. Conforme eu vi as terra, e vi as documentação, eu vi que era uma coisa segura, não era igual Colíder.

Cólíder era muito bom, tem as terra muito boa, mais num é uma coisa legalizada. A gente tamo ali, de repente se sai, o outro já é dono daquilo. Então achei que não era seguro, com a documentação certa, então vamo ficar pra cá.

Quando cheguei aqui, vi que era tudo certo, mais falei com o moço da Indeco: – Moço, mais o nosso dinheiro é pouco, nós queria é comprar uma chácara! Chácara num dava pra comprar. Queria comprar chácara, enfeitar bem ela, deixar bem bonitinha, perto da cidade! Mais eles num vendia como chácara os sítio, só

---

59 Outro núcleo de colonização, situado na parte norte de Mato Grosso, na época, muito conhecido pelas irregularidades da sua documentação.

quarenta e dois alqueire... – Então num dá! Aí eu pensei no hotel: – Companhia sempre faz hotel no lugar, né? Num tinha nenhum, era tudo mato!

Quando voltamo outra vez, já tava aberto alguma rua, já tinha estrada que vinha até aqui no trevo... Então falei pro moço da Indeco que tomava conta daqui: – será que eles num vão fazer o hotel da Companhia? Porque toda Companhia faz um hotel e funciona como hotel. – Pois é isso que eles tão quereno fazer, mais não deu a altura, porque é muita coisa que tão fazeno agora no começo, e ainda não deu altura pra abrir esse hotel, mais eles vão abrir! – Como posso fazer pra falar com eles? – Só em São Paulo ou aí em Cuiabá, que aí tem também o escritório deles.

Então eu voltei, e falei pro genro: Agora nós temo de partir pra outra, que terra não deu: – Pra outra o que? – Eu vou... Tou com vontade de ir pra lá. Nós planejamo de ir pra lá, mais pra tocar um hotel. Mais Dona Rose, a senhora num ta doida? A senhora num queria ir pro mato? Queria! Mais num ta no mato? Mais a senhora quer entrar mais pro mato? – Mais lá é o fim da estrada mesmo, lá é onde nós temo que ir, que lá é bom. Eu vou amanhã pra Cuiabá.

Aí eu cheguei em Cuiabá, fiquei lá esperano os homem da Indeco durante oito dia. Num podia pagar hotel, fiquei em casa de uma dona, fazendo o serviço da casa, em troca de comida e lugar pra dormir.

Quando chegou o dia eles me marcaram a hora, eu fui muito antes daquela hora, né? Então cheguei, tava todo mundo... o Doutor Vicente, o seu Ariosto, esse Benjamin. Uma porção deles assim na porta, já de saída pra ir embora. Eu falei: – Ó gente! – Cumprimen-tei eles, e perguntei: Quem é da diretoria? Não estou sabendo quem é... – Somos nós mesmos, a senhora falou com a pessoa certa, aqui tá todo o corpo da diretoria, esse é fulano... esse é fulano... Que é que a senhora queria? Eu queria falá com os senhores uma coisa que me interessa e talvez seja bom pra vocês. – Olha, nós temo

pressa, que o avião tá de saída! – Mais é um bocadinho só. Duas ou três palavras e já sabemos se fica certo ou não fica. É sobre o hotel lá de Alta Floresta, expliquei pra eles. Faz oito dias que espero por vocês, então como é que eu vou ficar mais aqui? Eu moro longe – sabe que Alta Floresta é longe. Eu moro em Colíder. Então me perguntaram: – Mas Colíder num tá bom? – Tá bom, e é terra boa, num tem dúvida, mais nós num queremos comprar porque num é legalizada, por isso eu queria trabalhar no hotel, que o meu dinheiro num dá pra fazer mais nada.

Então eles me perguntaram se eu tinha aviamento pro hotel e tudo, aí eu respondi: – Não tenho nada, não tenho dinheiro, só tenho coragem e trabalho. Não tenho aviamento de hotel, só tenho um pouquinho de arroz lá, que eu compro e torno a vender. Eu e minha família queremos trabalhar, só isso!

Então eles começaram a gostar do papo e ficaram até uma hora ou duas comigo. E aí eu me toquei: – Vocês vão perder o avião! E eles disseram: – Não, o avião é nosso mesmo, pode deixar que nós estamos tranqüilo. Aí me despedi deles, mais antes pedi uma garantia: – Se a senhora quiser palavra, nós temos palavra. Então tá escrito e carimbado, só se eu morrer ou qualquer coisa acontecer, mais do contrário, tá feito o negócio.

Depois nós ficamos esperando, porque demorava muito pra construir o hotel por causa do material que vinha tudo de Cuiabá, tudo com dificuldade pra eles. E aí quando chegava aqui, a metade a pedreira quebrava, a metade estragava. Por isso ficamos lá em Colíder e vinha sempre ver se tava construindo o hotel. Quando foi um dia eles falaram: – A senhora num queria vim um pouco antes, nós desocupava aqui, que o trevo é ali, nós vamos fazer outra cozinha e a senhora funciona esta aqui pra dar comida ao povo. – Ó gente, se vocês já me tivesse falado antes que eu podia vir, já tinha armado um barraco ali perto de vocês, já tava funcionando, ia ser muito melhor! Mais me deixaram alerta: – Nós num vamos prometer muita

coisa pra senhora, de luz, de motor, deixar essas coisa, deixar tudo não... Porque nós vamo precisar lá, pra casa da diretoria. Então respondi: – Não tem importância, eu funciono com lampião, funciono com o que der certo, até que a gente chegue lá onde quer. E eles precisavam do cilindro, eles precisavam do motor, de tudo que tava ali funcionando.

Passado uns tempos, quando eu vi, tava chegando motor, gerador, cilindro de pão, tudo que precisava pra aquele fim. Por que eu tava amassano pão no braço, assim às dez hora da noite, religiosamente. Tinha de amassar aquele meio saco de trigo pra dar pão pro povo comer, e tinha, só da companhia, uns noventa homem. Depois vinha seis, oito Kombi do Paraná, direto! E ali eu tinha ainda o cuidado de partir a metade do pão doce e a metade do pão de sal e fazia um forno de pão de sal e um forno de pão doce assado. E quando era cinco hora, jantava caldeirão de leite, caldeirão de café e o pão assado pra esse povo comer, e eu tava ali sozinha porque não achava mulher pra fazer!

E tem mais, no almoço era meio boi e dois porco e esses porco eu ia pegar lá no chiqueiro ainda às quatro da manhã. Já tava fervendo a água, eu pegava ele pro pé e enfiava no tambor e depois já ia cortano os pedaços e jogano numa caçarola pra ir fritano. E quando acabava o boi, acabava o porco, a gente comprava uns dois, três saco de jabá e picava tudo miudinho, ferventava e fazia ele no meio do arroz, fazia de qualquer maneira pro povo se alimentar. Então a gente fazia aquilo, o povo se alimentava. E esse pão não podia faltar de manhã cedo também, porque o povo ia ver terra e eles não podia sair sem alimentação, porque as vezes eles chegava de noite. As vezes era longe, queira correr os mato tudo, né? Tinham de ter alimentação de manhã cedo, senão eles num agüentava. Às vezes eu já tinha dado alimentação pra todo o povo, de repente eles gritava: – Dona Rose, óia! Chegou um caminhão ali com uns sessenta homem em cia! Tão tudo com fome, querem almoço!

Mas já tinha caldeirão bem alto ferveno, arroz escolhido, tudo! E eu tirava aquelas posta de boi, porque num dava pra por na geladeira, né? Tirava e ainda moía carne, enchia as posta e deixava frito na caçarola e depois ia cortano assim como bife. Então tava tudo fácil, e eu respondia: – Fala pros homem descer do caminhão, pode vir quente que eu to ferveno! Já ia cortano aqueles bife e temperano outra caçarola de arroz, às vezes tinha outra metade mais ou menos, enquanto eles comia aquele, a gente fazia outra! Chegava gente direto aqui!

Mosquito, minha filha? Era de enxame no rosto! Às vezes tinha que fazer igual aqueles bandido, amarrava um lenço assim no rosto pra respirar melhor, pro mosquito não entrar na boca! Quando eu num agüentava mais, passava a mão no rosto, nos braço, fazia balde de mosquito!

Depois chegou uma mulher que veio com o marido comprar terra, e falou assim pra mim:

– Mais eu pra mim um lugar desse é só se for louco ou tiver com muita precisão de chegar aqui!

E eu confirmei: – Ó dona, a senhora acertou, porque eu tinha muita precisão de chegar aqui, num lugar desse! Mais a senhora não fique nervosa não, que as coisa vai tudo bem, a senhora vai ver como essa vai ser uma cidade maravilhosa!

– Que maravilhosa! No meio de um sertão desse... num se sabe o que vai dar! Eu num deixei meu marido ver as terra, ta esperano os outros que vieram junto, não sou doida de vir pra um lugar desse!

– Não se incomode não dona, que a senhora ainda vai ver que eu ainda vou hospedar o presidente da República, a senhora vai ver!

Só sinto não saber mais quem é essa mulher, que eu ia contar pra ela que o meu hotel foi requisitado pra hospedar o Presidente da República, foi o Figueiredo, quando ele veio aqui em 1980, cumprimentar o povo desta terra, que tava ajudando o país a crescer! Só que não precisou, porque ele já tinha passado por

Sinop<sup>60</sup>, mais que ele veio, veio! Aquela arrumação toda aqui no hotel, foi um sucesso!

Mas a vida naquela época assustava mesmo, só que a gente enfrentava cm coragem, já teve dia até que eu fui vê um barulho e, sabe o que era? – Uma onça, minha filha!

Naquele tempo, o trabalho foi demais! Tinha dia que eu dormia mais ou menos duas hora por noite, porque além de amassar aquele pão, eu tinha que deixar a cozinha toda arumadinha. Pegava uma trouxa de roupa, botava na cabeça e fazia de tudo pra arrumar os dezoito quarto. Não havia mulher aqui pra ajudar, depois é que eu achei uma aí na beira da estrada.

Todo mundo que veio de lá passou pelas minhas mão... Tinha gente com muita vontade de arrumar terra. Uns vinha pra trabalhar sem nada, outros vinha pra comprar terra e por último, começou a chegar aquele povo de ônibus, sem nada, sem jeito, nem comida num tinha! Mais eu punha um bocadinho de farinha na boca das criança, eu ia lá vê, porque as criança num tinha alimentação... então eu fazia uma bandeja de comida, uma bacia de comida e levava pra todo mundo comer! E eu falava: – Espera seu marido arrumar colocação, encoste ali na área, num fica aí no meio da rua desse jeito, sem lugar! Quando o seu marido vier, ele leva a senhora. Aí eu procurava arrumar tudo e cuidar do povo.

E os homem quando chegava do mato! Eu via que tava tudo armado! Os homem daqui gostava de carregar revólver e faca, mais eu chegava com jeitinho, conversando com eles, e explicava: – Olha, o senhor num vai levar a mal não, mais aqui a Companhia num permite que ande armado, por causa que ela tá recebendo o povo do Paraná, e o povo do Paraná tem uma cisma do Mato Grosso! Se eles vê armado, eles num pensa que é porque vocês precisa desse

---

60 SINOP – Cidade que surgiu também da colonização ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, fundada em 1974, pela colonizadora SINOP S/A (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná).

revólver pra se cuidar lá no mato, que vocês tão perigano com as cobra, as onça... Eles pode pensar que vocês tão com o revólver pra enfrentar qualquer pessoa que vem, né? Então vocês dão pra mim guardar e com o esparadrapo eu deixo o seu nome e num tem perigo de se perder!

Outras vezes chegava dois, três caminhão de peão, eles começava a beber e, então eu me aproximava:

– Só dou um pouquinho de pinga que num faz mal... Se bebe, perde o seu jeito de homem! Que graça tem?

– A dona tá certa!

E o seu Ariosto costumava dizer pra mim: – Cuida do meu povo, eles confiaram em mim!

Muitas vezes eles me chamavam de "mãe Rose", tem vezes até hoje, de entrar algum pretão velho aí e perguntar: – Cadê a "mãe Rose"?

Mais a coisa mais importante que eu senti na vida, sabe o que foi? Quando eu fui chegano, eu vi passar lugares que eu já tinha visto quando era criança... Parece que eu já vi esse lugar... parece que eu já morei... parece que já é conhecido... E aquilo foi me dano uma emoção muito grande e uma vontade de chorar!..."

A história de D. Rose, concentrada de tensões, expressa o papel atuante das mulheres em espaços sociais recuperados. A experiência vivenciada, reconstruída em uma memória dos tempos da colonização, condensa uma história coletiva de muitas outras mulheres e homens que se dirigiram para o território amazônico, nas últimas décadas do século vinte. O seu relato, contando o que via e fazia, ao elaborar frases e figuras, estampa imagens e situações carregadas de significados, colorindo os cenários, fazendo dos acontecimentos um instrumento – argila para modelar a sua vida como experiência. Como uma narradora exemplar, D. Rose revela uma rica leitura do passado, resignificado no tempo presente. Quase que imperceptivelmente nos conduz ao universo de suas lembranças, dos tempos da abertura das "novas terras".

Cada palavra tem uma direção certa, traçando um caminho conhecido... quantas vezes trilhado em sua memória? Ela constrói a sua narrativa quase que de um só fôlego, com interrupções marcadas pelo tempo de sua memória, em que o seu olhar se volta para o interior dos acontecimentos que determinaram os rumos de sua vida. Para quem a ouvia, era certo que aqueles breves instantes somente a ela pertenciam.

A sua resolução em encontrar um outro lugar – que se revelara em sonhos desde criança – já havia sido tomada antes mesmo de seguir para o norte. O Paraguai foi o primeiro passo desse percurso – encontra-se aí a ponta do fio da sua extraordinária história.

A saída do Paraná, na primeira tentativa, já significara uma maneira de romper com o mundo da agonia e do desalento. Contudo, não passou de uma tentativa. No Paraguai sofreu uma geada avassaladora, também lá a vida foi dura.. Decididamente, o “lugar da sorte” também não estava lá. Melhor seria voltar ao seu país, isto é, à terra conhecida.

Para os trabalhadores do campo que pouco tinham, a geada não significava tão somente comprometer ou acabar de uma vez com as lavouras. Mais que isso, trazia a certeza de que era preciso recomeçar tudo outra vez. D. Rose voltou ao Paraná. Teria a oportunidade de “encontrar um lugar de colocação”?

Para essa mulher obstinada, a luta deveria continuar. Resolveu, então, ouvir o “apelo do destino”, como ela mesma disse. Daria a sua arrancada final. Juntamente com seu marido seguiriam a estrada até o fim, teriam que encontrar “esse lugar que num chega!” “O caminho entre os caminhos” certamente Deus revelaria ou o acaso abençoado.

Com essa determinação partiram e levaram consigo somente a roupa do corpo, um fusca velho e a confiança. Haveriam de encontrar um porto seguro.

Porém não se pode deixar de dizer que, como bem havia notado aquela mulher que encontrou dona Rose em Alta Floresta, somente

aqueles “que têm muita precisão” se sujeitavam àquele sertão, aos mosquitos e a uma vida que chegava à beira da tortura. E não só a “precisão” os conduzia para lá. Junto a ela havia a fé, existia “aquele caminho” por onde o destino os levaria até o “paraíso perdido”. Eram homens e mulheres acostumados à vida de muito trabalho no campo, eram mãos calejadas e sofridas de tanta labuta, eram criaturas cansadas de ver o produto de seu trabalho ser vendido no mercado em troca de quase nada, para, no final, essas mesmas mãos terem que recomeçar o duro trabalho noutros lugares.

Quando dona Rose conseguiu falar com Ariosto Da Riva, sobre sua intenção de comandar o funcionamento de um hotel em Alta Floresta, ele quis logo saber das suas condições para “tocar” tal empreendimento. Ela foi simples e objetiva: “Não tenho nada, não tenho dinheiro, só tenho coragem e trabalho”. E o dono da Indeco sabia que para executar tal função, para a qual aquela mulher “meio homem” se candidatava, o que mais importava era o trabalho e a força de vontade de dona Rose.

Não possuindo condições para comprar terra, necessitando do trabalho, dependeria, a partir daí, da empresa. Defrontava-se novamente com o *mundo do dinheiro*, sob o domínio da reorganização da divisão social do trabalho. Em alta Floresta responderia pela empresa. Apostou sua vida nisso.

E assim ela começa a relembrar o tempo difícil da chegada, ainda muito vivo em sua memória presente: amassando o meio saco de trigo e fazendo o pão que iria alimentar o povo; preparando as carnes de porco, de boi, dos altos caldeirões de comida; garantindo aos homens que lá se encontravam o sustento de todos os dias, mesmo para aqueles que chegavam fora de hora... “e os mosquito, minha filha!”

Dona Rose não só contava sobre as pessoas que ali chegavam para comprar terra, mas também falava daqueles que iam aparecendo, sem dinheiro, tentando se aventurar... do povo que chegava

de ônibus, “sem nada, sem jeito, nem comida num tinha”. Assim, testemunha que não só pequenos proprietários afluíram para alta Floresta, mas também trabalhadores sem terra, despossuídos de quaisquer bens.

Relata ainda que ali tudo era muito rápido, desde o tempo em que a Indeco resolvera abrir naquela área o núcleo de colonização, fazendo surgir uma nova cidade. Um dia ela foi, não tinha nada; noutro, já haviam sido abertas algumas ruas; um pouco depois o hotel estava funcionando “a todo vapor”, com um enorme movimento na área sobre controle da colonizadora. Mas como se isso fosse pouco, dona Rose vinha logo dizendo que o presidente da República tinha visitado a sua cidade. De 1976 a 1980, uma cidade estava consolidada naquela “floresta”. Em quatro anos um “novo mundo” havia ali se instalado.

No dia a dia ela ia observando e participando de tudo. Aconselhava e controlava os grupos de homens, procurando manter a ordem no lugar. Sua história nos proporciona refletir sobre as atitudes e práticas dos agentes sociais, colocados na linha de frente das experiências individuais e coletivas. A Indeco somente via nessa mulher sua pessoa de confiança, mas dona Rose achava que deveria ser “agradecida ao seu Ariosto”, porque ela apenas cumpria a sua sina... “Alta Floresta é o fim da estrada mesmo!”.



As populações pobres que vivem à mercê de regimes autoritários tendem a estabelecer uma relação mística com tudo aquilo que toma parte dos acontecimentos diários que marcam suas vidas. Nesses regimes, os governos têm como um dos principais instrumentos para legislar os decretos-lei. Tais instrumentos de poder expressam

o domínio arbitrário de uma política de opressão, em que o legislativo perde suas funções efetivas, os partidos políticos passam a ter um papel insignificante no encaminhamento político da nação e o judiciário deixa de ter sua “autonomia relativa”, mais fazendo parte de um grande jogo.

No Brasil, sob o regime militar, os trabalhadores do campo e da cidade viram obstruídos os canais que pudessem dar voz às suas reivindicações e foram impedidos de participar do processo de decisão política que definiu os rumos do país. Isto implicou em aumento da exploração do trabalho, tanto urbano quanto rural, com um empobrecimento assustador da massa de trabalhadores no conjunto da sociedade. Mas, nesse contexto de miséria e opressão, importantes formas alternativas de luta foram se desenvolvendo, desfraldando a bandeira da resistência de homens e mulheres, como por exemplo, no campo, o movimento dos sem-terra<sup>61</sup>.

Governar por decreto, de uma certa maneira, assemelha-se ao poder das bruxas, que buscam deter para si o controle das pessoas e da natureza pelas fórmulas e poções mágicas, e que podem, a qualquer momento, tirá-las do bolso ou do “caldeirão” e lançá-las como “ordens necessárias” de uma *verdade oculta*.

Torna-se importante lembrar que os decretos não se justificam em nome de princípios gerais como a lei, que não é elaborada para uma aplicação puramente circunstancial e imediatista. Os decretos, ao contrário, se explicam pela necessidade e utilidade práticas, criando a aparência da ação permanente, da superioridade da prática sobre a teoria, sendo válido somente para certos momentos específicos, produzidos para um determinado fim. Possuem, desta forma, um caráter oportunista e extremamente vantajoso para os governos

---

61 Sobre os *sem-terra*, ver o Capítulo “Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural (entre a expansão capitalista e a insuficiência das alternativas de participação). In: MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984, p. 75-112.

autoritários, pois tornam-se de extraordinário peso na execução da política. E, ainda, nessa perspectiva, a *força* passa a ser a fonte direta de toda a legislação. Nesta linha, o Estado se apresenta como aquele que é especialmente capaz para detectar os problemas econômicos e sociais e criar estratégias para solucioná-los, pretendendo seguir as regras ditadas pela ciência e pelo saber, seguindo regras técnicas e, fundamentalmente, não questionando se são justas, mas provando, por meio de justificativas racionais, que são úteis<sup>62</sup>.

Dessa forma, procura-se legitimar o poder e justificar a utilização dos decretos, que aparecem sempre estampados com a aura da necessidade, trazendo à tona “razões de Estado” que a tudo pretendem explicar, reprimindo e rejeitando aquilo que é diferente por natureza das suas concepções. Por isso é que, nessa forma de governo, o Estado procurou ter o controle cada vez maior dos canais de comunicação de massa, da informação política, direcionando-os para o pronunciamento de medidas econômicas e às considerações técnicas dos assuntos de economia, tentando sempre esvaziar o discurso político. Ora, há uma interação vital entre *controle autoritário* e *racionalidade*. O primeiro, contando com instrumentos de poder de caráter transitório, específico, discriminatório e acomodativo de interesses, que são os Atos Institucionais, os decretos-lei, além dos Atos Complementares; quanto à racionalidade, esta revela-se no discurso do governo através de uma retórica modernizadora, em nome do desenvolvimento econômico.

Nesse âmbito político em que se define o autoritarismo, gera-se um quadro de incerteza e um clima de medo, difusos por toda a sociedade, porque ninguém sabe ao certo de quem vem e de onde vêm as resoluções que afetam decisivamente a vida das pessoas,

---

62 Sobre o Estado e as modernas formas de legitimação do poder, ver especialmente estes dois importantes trabalhos de HABERMAS, J: “Técnica e Ciência enquanto Ideologia”. In: *Os Pensadores*. SP, Abril Cultural, 1980, p. 313-343; e *A crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. RJ, Edições Tempo Brasileiro, 1980.

parecendo mais que estão submetidas a forças ocultas. Isto levou Hannah Arendt a afirmar que:

...os decretos têm um aspecto de anonimato (enquanto as leis podem ser atribuídos a determinados homens ou assembléias) e, portanto, parecem emanar de algum supremo poder dominante que não precisa justificar-se<sup>63</sup>.

Entretanto, ao mesmo tempo em que, nesse quadro autoritário predomina uma política que se impõe pelo controle e vigilância social, o Estado aparece irradiando segurança ao se colocar como o grande administrador da economia doméstica, aquele que tem o monopólio dos instrumentos racionais capazes de acelerar o bem-estar social e fomentar o progresso.

E foi em nome do desenvolvimento econômico e do bem-estar social que o governo autoritário justificou e estimulou a colonização particular na Amazônia, sob a força dos decretos-lei. O esvaziamento das tensões sociais no sul e o aproveitamento das riquezas da Amazônia em “prol do migrante”, contribuindo para o engrandecimento da Pátria, assinalaram o conteúdo principal do discurso governamental.

Os empresários e os grandes proprietários, dentro da ficção da legalidade, tiveram respaldo para avançar sobre os direitos dos trabalhadores em geral. Os pequenos proprietários e os demais trabalhadores do campo sofreram todo tipo de pressão para recuar<sup>64</sup>.

---

63 ARENDT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. *Op. Cit.*, p. 320.

64 MARTINS, J. de Souza. *A militarização...* *Op. Cit.* Este autor baseando-se em dados fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – “Aspectos da Evolução Agropecuária Brasileira: 1940-1980” –, afirma: “Ali (Paraná), entre 1970 e 1980, desapareceram cerca de 100 mil propriedades rurais, em virtude das expropriações e da concentração fundiária. Desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, nas regiões Sudeste e Sul do país, desapareceram nesse período cerca de 200 mil propriedades”, p. 99.

E assim, muitos homens e mulheres colocaram-se em marcha para as terras da Amazônia. E, como D. Rose relatou, chegavam “aos montes”. Mas para essa população pobre, que muito pouco controle pode ter sobre o seu futuro, vivendo sob os “reveses da sorte”, amparando-se em Deus ou apelando ao destino, os acontecimentos que rondam sua vida surgem repletos de sinais místicos. Há sempre uma explicação que extrapola o entendimento comum, uma mensagem invisível, ou o “dedo de Deus” sobre todas as coisas. Entretanto, lembrando Joseph Conrad de *Lord Jim*, mais parece que a ação humana na “difícil ancoragem da vida”, tornou-se presa da “sombra errante do destino”<sup>65</sup>. Porém, Hannah Arendt observa que: “A deificação do acaso serve naturalmente, como racionalização para o povo que não é senhor do próprio destino.”<sup>66</sup>

Qualquer interpretação do mundo vai além da “razão dos homens”. Aconteça o que acontecer, a vida aparecerá sob o domínio das forças ocultas... o inevitável e o absurdo tornam-se condição do *destino*.

### Os tempos da chegada...

Por aquela época, Dona Rose encontrava-se em uma posição privilegiada para observar e sentir como ninguém a chegada das pessoas “àquele fim de mundo”, que antes mesmo da vinda dos colonos, contava com o trabalho dos peões para a abertura das estradas e para a realização de uma infra-estrutura mínima capaz de viabilizar a nova colonização. Os colonos relembram que no começo não havia uma única estrada, só a imensidão da floresta, e que vários homens acabavam se perdendo nas matas, alguns só reaparecendo nos acampamentos dias depois.

---

65 CONRAD, Joseph. *Lord Jim*. Tradução de Mário Quintana, SP, Abril Cultural, 1982.

66 ARENDT, Hannah. *Op. cit.*, p. 323.

De fato, a abertura das primeiras rodovias e vias de acesso aos lotes das glebas, eram verdadeiras sangrias na floresta, por onde iria pulsar a vida dos colonizadores, pois o pequeno agricultor que vinha do sul do país, e mesmo de outras regiões, lá chegaria, na maioria das vezes, por via terrestre.

Nas áreas consideradas como “fronteira agrícola”, essas estradas e rodovias sempre despontaram como o caminho por onde milhares de pessoas passaram pela década de setenta e pelas décadas subsequentes, acreditando que tudo aquilo era “preparado por Deus”, que estavam indo à procura da “terra do café sem geada”, que “tinha muita terra pros filhos tudo junto”, outros, esperando que aquelas estradas os levassem às terras desconhecidas e cheias de riquezas da Amazônia, em que o ouro dos garimpos cada vez mais aparecia como sua principal fonte de atração.

E as providências que a colonizadora Indeco tomou para que se pudesse efetivamente abrir uma cidade em plena floresta amazônica, exigiam, antes de tudo, a abertura de uma via de acesso às suas glebas. Um empreendimento gigantesco, que contava com o apoio do governo, através sobretudo dos incentivos fiscais, para a “conquista” da floresta amazônica.

A rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), que havia sido inaugurada pelo então presidente Geisel, contava, nos últimos meses de 1973, com aproximadamente 642 quilômetros de estrada, a partir de Cuiabá. Foi desse trecho da rodovia que os caminhões e máquinas da Indeco começaram a romper a estrada de acesso à futura área de colonização. Projetada para atender aos interesses de uma futura e próspera área de colonização, foi cascalhada e compactada, de acordo com os padrões observados na Cuiabá-Santarém.

Foram 81 quilômetros até o rio Teles Pires<sup>67</sup>. Daí em diante as dificuldades eram dobradas e os trabalhos seriam várias vezes in-

---

67 Localizado na parte norte de Mato Grosso.

terrompidos, pois a balsa que a empresa havia comprado no Paraná, e que veio desmontada em cima de um caminhão, só pode ser lançada às águas do rio no final de 1974. Mas como na Amazônia as chuvas caem de outubro a março, somente no ano seguinte as máquinas puderam reiniciar os trabalhos, até que em outubro desse mesmo ano, a estrada chegava ao trecho no qual seria construída a cidade de Alta Floresta.

Assim, ao receber apoio do próprio governo federal para a construção da estrada, a Indeco se empenhou em garantir e manter uma estrutura viária capaz de dar sustentação ao seu projeto de colonização<sup>68</sup>. Entretanto, o custo social foi muito alto. Na realidade, foram milhares de horas de trabalho insano de centenas de incógnitos peões, pois, no cômputo geral dessas obras faraônicas, raramente aparece o seu trabalho. Quando muito, os testemunhos apresentam-se fragmentados nas histórias contadas “um pouco aqui, um pouco ali”. É o caso de notícias como esta, muito mais interessadas em relatar a grandeza do empreendimento pela sua extensão:

Para alcançar a rodovia Cuiabá-Santarém, os pioneiros de Alta Floresta e Paranaíta construíram um acesso pedregulhado de 165 quilômetros de extensão, concluído após 5 meses de verão e com o trabalho puxado de 24 horas das patrulhas mecanizadas. Além disso, outras estradas foram abertas: existem hoje (1977) 510 quilômetros de pequenas rodovias, todas elas encascalhadas, funcionando como vicinais e no mesmo padrão técnico da BR-163<sup>69</sup>.

---

68 A Indeco recebeu verba para a construção dessa estrada através do Programa Poloamazônia (área do Centro-Oeste-polo XIII Juruena). Informação da CODEMT (Companhia do Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso).

69 *Folha de São Paulo* (10.06.77): “Aripuanã, controvertido caminho da Amazônia: café, cacau, castanha e madeira, riquezas locais”.

E foi através desse trabalho que a clareira gigante, aberta no meio da floresta, começava a esboçar os contornos da futura cidade. As máquinas e o trabalho febril dos peões abriam, ao redor dessa clareira, as estradas vicinais que haveriam de servir aos lotes de cem ou trezentos hectares, demarcados numa área de aproximadamente 200.000 hectares, na qual também estavam programados lotes entre 3.000 a 6.000 hectares, para a implantação de grandes fazendas agropecuárias<sup>70</sup>. As primeiras construções iam sendo erguidas. O núcleo de colonização projetava o “espaço urbano”, que começava a ganhar os seus primeiros contornos. Nascia Alta Floresta.

Tudo o que se exigia à construção do “novo lugar” assemelhava-se sempre aos contornos da grandeza: a obra da empresa colonizadora elevava-se como um clarão na imensa e silenciosa floresta, onde o ruído dos machados, abatendo as grandes árvores, trazia ao lugar o gemido da impotência da natureza perante o absurdo dos homens. Os peões e colonos, comandados pelo poder da colonizadora, trabalhavam incansavelmente, tendo por escudo ou fôlego apenas a crença na terra, no “ouro verde”, nas diversas formas de riqueza, mesmo que isto não significasse ficar rico, de acordo com os referenciais burgueses de acumulação. A crença em uma ideia – melhorar suas condições de vida – geralmente se expressava na esperança do amanhã, como aparece nas palavras desse colono: – “a gente esperava boa melhora, a gente num esperava nada de ruim não, esperava sempre boa melhora!”. A fé inabalável era a condição para resistir mesmo que para isso os colonos tivessem que esquecer por um momento a vida, ainda que este tempo de espera durasse um, dois, três, quatro anos e, quem sabe, a vida inteira.

É a fé, aliada da miséria e da exploração, que explica a tenacidade dos primeiros colonos, aqui tão bem representada na fala de um deles, proveniente do Ceará e com passagem pelo Paraná, que, à

---

70 A esse respeito, ver Capítulo IV.

época de sua chegada a Alta Floresta, lembra da luta para encontrar o seu lugar: “– Eu cheguei aqui na marra... vim atrás da máquina... Andando atrás do trator que abria a estrada”. Vinha endurecido pela experiência de uma vida que conheceu a seca e a geada, a pressão dos grandes proprietários, “a agonia do futuro”, e os “campos dos tratores”. Vinha pela “fome da terra” e porque não se cansava nunca de procurar alguma coisa. Mas vendo como uma “maldição que se abatera sobre a terra”, chegava atrás do trator. O território tinha dono.

E não apenas Dona Rose nos pode contar do cansaço da espera e da vida de sacrifícios: todos aqueles que ali chegaram primeiro, têm vivo em sua lembrança a experiência de um passado recente, da derrubada das matas para o plantio, vendo suas crianças inchadas com tantas picadas de insetos e pensando não mais poder voltar a ver “um céu mais limpo”, como disse um colono, ao revelar o medo da morte e a agonia dos momentos mais duros. A dor vivida parece ter-se alojado em um canto da memória, para não mais querer sair, como tão bem consegue expressar a mulher de um dos colonos de Alta Floresta: “– a maior dificuldade, não sei nem contar até... nós sofreu tanto que num dá nem pra contar, nós aqui já sofreu foi muito, Deus me livre! O sofrimento maior foi quando nós ficamo na beira da estrada sem ter casa pra morar, de barraco, era tudo mato aqui, num tinha nem um aberto! E os mosquito, vige minha filha, *nem sei contar outra vez*, mosquito, aquele meu molequinho quase morreu aí de mosquito, aquele moleque ali ficou com os olhos fechado, esse aí num enxergava ninguém, nem via o ar do tempo de tanto mosquito, inchou assim os braço, perna, rosto, assim inchadinho mesmo, num vestia nem uma roupa o coitadinho. Seu Ariosto chegava no nosso galpão, aí eu falava: – Ó seu Ariosto, meu filho vai morrer, hem! ... Olha bem pro senhor vê, como está esse menino, num enxerga, num pode vestir roupa de inchado! Então, seu Ariosto disse: – Faz isso: vai lá no Telles Pires. Naquele tempo o hospital era pra lá do rio. Depois ele chegou lá, mandou

um caminhão vim aqui buscar a turma todinha pra levar pra lá, tava tudo doente de mosquito, ferida num tinha aonde a senhora por uma agulha, tão ferida que tava, aí as marca, ói, ói... tudo ficou pintado aqui de ferida... O seu Ariosto mandou o Dito ir levá eles tudo pra lá, pra tirar consulta, dei bastante remédio pra eles, pra nós tudo, tava tudo ferido. Ê muié do céu! Nós já sofreu bastante aqui...”<sup>71</sup>.

A dor foi lançada para um lugar próprio na memória, abrigando-se por entre obstáculos afim de que não se juntasse a outras já existentes, e não se perdesse. Há uma exigência de um lugar de resistência, para a emoção mais forte. Porém, também é verdade que as palavras tornaram-se impotentes para traduzir a dor, o medo, e a aflição da mulher que vira o seu filho prestes a morrer.

É certo que só podemos encontrar os sinais desse tempo na pequena frase: “...não sei nem contar até...”, que manifesta uma emoção fina como uma lâmina, sem começo e sem fim, um caminho traçado na memória de difícil retorno.

Todos os colonos viam *na chegada* o tempo dos maiores sacrifícios, porém sabiam que para fazer parte de uma obra “daquela grandeza” teriam que enfrentar as adversidades que a floresta oferecia, as doenças e a fome. Haviam-se despojado de tudo e, quando identificavam o fim da jornada, colocavam toda a sua determinação em ficar e trabalhar... trabalhar com muita fé.

O Jornal da Tarde, em uma reportagem especial sobre “a conquista do Mato Grosso – Alta Floresta”, relata o depoimento do padre Geraldo, que lá estava desde os primeiros tempos da colonização:

Os colonos que para cá vieram, encontravam terra demarcada, escola, hospital, estradas. Com isto, afluía gente. Era muito bonito ver esta gente chegando. Chegavam os caminhões – não posso esquecer – com móveis, boi, cachorro, galinha,

---

71 Entrevista concedida por dona Maria, mulher do Sr. Dito. Alta Floresta, fevereiro de 1981.

porco e aqueles badulaques velhos. Quando falava que era o padre, muitos choravam de emoção. Diziam que eu era um herói. Heróis eram eles que tinham saído de sociedades organizadas, entravam em um caminhão e chegavam ao desconhecido. O caminhão chegava ao final da picada; a firma devia, ainda, abrir uma estrada. Aí parava o caminhão, desciam todos, amarravam os animais nas árvores, desciam os badulaques, faziam barraca com encerado, punham a família em baixo, e o caminhão voltava. E eles ficavam ali, sozinhos no meio da mata. Depois que o caminhão saía, o colono tomava o machado e começava a trabalhar para montar a sua casinha, a sua barraca, a lavourinha. Sentiam-se isolados, no vácuo, até que chegavam outros colonos a este desconhecido<sup>72</sup>.

Convêm lembrar que, bem no começo, quando chegaram as primeiras famílias, o atendimento hospitalar ficava longe, do outro lado do rio Telles Pires, de difícil acesso para os colonos; as escolas ainda não funcionavam e as estradas não chegavam a todos os lotes.

Este testemunho do padre do lugar registrou o encontro dos colonos com a nova terra de uma maneira muito viva e triste que nos revela algo que se aproxima de uma realidade social sem mediações: é o trabalho e a nova terra. E pode-se o terrível isolamento e a solidão que tomava conta do lugar.

Quando o caminhão voltava, era como se rompesse definitivamente o último elo com a vida passada. Dificilmente poderiam voltar. Só lhes restavam “fazer a barraca” com encerado no meio da floresta. O jeito mesmo era se agarrar a uma ideia, a fé no amanhã muito próximo: a de que ali estariam, em breve, a olhar e a colher os mais belos frutos.

Não tinham deixado para trás somente a “velha terra”, ou os seus lugares mais conhecidos. Havia deixado muito mais, haviam largado quase tudo: *os tempos da vida*, que podiam ser vislumbrados

---

72 *Jornal da Tarde*, de 11.05.81: “Onde o crime jamais é castigado”, p. 16.

na roça (até mesmo em lugares onde nada crescia), nos objetos, nas cercas, nas árvores, no que haviam plantado de há muito ou no que haviam deixado de plantar. Este era o passado que podiam tocar, sentir o cheiro através de todas as “coisas materiais “ que se encontravam povoando o seu mundo cotidiano e traçando as referências para a memória. E ali, agora, estavam parados no meio da floresta, nus. Descarnados.

O *desconhecido* não representava somente o novo lugar, ou a enormidade da floresta que podia assustar, mas estava dentro deles mesmos. Tudo era diferente, eles se encontravam diferentes. Ecléa Bosi, ao falar da importância do passado para o reconhecimento e identificação de nossa própria vida, “*direito* da pessoa que deriva de seu enraizamento”, adverte:

Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças.<sup>73</sup>

Os colonos quando venderam o pouco que tinham, ou largaram para trás as poucas coisas que possuíam, deixaram partes de si mesmos. Os poucos bens que traziam consigo não deixavam de ser, também, referências materiais das lembranças. Em *As Vinhas da Ira*, John Steinbeck, sentindo o peso do momento da partida das famílias para longe, lançou a seguinte pergunta:

Como poderemos viver sem tudo isto que representa a nossa vida? Como é que havemos de continuar a ser os mesmos sem o nosso passado? Não, deixem tudo. Queimem tudo.<sup>74</sup>

Ficariam juntos em torno dos mesmos pensamentos e iniciativas para recomeçarem uma nova história. Naquela época, faziam

---

73 BOSI, Ecléa. *Op. cit.*, p. 362.

74 *Op. Cit.*, p. 91.

de tudo para acreditar no sucesso do empreendimento. E o esforço da necessidade de adaptação ao novo ambiente sobrepunha-se aos obstáculos do momento da chegada, desvendando a miséria da condição humana.

E os colonos continuavam a chegar... Das famílias que se fixaram em Alta Floresta, nos anos de implantação da colonizadora, isto é, no prazo de cinco anos, noventa por cento em média, vieram do Paraná. Mais precisamente da “fronteira agrícola” do Paraná ou, como gostava de dizer Ariosto Da Riva:

Paranaense é o seguinte: paranaense mesmo em si é pouco. É gente que passou pela escola do Paraná. Por aquele “boon” de 50, 53, 54... por aquele desenvolvimento do Paraná! O país inteiro... Houve uma corrida para o Paraná. E gente passou... tem mais é mineiro, mineiro foi muito para o Paraná, também gente do Sergipe, do Ceará, de todos os estados do país... bastante catarinense, mais recentemente, gaúcho, mas a maioria é gente que passou pela escola do Paraná! Nós chamamos paranaense por que eles vieram de lá, mas paranaense mesmo em si, vou te dizer uma coisa, aqui não tem dois por cento. Noventa por cento “veio” do Paraná<sup>75</sup>.

Os colonos costumavam dizer que todo o Paraná estava vindo para essas terras, “de caminhão, de ônibus, e de tudo quanto é meio permitido por Deus!” Em suas lembranças alguns contam que fulano de tal esvaziou certas cidades do Sul, de tanto levar as pessoas do lugar para Mato Grosso, outros afirmam ter visto mais de oitenta mudanças num só dia...

Do mesmo modo, é preciso lembrar ainda que não somente “paranaense” se deslocou para o norte de Mato Grosso e, em particular para Alta Floresta, uma vez que nesta área podem ser encontrados muitos que passaram pela “escola” do Mato Grosso do Sul: “– Eu fui

---

75 Entrevista com Ariosto Da Riva, Alta Floresta, julho de 1981

pra Dourados e de lá vim para Alta Floresta, esperando acontecer aqui o que num consegui lá”<sup>76</sup>.

Destaca-se de forma especial, a abundância de notícias em matérias de jornais e revistas com ampla circulação pelo país que, no mesmo estilo das propagandas dirigidas pela empresa, inegavelmente fortaleciam a ideia de que o novo núcleo de colonização oferecia a melhor oportunidade para o investimento futuro. A colonização é vista como um caminho seguro, que tem como resultado o sucesso da produção agrícola.

Voltada para os interesses da região, a Revista Amazônia, em abril de 1977, informava em tom heroico:

Dia 19 de maio de 1976, essa área era mata fechada. Foi quando a Indeco (Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A) começou o desmatamento para iniciar a ocupação efetiva de Alta Floresta, onde vivem 180 famílias e, ainda este ano, receberá mais 1.200.

Mais à frente, fazendo a projeção da produção agrícola para o futuro próximo, o otimismo sobre as áreas destinadas para os novos plantios dispensa maiores comentários:

Daqui a dois anos, uma área de 400 mil hectares em Mato Grosso terá plantados trinta milhões de cacauzeiros e cinco milhões de guaranazeiros.<sup>77</sup>

Nesse mesmo ano, em 10 de julho de 1977, a *Folha de São Paulo*, a respeito do projeto de colonização da Indeco, exaltava:

A Gleba Indeco está oferecendo uma oportunidade histórica para muitos colonos participarem da abertura de uma grande frente pioneira na Amazônia.<sup>78</sup>

---

76 Entrevista com o Sr. Zé Antônio. Alta Floresta, julho de 1981.

77 *Revista Amazônica*, abril de 1977, nº 26. – “Indeco: a riqueza planejada”, p. 20.

78 *Folha de São Paulo*, de 10.06.77.

E, em reportagem do dia anterior, esse mesmo jornal já assinalava:

Na mancha de terras mais nobre da Amazônia Legal, onde o cacau, o café e o castanhal nativo significam um atrativo maior ao homem brasileiro, até dezembro deste ano, 10 mil pessoas aproximadamente, estarão fixadas. As 14 salas de aula serão poucas e o número atual de crianças matriculadas no primeiro grau (655) passará a mil.<sup>79</sup>

Mesmo alguns anos depois, mais precisamente em 11 de maio de 1981, o *Jornal da Tarde*, acompanhando o desenrolar da colonização em Alta Floresta, apontava o nascimento desta cidade como “uma realidade insofismável” da ocupação agrícola, sendo que Ariosto Da Riva aparecia como o grande idealizador de tal façanha:

No centro físico do Brasil está nascendo uma cidade. Seu nome ainda não é conhecido: Alta Floresta, nas margens do Telles Pires, um pouco antes da fronteira de Mato Grosso com o Pará. Sua história é recente, mas rica. De mortes e de horóscopo de homens que muito se assemelham aos bandeirantes do início do desbravamento do Brasil. Mas há uma diferença básica: eles vieram para ficar. São garimpeiros, ladrões de terra, aventureiros... De suas disputas surgem as mortes. Mas há também famílias inteiras, colonos, que têm uma única preocupação: cultivar a terra. Chegam com todos os seus bens: da vaca leiteira à cadeira de balanço herdada dos avós, do velho caminhão (usado na mudança) aos utensílios de cozinha. E Ariosto Da Riva – ex-garimpeiro, ex-pioneiro, ex-desbravador – é o responsável por tudo isto<sup>80</sup>.

Nesta representação do novo lugar, o colono é sempre mencionado como o homem da terra, destinado a cultivar e a ocupar

---

79 *Folha de São Paulo*, de 09.06.77, “Aripuanã, controvertido caminho da Amazônia (III): Paranaenses, colonizadores que fazem nascer as cidades”.

80 *Jornal da Tarde*, de 11.05.81.

produtivamenteos “novos”espaços. Outros são garimpeiros, grileiros, aventureiros sem rumo, sem lugar, que acompanham o brilho da riqueza e não podem parar. Mas todos aparecem juntos no mesmo cenário, descrito de maneira pitoresca. E o homem que tem de tudo um pouco, o criador de cidades na “selva”, é apresentado como o colonizador, o “bandeirante” que comanda a mais nova explosão de progresso em uma das mais importantes áreas do norte mato-grossense.

Mas, enquanto a colonização ganhava reconhecimento e nome – “os ares da fama” –, os colonos trabalhavam e enfrentavam as mais duras adversidades, que só eles mesmos, na labuta diária, podiam exprimir. Lutar pela sobrevivência era o grande lema de todos eles.

Desta forma, os colonos para se estabelecerem em seus lotes, procuravam se organizar e vencer as dificuldades, com todo o otimismo que lhes dava força e perseverança, sem parar para ceder ao desânimo ou até mesmo para falar dos apertos:

– Eu cheguei e comecei a enfrentar o mato com a família inteira. A gente quando chegou aqui, não tinha estrada. Nós entrou aqui e só tinha nós e uma família lá na estrada da central. Não tinha nada, não tinham nenhuma família de colono. Mais eu nem pensei, dinheiro ninguém tinha, mais a firma dava apoio pra gente se precisasse, mais não deu nada, não, toquemo em frente! Não achei nada difícil, meus filho tudo tem coragem, eu também tenho. Um dia chegamo, um dia armamo barraco e...”

Intervenção da mulher do colono: – “Eu mais as moça acabamo de fechar o barraco. Não achamo nada difícil. A gente acabou de fechar e eles foram derrubar esses mato, derrubaram tudo no braço! ...Não tinha moto! Moto tinha, mais não tinha dinheiro pra comprar, né? E aqui pra nós comer, as coisa tinha que vir lá da Colíder. O homem trazia pra Alta Floresta, depois nós ia comprar dele, mais aí, muitas vezes não tinha nada pra vender... Nós num passou apuro porque a gente trouxe compra muito grande ... Ficamo sabeno que

teve gente aí que não pôde trazer as coisas como nós e passaram muitos apuros”.

E neste ponto o colono retoma sua fala: – “Pra nós a dificuldade maior que deu foi quando acabou o dinheiro e tivemos que enfrentar a roça e enfrentar o *ganhá*, pra poder sustentar a casa. Mais acho serviço aí, o ruim mesmo foi ter que dividir o trabalho da gente aí, pra garantir o sustento, né?”<sup>81</sup>

Os colonos que haviam vendido sua pequena propriedade na área *antiga*, já traziam, em grande parte, um pouco de dinheiro e alguns mantimentos, instrumentos agrícolas, móveis, etc., como forma de garantir o início de uma nova vida. Entretanto, quando o dinheiro acabava e as plantações não haviam ainda apresentado rendimento algum, muitos se viam forçados a empregar seu trabalho nos sítios daqueles outros mais afortunados. Encontrar serviço não era difícil, pois a mão-de-obra se constituía em um problema sério no núcleo de Alta Floresta. Assim, levando-se sempre em conta a divisão do trabalho familiar, enquanto uns cuidavam do próprio sítio, outros tratavam de arranjar dinheiro para o sustento da família. Como se pode observar pelo relato do colono acima – “o ruim mesmo foi ter que dividir o trabalho da gente aí...” –, a ameaça da desagregação familiar era realmente angustiante. Decididamente, não se haviam deslocado para a “nova terra” contando com essa dispersão do trabalho familiar.

Portanto, logo que chegavam, os colonos tomavam as providências necessárias para colocarem seus lotes em condições de moradia e cuidar do desmatamento para dar início às lavouras. A não ser quando chegavam na época das chuvas. Neste caso, a situação piorava muito, pois eram obrigados a se instalar à beira das estradas – “...enquanto isto nós ficava numa barraquinha no meio da estrada”. Ali passavam meses, em barracos improvisados com encerados ou lonas, sofrendo com maior intensidade os ataques

---

81 Entrevista concedida com a família do Sr. Antônio. Alta Floresta, julho de 1981.

dos insetos e penúrias incontáveis...<sup>82</sup> Até que viesse a estiagem e pudessem ter condições, enfim, de ocupar efetivamente a terra.

Por essa época, todos deviam andar rápido com o desmatamento e com a limpeza da área. Caso contrário, devido ao clima da região, logo a floresta voltaria a tomar conta de tudo, sufocando as plantações que se tentava impor àquele tipo de solo e trazendo de volta os terríveis *piuns*<sup>83</sup>, que atacavam e causavam doenças a todos.

Diante de um quadro delineado com tantas adversidades, há que se destacar o papel da Indeco. Mais precisamente da figura de seu diretor-presidente, que não media esforços para garantir um mínimo de assistência às famílias que iam chegando e se instalando em Alta Floresta. Na verdade, Ariosto Da Riva personificava em si mesmo a próprias condições de sobrevivência na colonização, em uma área inóspita e ainda muito isolada, mantendo em suas mãos o controle de todos os instrumentos capazes de tornar viável a ocupação.

Dessa maneira, buscando o êxito do projeto de colonização, era fundamental para a empresa fixar os colonos em seus lotes, criando, de todas as formas, as possibilidades para que os recém-chegados não desistissem da “aventura de querer mais terra”. Notícias promissoras, alvissareiras, deveriam dali “correr mundo”, de tal modo a justificar que, apesar de todas as dificuldades e sacrifícios, valeria a pena tentar “uma nova opção de vida”.

E ninguém melhor que os próprios colonos para propagá-las, sobretudo, porque encontravam na figura paternalista de Ariosto Da Riva um respaldo seguro capaz de leva-los a acreditar em um futuro mais promissor. Realmente, por se fazer sempre presente,

---

82 Visitei um desses barracos em fevereiro de 81, período de chuvas, e impressionou-me profundamente as crianças dos colonos, que apresentavam o corpo muito inchado por causa das picadas dos mosquitos, além das condições de moradia extremamente precárias. É difícil imaginar a sobrevivência em um lugar daqueles.

83 Do tupi *pi' ũ* o que come a pele, mosquito borrachudo encontrado na região amazônica.

facilitando a vida e quantos alí se iam instalando, por tudo isso, Ariosto acabaria se tornando uma figura legendária entre os colonos pioneiros.

Mais uma vez o relato de Dona Rose é significativo: “– O seu Ariosto é mais do que um pai. Aquele homem, eu gosto dele como seja meu pai, ele cuidou de muita gente aqui... Acudia doença, acudia tanta coisa aqui pra esses mato, pôs gente no avião, mandava pra fora porque tava ruim, morrendo... uma criança, um desastrado! Mas os que chegaram depois, tem muita gente que num quer agradecer. Mas me diga – quem teve a coragem de enfrentar esse lugar, de incentivar o povo a vir e dar de comer? Quantos anos ele deu de comer a esse povo aí! Dava comida de graça, direto! Vinha caminhão e caminhão de comida, e dando de comer direto, num cobrava um tostão!”.

A assistência de Ariosto Da Riva às famílias pioneiras que chegavam, sempre foi apontada de maneira a exaltar o “espírito benevolente” do colonizador. E, aliás, os colonos cobravam esse assistencialismo, exigindo que o colonizador tivesse a responsabilidade direta em cuidar da vida das famílias, como naquele apelo dramático de uma das pioneiras: “– Ó seu Ariosto, meu filho vai morrer, hem!...”.

Não era ele o homem responsável por tudo aquilo? Não tinha a obrigação de dar assistência “ao seu povo”? Afinal, não era “o pastor de um povo eleito”, “o pai que ali estava para guiar o seu rebanho”?

Deste modo, as referências vão se alinhando: “– Seu Ariosto é um homem santo!”; “– Foi ele que cuidou da gente aqui no começo com remédio, com encorajamento”; “– ...até emprestava dinheiro pra gente”.

Assim, o colonizador ia se imiscuindo no cotidiano da vida dos colonos nos primeiros tempos – sabia de tudo, tomava providências para atender a todos e, especialmente, construía a sua história sobre a colonização.

Enfim, no âmbito desta mística do pai-patrão, é interessante observar ainda a distinção que os colonos faziam entre o “velho Ariosto” e a empresa: “– A empresa trata dos negócios e o seu Ariosto é um pai... tem vez dele ir contra a empresa, mandando levantar as ordens de cobrança... o velho não é igual a Indeco!”<sup>84</sup>.

Ariosto Da Riva sabia que precisaria criar certas condições de vida favoráveis ao desenvolvimento da colonização, para que a coragem e a fé não fossem suplantadas pelo desejo, não só de voltar à “terra antiga” mas, sobretudo, de procurar um outro lugar nas terras próximas àquela colonização, igualmente com muitas histórias.

O encontro com a nova terra exigiu tudo. Os colonos tinham que enfrentar a mata, as doenças, o desânimo. Mas ali se deram conta de uma resistência que pensavam não mais possuir. A força emanava da fé. Acreditavam no sucesso da colonização. O próprio tempo da chegada passava por uma espécie de fetiche: é o tempo que não se conta, amanhã ele apareceria nos frutos do trabalho.

O lugar que representa o símbolo da realização futura revelar-se-ia como obra inquestionável do trabalho.

Na terra da esperança, portanto, os colonos deparavam a terra do trabalho. Se para ali haviam se dirigido, seduzidos pela ideia de “até que enfim o sossegar”, teriam que esperar. Mas com certeza, aquela terra haveria de envolvê-los até a alma, consumindo sua carne, seus ossos... Os jovens tornar-se-iam velhos e os velhos, velhos demais!

A lembrança dos “tempos difíceis” começava a se perder no fundo da memória. O suporte material das lembranças da chegada não mais existe, a imagem da cidade, sob o impacto da velocidade das realizações materiais, substituiu a paisagem que ali haviam encontrado. A “nova terra” não mais se interessa pelo sofrimento passado, a história presente é a do triunfo. Ela vem celebrada pelo fervor ao progresso.

---

84 Relato do Sr. João, Alta Floresta, fevereiro de 1981. Voltarei a discutir o papel do colonizador no Capítulo III e IV

O reforço ao passado só existe quando se levantam os marcos apologéticos dos primeiros tempos. Dentro dessa visão, não se pode comprometer a “nova história da colonização” com o trabalho e o sacrifício dos colonos pobres...

O crescimento da cidade leva ao desaparecimento da dor e das feridas passadas, que restam apenas como cicatrizes, sulcos na terra, por onde desabrocham, ou abortam as luzes do progresso.

CAPÍTULO III

## A colonização como missão

Tudo lhe pertencia. Fez-me conter a respiração ouvir a selva explodir numa prodigiosa gargalhada, que abalaria as estrelas fixas em seus lugares. Tudo pertencia a ele... mas aquilo era uma ninharia. O importante era saber a que ele pertencia.

Joseph Conrad, *O coração das trevas*

### O “semeador de cidades”

O elogio ao “espírito bandeirante” exalta a imagem do desbravador dos sertões, que a tudo vence e impõe, sobre minas de ouro e esmeraldas. Afigura-se nessa imagem a dignificante tarefa do brasileiro nato que, conquistando territórios – a marcha para oeste –, dá ao Brasil a sua maior riqueza: o alargamento das suas fronteiras.

Cassiano Ricardo, em a *Marcha para Oeste*, endossando Alberto d’Oliveira, defende a tese de que a verdadeira história do Brasil teve início com a *bandeira paulista*. Para ele, a penetração e a ocupação

mais recente dos “espaços vazios” da Amazônia é a maneira “natural” de se concluir esse percurso, ou essa “missão histórica”. Nessa perspectiva, os novos pioneiros, no período histórico mais recente, ocuparam-se dessa tarefa de conquista e deram a mais irrefutável prova de patriotismo, contribuindo para o crescimento e a riqueza do Brasil<sup>85</sup>. Nesse momento, os “novos bandeirantes” voltaram à cena da cartografia política para fincar definitivamente as esporas no território amazônico, fundando cidades, abrindo caminhos, arregimentando trabalhadores do campo. Mais uma vez, a retórica do bandeirismo recai sobre os *paulistas*, “só os paulistas estavam preparados para vencer o sertão”, já designara Cassiano Ricardo, ao conceituar o “fenômeno bandeira”<sup>86</sup>.

Os empresários paulistas e o capital estrangeiro foram, efetivamente, os eleitos pelo regime militar para reencarnar o autêntico espírito bandeirante – conhecedor e explorador dos sertões –, afim de levar adiante os projetos de colonização privada. Projetos que, a princípio, tinham o propósito de ocupar e desenvolver os “espaços vazios” da Amazônia. Como pontos avançados de desenvolvimento econômico e social, irradiando progresso por toda a região. Novamente aí temos uma aproximação com a política de colonização do Estado Novo: as colônias agrícolas nacionais. Como explica Alcir Lenharo:

As colônias agrícolas nacionais foram pesadas como verdadeiras ‘autarquias’, réplicas, em miniatura, do mercado nacional, microcosmo econômico do país [...] Daí a armação de um ‘rosário’ de colônias’, pontos avançados de penetração impulsoadores da ‘Marcha para o Oeste’ e de conquista da Amazônia. Do modo com foram planejadas, as colônias funcionariam com o cidades-indústrias pontencialmente lançadas no vazio.<sup>87</sup>

---

85 RICARDO, Cassiano. *Op. cit.* (Prefácio – “E Isto não é Fábula”), p. xxxvii.

86 *Idem*, xxxiv.

87 LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, Editora da Unicamp, 1985, p. 47 e 48.

E, como no Estado Novo, os projetos de colonização, planejados após a década de 1960, sob o regime militar, ainda que sob condições históricas diferentes, visavam como estratégia o controle dos conflitos no campo. Se para Getúlio o *coronelismo* era um problema político a enfrentar, para o governo militar os grandes proprietários rurais eram “aliados naturais”, desde que não se interpusessem em sua política centralizadora. Porém, tanto para Getúlio, como para os militares, o controle político sobre os trabalhadores rurais era questão de primeira ordem.

Nada mais oportuno, nesse momento, que o estímulo a empresários que se dispusessem a acolher os segmentos de agricultores empobrecidos, aliviando as tensões sociais, como era corrente no discurso oficial, para novos projetos de colonização. O empresário “do Sul”, o bandeirante moderno, que se interessava pelas riquezas da Amazônia, revelava-se o comandante ideal de uma política de “valorização” da Amazônia, estratégia mais eficaz para “preencher os espaços vazios”.

Desta forma, o projeto de colonização de Ariosto Da Riva nascia envolvido em uma linguagem profética: “o grande homem guiaria os pequenos homens” à terra da fatura, ao lugar da abundância. Construiria as cidades que os abrigariam, porque havia criado um projeto agrícola “especialmente voltado para o aspecto social”. Mais ainda: inaugurava o seu discurso em tom apoteótico: – “Estou sendo o estopim de um novo norte do Paraná, em plena floresta amazônica...mediante o interesse social!”<sup>88</sup>.

E, através da construção do mito do colonizador bandeirante, Ariosto começava a aparecer na grande imprensa, o que, em poucas palavras, legitimava a política de colonização dirigida. De fato, após um ano de funcionamento efetivo de projeto de colonização, o *Jornal de Tarde* assim se referia ao colonizador:

---

88 Declaração de Ariosto da Riva ao *Jornal da Tarde*. Edição de 04 de janeiro de 1977.

Enriquecera. Mas a natureza do colonizador criara em seu espírito um sonho que tinha a direção da Amazônia. Teria que ser um grande projeto agrícola, especialmente voltado para o aspecto social. Maringá, Londrina... As grandes cidades paranaenses produzidas pela iniciativa particular haveriam de renascer em plena floresta amazônica<sup>89</sup>.

E, somando-se a essa representação mítica – o semeador de cidades –, projetava-se de Alta Floresta a imagem fulgurante do colonizador:

A cidade, planejada e executada na sua estrutura básica pela Indedo – Integração, Desenvolvimento e Colonização, nasceu do arrojo e da visão cósmica de um homem simples, dinâmico, sonhador, espécie rara de criatura humana, semeador de civilização, fundador de Naviraí, no Mato Grosso do Sul, chamado Ariosto da Riva, extraordinário bandeirante moderno, apóstolo do trabalho, defensor incondicional da livre empresa, que arrastou, com a sua força moral e a sua bandeira de progresso e de participação, o que o Brasil, especialmente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tinham de melhor em matéria de colonizadores e desbravadores de terras desconhecidas a ainda não civilizados [...] Alta Floresta é uma resposta serena e convincente ao desânimo e ao pessimismo. Deus há de colocar outros Ariostos da Riva por este país afora, para acordar e reanimar este gigante nocauteado...<sup>90</sup>.

O bandeirante em marcha traçava o caminho certo e seguro, restabelecendo a esperança no país do futuro, bem ao gosto da retórica do governo militar. Só um *paulista* conhecedor dos sertões poderia levar a cabo essa tarefa, com ousadia, força e eficiência. A sua origem e suas proezas foram sempre ressaltadas. Filho de Agudos, cidade do interior de São Paulo, com passagem por Marília, tivera aí a oportunidade de convencer alguns fazendeiros da região que

---

89 *Jornal da Tarde*, Edição de 04 de janeiro de 1977.

90 *Guia SERV*. Edição Centro-Oeste, 1984.

criar cidades era uma boa ideia. Fundou a Colonizadora Vera Cruz e partiu para o Mato Grosso do Sul. Mas antes já havia se envolvido com garimpeiros em Minas Gerais. O quadro era perfeito.

Apontado como um “fenômeno da colonização”, a sua história passava a ser contada. Muitos queriam saber de onde vinha, ou qual era a razão do seu sucesso. A linha que traça o percurso da glória, nessa construção imaginária, aparecia acompanhado-o desde os tempos em que foi garimpeiro até a época em que começou a negociar com terras.

O “primeiro passo”, o mais importante, foi dado quando trabalhou com Jeremias Lunardelli – “o rei do café” –, passando a negociar terras em Mato Grosso do Sul, áreas que abrangem o município de Dourados. Aí já havia fundado uma cidade – Naviraí (da época da Colonizadora Vera Cruz). Depois disso, voltou-se para o norte do estado de Mato Grosso. Passou uns tempos comprando e vendendo enormes áreas de terras, de até 100 mil hectares, mas sem intenção de colonizar, até que comprou grandes extensões de terras em Barra do Garças, na parte nordeste de Mato Grosso, limite com Goiás. Mas, de acordo com o seu depoimento, a terra não era adequada à agricultura, impossibilitando-o, assim, de “...trazer famílias de agricultores humildes para enterrar ali, não é?”.

Associou-se, então, ao Grupo Ometto e formou a fazenda Suiá-Missu, que depois seria adquirida pelo grupo italiano Liquigás. Logo que vendeu a sua parte, Ariosto resolveu comprar, já em 1973, um gleba de 418 mil hectares, cortadas pelo rio Telles Pires, no extremo norte de Mato Grosso.

Este é o ponto decisivo da sua história: *o bandeirante à conquista de território na Amazônia*. Deste núcleo territorial, “com um pé cravado na selva”, partiria para ampliar o raio de extensão das suas terras. A época era propícia a esse propósito: com efeito, a colonização se afigurava nesse momento como um “bom negócio” – o governo conclamava o capital privado a participar da colonização

dirigida, pois dentro da concepção dominante, como já foi visto, era fundamental o papel da iniciativa privada à ocupação produtiva da Amazônia.

Para isto, as decisões mais significativas já tinham sido tomadas. Em abril de 1971, por decreto-lei, o governo havia federalizado as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada eixo das rodovias já construídas ou em construção<sup>91</sup>. A política de centralização estendia seus tentáculos, ampliando o poder da União sobre as terras situadas ao longo das novas rodovias, pois inicialmente no Plano de Integração Nacional – PIN – o governo determinava que apenas uma faixa de dez quilômetros de largura fosse reservada à colonização<sup>92</sup>.

Agora, uma grande extensão de terra pertencia às esferas estaduais, passava a ser controlada pela União e, mais diretamente, ficava sob os auspícios do Conselho de Segurança Nacional. De fato, foi no âmbito desse órgão que se estabeleceram as principais estratégias políticas de controle e domínio do setor fundiário, atuando sobre as áreas de conflito social da Amazônia<sup>93</sup>.

---

91 *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*. Vade-Mécum Agrário, Vol. 5, p. 2.308-2.309, Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1978. Decreto-lei n. 1.164, de 1 de Abril de 1971.

92 O Plano de Integração Nacional – PIN – foi criado pelo decreto-lei n.º 1106, de 16 de junho de 1970. Através desse Plano o governo Médici determinava a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, além do Plano de Irrigação do Nordeste. Também ordenava que se reservasse “para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra, e adequada e produtiva exploração econômica”. *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*, Vol. 5, p. 2.208. Logo após o decreto-lei que criou o PIN, foi criado o INCRA, como resultado da fusão do IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – com o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, pelo Decreto-lei n. 1.110, de 9 de julho de 1970. O INCRA ficava encarregado de executar a colonização disposta pelo PIN.

93 Sobre os desdobramentos do CSN, com relação à política fundiária na Amazônia, ver especialmente o trabalho de Alfredo Wagner B. de Almeida: “GETAT –

Promover e estimular a iniciativa privada a “ocupar” as terras da Amazônia significava mais que uma estratégia de crescimento econômico, tendo em vista a modernização capitalista. Tratava-se sobretudo, de uma estratégia militar de controle do espaço amazônico. Assim, a colonização não deveria ser somente privada, mas fundamentalmente controlada e disciplinada.

Seguindo a trilha desse encaminhamento político, o regime autoritário contava com fortes instrumentos de poder para estimular o capital na Amazônia. Aquele decreto-lei, abril de 1971, por exemplo, abria à iniciativa privada a possibilidade de implantar projetos de colonização em áreas consideradas prioritárias para a reforma agrária e em terras devolutas da União<sup>94</sup>. A partir daí, o governo foi tomando medidas efetivas para incrementar a ocupação da região amazônica pelo empresariado. Em dezembro de 1972, fechava-se ainda mais o círculo: o INCRA decidia vender terras públicas da Amazônia para o desenvolvimento de projetos agropecuários<sup>95</sup>. Em março de 1973, Moura Cavalcanti, o Ministro da Agricultura naquele momento, enfatizava, em discurso proferido na Associação Brasileira de Criadores de Nelore, a importância das medidas então adotadas, as quais permitiriam introduzir modificações na política de ocupação da Amazônia, com vistas a favorecer e promover a iniciativa privada<sup>96</sup>.

---

A Segurança Nacional e o Revigoramento do Poder Regional”, In: *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, Campinas, nº 02, mar/abr – 1981. Consultar também José de Souza Martins: *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*, *Op. cit.*

94 Desde que em tais projetos se constasse a aprovação do INCRA. Determinava-se também que o capital privado deveria concentrar suas atividades no setor de infra-estrutura. A respeito da política que atende pela designação de “áreas prioritárias para reforma agrária”, ver o artigo de Alfredo W. B. de Almeida. “GETAT – A Segurança Nacional e o revigoramento do poder regional. *Op. cit.*

95 Ver a Portaria do INCRA, de 13 de dezembro de 1972.

96 Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Incentivando a Ocupação da Amazônia”. *Opinião*, no. 38, de julho-agosto de 1973, p. 6.

Nos constantes encontros que os representantes do governo mantinham com empresários, em que procuravam demonstrar as amplas possibilidades de lucro que a Amazônia oferecia, a própria fazenda Suiá-Missu já tinha sido palco de um desses encontros, em abril de 1969<sup>97</sup>. Por parte dos empresários, as reivindicações sempre recaíam na exigência de um maior apoio à organização de uma “infra-estrutura adequada”, bem como criticavam a “falta de agilização” da burocracia na aprovação de projetos e para a liberação de verbas. Em nome da colonização, de uma ocupação nacional do espaço amazônico, o empresariado iria apropriar-se de grandes extensões de terras, assim como usufruir dos benefícios financeiros. A estratégia política para o controle das terras, favorecia nitidamente a colonização particular, “encarregada de desenvolver a região”. No âmbito dessa política as regras estavam dadas: a colonização não deveria se limitar à ação governamental.

Tornava-se claro, nesse momento, que por trás da bandeira de *colonizar para desenvolver*, sustentada pela ideia de que somente a iniciativa privada possuía os instrumentos eficazes para tal, consolidava-se uma política que privilegiava um modelo de desenvolvimento para a Amazônia, através dos grandes projetos agropecuários, agro-industriais, mineradores, etc. Modelo que levava a uma grande concentração de terra, rendas e de riquezas e a uma super-exploração do trabalho, quando o discurso político falava em racionalização de uma ocupação produtiva na Amazônia e bem-estar social para os pequenos agricultores.

A definição pela colonização privada fazia, portanto, parte do conjunto de estratégias políticas que davam ampla margem de movimento ao capital das empresas particulares. Nada mais significativo que o próprio exemplo dos projetos de colonização, que se

---

97 A respeito desse encontro, ver CARDOSO, F. H. & MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.

voltavam para várias atividades econômicas e, em principal, privilegiavam a atividade agropecuária, ou agroindustrial em detrimento da colonização propriamente dita. Foi o caso de Alta Floresta, em que as terras destinadas à colonização ocupavam a menor área, considerando o total da área territorial circunscrita ao Projeto, como veremos adiante. Da mesma forma, o projeto de colonização de Sinop, girando em torno da Agro-química Sinop, como melhor pode nos informar João Mariano de Oliveira:

[...] constitui-se o grupo Sinop, atualmente de seis empresas que atuam diretamente no Estado de Mato Grosso e fora dele, no setor rural e urbano, na agricultura e na indústria. Sua presença em Sinop se faz diretamente através da Colonizadora, da Agro-química e da Becker, que controlam a produção e a circulação dos produtos do camponês, seja diretamente ou indiretamente, via cooperativa, que, como já se observou, foi montada conforme os interesses do Grupo Sinop e a ele encontra-se atrelada.<sup>98</sup>

No entanto, isso não significa que a atividade colonizadora não tivesse peso para os projetos econômicos das empresas, e particularmente, para uma política de ocupação. O que é preciso caracterizar, é o quadro político-econômico em que os interesses da colonização e as outras atividades empresariais na Amazônia se encontravam intimamente relacionados. Porém, essa problemática foge aos objetivos deste trabalho, ainda que este pressuposto seja aqui considerado.

De modo geral, a preocupação das análises desenvolvidas neste trabalho está voltada ao significado político da colonização que se efetivou. Assim, torna-se importante considerar que em meio a várias atividades econômicas que os empresários podiam desenvolver na Amazônia, uma delas foi a que deu origem a um tipo de

---

98 OLIVEIRA, João Mariano de. *A Esperança vem na Frente: Contribuição ao Estudo da Pequena Produção em Mato Grosso, o Caso Sinop*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Geografia/FFLCH –USP, 1983, p. 121.

colonização, ou a formas diferenciadas de colonização, quando se tem como referencial a empresa.

De qualquer maneira, o governo dirigia uma massa expressiva de recursos financeiros às empresas privadas na Amazônia. Destaca-se nesse contexto, a política de incentivos fiscais desenvolvida pela SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia –, como ainda os benefícios financeiros estendidos pelos programas especiais do governo, que atendiam também aos projetos de colonização.

O governo tratava de criar medidas políticas e econômicas que favorecessem a conquista do território amazônico pelos setores empresariais. A colonização particular recebia, desta maneira, o estímulo governamental necessário para que se pudesse constituir uma grande “frente de penetração”, não só do ponto de vista econômico, mas fundamentalmente do ponto de vista político, a partir do controle efetivo sobre a terra.

A passos largos, as providências para tal fim foram sendo tomadas. As políticas estaduais tratavam de se adequar à política federal; e o estado de Mato Grosso foi, deste modo, autorizado a licitar áreas devolutas da União para a implantação de projetos de colonização. E já em abril de 1973, o governo desse estado licitava uma grande área no município de Aripuanã, localizada no extremo norte de Mato Grosso, mais concretamente, 2 milhões de hectares de terras<sup>99</sup>.

Estava armado o grande circo da colonização. Os empresários dividiam entre si partes da direção do espetáculo. Os governos estaduais cumpriam a sua tarefa de homologar as negociações feitas em altas esferas do Estado, mesmo que estas verdadeiras “doações” do governo federal causassem diversas reações nos círculos de poder no nível regional e local<sup>100</sup>. Quanto às populações que ocupavam essas

---

99 *Boletim informativo Indeco*, 1977. CODEMAT – 1973.

100 A informação obtida na CODEMAT (Companhia do Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso) foi a de que tal acontecimento – a liberação, de uma só vez,

terras em licitação, não tiveram nenhum poder de participação nessas decisões. Além dos acordos terem sido firmados quase que secretamente, foram tratados à revelia dos povos indígenas, seringueiros e pequenos agricultores que lá se encontravam. A esse respeito, referindo-se à expulsão de grupos indígenas que se encontravam nas terras da Indeco, um funcionário da colonizadora foi categórico: “Nós aqui domamos os índios e fizemos a limpeza da área”<sup>101</sup>.

Em maio de 1973, através de decreto, o governo de Mato Grosso regulamentava a concorrência pública para as terras do município de Aripuanã e a CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso – era instruída a cuidar da oferta pública. Em julho foi aberta a licitação<sup>102</sup>.

Pouco tempo depois, mais precisamente em setembro desse mesmo ano, o ministro do Planejamento programou, com os empresários interessados em colonização e projetos agropecuários, uma viagem à Amazônia. Foi ainda nesse mês de setembro que os empresários que participaram da “compra” dos 2 milhões de hectares de terras em Aripuanã receberam a homologação do processo para obtenção da área que cabia a cada um. Entre esses empresários estava Ariosto da Riva, que adquiriu 400 mil hectares. Os outros que obtiveram as “fatias milagrosas”: João Carlos Meireles (200 mil hectares); Rendanil (1 milhão de hectares); e o grupo Lunardelli, (a Colniza, 400 mil hectares). De todos eles, somente Ariosto Da Riva e J. C. Meireles entregaram os projetos de colonização no prazo estipulado pelo governo, que era de cinco anos<sup>103</sup>.

---

de 2 milhões de hectares de terras – suscitou uma série de controvérsias nos círculos de poder regional, mas que as “forças ocultas” das altas esferas do poder federal já haviam determinado a transação das terras.

101 Entrevista realizada em fevereiro de 1981.

102 Nos termos do Edital de Concorrência no. 03/73, de 25 de julho, publicado no *Diário Oficial*, de 30 de julho de 1973, foi aberta a licitação.

103 A homologação pelo governo do Estado saiu em 24 de setembro de 1973 – CODEMAT.

Para o antigo garimpeiro, naquele momento, o moderno empresário da *colonização*, o “negócio” com os 400 mil hectares foi uma verdadeira mina, pois não só essas terras foram adquiridas a um preço ínfimo, mas também se encontravam vizinhas aos 418 mil hectares que já havia comprado anteriormente. O bandeirante planejara estrategicamente o seu caminho.

Assim sendo, Ariosto Da Riva partia firme para colocar em prática o seu grande sonho “civilizador”. Em agosto de 1973, já havia fundado a Indeco S/A – Integração, Desenvolvimento e Colonização. Um pouco antes, portanto, de receber a escritura de compromisso da área de 400 mil hectares. Não poderia ser diferente, pois a Indeco S/A se constituiu em empresa apropriada para adquirir aquelas terras, com o fim declarado de realizar um projeto de colonização<sup>104</sup>.

O colonizador, imbuído de um carisma que lhe conferia qualidade extraordinária, ampliava e garantia seu domínio sobre a “terra da colonização”. Vinculando palavra e política, aparecia dotado de poderes para realizar um projeto de longo alcance social: “Ariosto tinha plena intuição da grandiosidade de seu sonho e da possibilidade de sua concretização. Contagiou a todos, notadamente os mais humildes trabalhadores”<sup>105</sup>.

Alta Floresta, deste modo, ia tornando-se famosa e cada vez mais representava o lugar da realização material e moral. Para as pessoas que se deslocavam à procura de terra e de trabalho, a esperança na cidade que prometia imensos benefícios sociais reforçava a imagem mítica do homem que a havia criado. Uma espécie de grande jogo começara, o lugar da oportunidade tomara forma.

E, em muito pouco tempo, Ariosto Da Riva ficava conhecido como um dos maiores expoentes da colonização na Amazônia. A seu lado figurava também outro “plantador de cidades”, o empresário

---

104 *Boletim informativo Indeco*, 1977.

105 *Idem*.

Ênio Pepino, do grupo Sinop – Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná –, que fundou a cidade de Sinop, considerada um dos maiores pólos de desenvolvimento econômico na parte norte de Mato Grosso, rivalizando com Alta Floresta em importância no estado<sup>106</sup>. O discurso colore as imagens com os tons preferidos de quem o elabora. Para Ariosto Da Riva e Ênio Pepino, as novas cidades que surgiram de sua obra colonizadora possuíam a cor da explosão do progresso das cidades paranaenses, também fruto da colonização. Plantar na Amazônia, mais precisamente no norte de Mato Grosso, o modelo das cidades paranaenses, era a projeção mais fantástica desses empresários.

Isto representava muito mais que um negócio com terras, mesmo aqueles altamente lucrativos. Significava construir um projeto que contasse com escolas, atendimento hospitalar, uma infraestrutura mínima para fixar os grupos sociais desterritorializados (mesmo que utilizando a sua própria força de trabalho), sobretudo, considerando uma região como a Amazônia. Instalar aceleradamente uma cidade em plena floresta amazônica, com pista para aviões, construção de hotéis, cinemas, clubes, restaurantes, residências de luxo, bancos e empresas que controlam o comércio regional, órgãos do governo que determinam o tipo das sementes e os plantios... Isso tudo não correspondia apenas a um investimento econômico. Projetavam e construíam muito mais que isso: um domínio político regional. Estabeleciam, desta maneira, através de um projeto de cunho civilizador, o nexo vital com a política do governo militar, ou seja, *plantar* nas terras amazônicas um núcleo urbano/rural sob a iniciativa do capital privado, impedindo, assim, a livre ocupação da terra.

---

106 O empresário Ênio Pepino presidia o grupo SINOP SA. (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná). A respeito da colonização em Sinop, ver o trabalho de OLIVEIRA, João Mariano. *Op. cit.*

## O projeto da conquista

As terras adquiridas no estado pela Indeco foram divididas em duas partes, programadas pelo projeto de colonização, para a implantação das cidades de Alta Floresta e Paranaíta. A primeira estava prevista para 1976, e a segunda para 1977. Assim a Empresa se referia ao papel do Estado na regulamentação do acesso às terras públicas: “Os termos da concorrência pública eram bastante rigorosos e fixavam prazos e condições inúmeras à aquisição pelos particulares”<sup>107</sup>.

E, habilmente, ponderava que

...era natural que o poder público estabelecesse certas restrições, pois, do contrário, seria uma abertura à especulação imobiliária, que evidentemente não atenderia aos objetivos da Nação. Não interessa ao Estado vender pelo maior preço, que muitas vezes poderá não corresponder ao melhor preço. Este engloba, além da maior oferta, uma soma de investimentos que poderão ultrapassar em muito o padrão inicial<sup>108</sup>.

Ao destacar que os *objetivos* da Nação exigiam do processo de colonização propiciar a criação de um pólo de desenvolvimento econômico e social, a Indeco legitimava o seu lugar e o seu papel, que correspondia à demonstração da sua capacidade para a manutenção do projeto de colonização.

Essa retórica, representativa do discurso da iniciativa privada na área da colonização não só justificava o baixo preço das terras adquiridas, como trazia nas entrelinhas a concepção de que a colonização tinha de ser seletiva. Devia, portanto, excluir não só os especuladores de terra, mas também aqueles que não tinham capital para investir produtivamente na área da colonização. Resultado primeiro: não foram os especuladores que “ficaram de fora” da licitação das terras devolutas; os agricultores pobres, sim, passaram a sofrer

---

107 *Boletim informativo Indeco*, 1977.

108 *Idem*.

todo o tipo de pressão para terem menos poder de barganha no “pacto da colonização”. Aqueles que quisessem adquirir terras, deveriam se sujeitar à burocracia do Estado e aos apetites dos senhores colonizadores.

Assim, a Indeco S/A adquiriu os referidos 400 mil hectares para realizar um Programa Integrado de Colonização, com prazo de cinco anos para implantação de obras de infra-estrutura, necessárias ao desenvolvimento dos projetos agropecuários, agro-industriais, extrativistas e de colonização, a serem realizados no imóvel, sem prejuízo de aprovação de seus projetos junto aos órgãos públicos competentes, tais como o INCRA, a SUDAM, o BNDE, o BASA e o Banco do Brasil S/A. Através desse Projeto de Colonização, a empresa tinha como meta desenvolver um Programa Micro-regional voltado para incentivar e desencadear as aplicações de capital na parte que lhe cabia, em vários setores. E como condições prévias impostas pelos órgãos competentes, deveria ainda medir e demarcar as terras, abrir estradas vicinais e, inclusive, providenciar o registro imobiliário, para que pudesse iniciar o processo de alienação de suas terras a terceiros<sup>109</sup>.

Contudo, a primeira e mais potente mola propulsora de um vasto campo de investimento programado pela Indeco seria a colonização propriamente dita, através da utilização da força de trabalho do colono no desmatamento da “nova terra” e no estabelecimento das condições necessárias à realização de uma produção agrícola integrada ao mercado. Em pouco tempo, incrementaria o processo de valorização econômica das terras, assim como abriria o leque para uma maior diversificação de investimentos regionais. Sem dúvida, a Indeco tinha o maior interesse na agilização do seu projeto de colonização, pois, ao que consta, havia ampliado o seu patrimônio territorial já na fase inicial dos trabalhos de abertura de Alta Floresta<sup>110</sup>.

---

109 *Projeto de Colonização Indeco*, 1975.

110 *Boletim informativo Indeco*, 1977.

O projeto de colonização oferecia, desta forma, dois instrumentos extremamente favoráveis aos empresários do setor: de um lado, os incentivos fiscais e benefícios do governo, carreando recursos para as empresas; do outro, a força de trabalho dos colonos – verdadeiros “peões da colonização” –, incorporando valor à nova terra.

Diante de condições tão favoráveis, é compreensível que a Indeco não limitasse seus projetos à colonização de Alta Floresta e Paranaíta. Assim sendo, indicando a sua expansão futura nesse setor, abriria, em 1983, outro campo para a colonização com o Projeto Apiacás, em uma área de 110 mil hectares de terras, distando 200 quilômetros da cidade de Alta Floresta. Além disso, ainda nesse mesmo ano de 1983, um outro projeto em associação com a Cotriguaçu era planejado<sup>111</sup>. Mediante este contexto, importa destacar o significado político da expansão das empresas de colonização nesse setor. Em primeiro lugar, é necessário observar que a definição do governo federal pela colonização particular deve ser vista como o resultado do encaminhamento político que o regime autoritário deu à questão agrária ao jogar por terra toda e qualquer medida que se dirigisse a um projeto efetivo de reforma agrária. O objetivo de fato era assegurar a dominação das terras pelo capital privado, como já foi assinalado, e desta forma impedir a *livre ocupação* das “novas terras” pela maioria das pessoas que se deslocavam. A “nova ocupação” deveria se realizar, sobretudo, contando com a força de trabalho dos agricultores empobrecidos de outras regiões, mas, desde que se pudesse garantir o controle da distribuição das terras. Em segundo lugar, considerando que o processo de ocupação dessas novas terras gerava grandes tensões sociais, em função da resistência de homens e mulheres que lutavam por seu direito à terra, o governo adotava uma política de administração dos conflitos sociais no campo, sustentada no âmbito de uma burocracia civil e

---

111 *Boletim informativo Indeco, 4º. Encontro do Centro-Oeste, Cuiabá – MT, novembro de 1983.*

militar<sup>112</sup>. Tal política tinha como meta principal o seguinte: a) um controle sobre a distribuição dos indivíduos no espaço social da região amazônica; b) a inserção dos indivíduos cada vez mais na rota do *tempo do mercado*, determinando que o processo produtivo exercesse um controle sobre esses mesmos indivíduos; como também, não deixar, ao mesmo tempo, de ter controle sobre os trabalhadores temporários que não puderam ser incluídos no mercado de trabalho c) e a criação de mecanismos de vigilância que procurassem garantir a ordem vigente. Os núcleos de colonização, como pontos avançados de organização do poder público, puderam oferecer, nesse sentido, um apoio indispensável a essa política.

Os anos de 1973-1974 foram particularmente demonstrativos da política do Estado com relação à colonização particular. A partir desse período, com o governo Geisel, a estratégia política adotada para o desenvolvimento da Amazônia implicava em conceber a região como fonte de recursos, ou seja, “como produtora de riquezas e não mais como produtora de problemas”.

Desse modo, no âmbito de uma política regional integrada, através dos pólos de desenvolvimento, o governo esperava concretizar os objetivos propostos para a região amazônica, vista como um centro produtor de riquezas. Assim é que nascia, em 1974, o Poloamazônia – Programa de Pólos Agrícolas, Pecuária e Mineração da Amazônia<sup>113</sup> –, planejado para concentrar os investimentos públicos em determinados pólos de desenvolvimento, tinha por finalidade incrementar as atividades produtivas sob o encargo da iniciativa privada.

---

112 A respeito dessa política, ver MARTINS, José de S. – *A Militarização... Op. cit.*; e, do mesmo autor: *Os Camponeses e a Política no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1981; IANNI, Octávio – *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*, Petrópolis, Editora Vozes, 1979; FOWERAKER, Joe – *A luta pela Terra*, RJ, Zahar Editores, 1982.

113 A respeito do Poloamazônia, consultar o estudo de FOWERAKER, J. *Op. cit.*

Um informe da SUDAM, datado de 1977, assinalava o seguinte: “Vultosos investimentos foram e continuam sendo feitos, representando grande massa de recursos oriundos dos orçamentos convencionais da União e dos Estados ou fundos e programas especiais, como o Poloamazônia, permitindo o desenvolvimento de inúmeros e importantes projetos nas faixas de pesquisas e infra-estrutura econômico-social, com aplicações maciças nos setores de transporte, energia, comunicações, saneamento, saúde e educação, com vistas a potencializar cada vez mais o suporte aos investimentos da iniciativa privada e até mesmo como apoio a novas iniciativas governamentais”<sup>114</sup>. Em poucas palavras, o Poloamazônia mobilizava os recursos para os projetos integrados às áreas priorizadas pelo Programa, podendo incrementar, dessa forma, um desenvolvimento mais acelerado dos projetos beneficiados e, neste caso, dos núcleos de colonização. Do mesmo modo, não se deve esquecer que esta era a maneira de implementar os programas, de acordo com a linha da política autoritária do governo.

O projeto da Indeco estava na ordem das prioridades dessa política de privilégios e se encontrava localizado na área abrangida pelo *Pólo XIII – Juruena*<sup>115</sup>. Convém destacar, a esse respeito, que a empresa obtivera recursos do Poloamazônia para a construção da estrada que ligou o núcleo de colonização à rodovia Cuiabá-Santarém. Significativamente, desde o início do projeto de colonização já havia contado com as garantias do governo para sustentar o seu empreendimento. Realmente, em 1976, o projeto tinha sido aprovado pela SUDAM, momento esse no qual a Indeco foi declarada empresa de interesse para o desenvolvimento da Amazônia<sup>116</sup>. Tratava-se, nesse sentido, de usufruir a distribuição dos “recursos generosos”

---

114 *Informe SUDAM*, 1977. Ministério do Interior.

115 *Boletim informativo Indeco*, 4º. Encontro do Centro-Oeste, citado.

116 *Idem*.

liberados pela SUDAM<sup>117</sup>. O papel desempenhado por essa Superintendência foi relevante, no sentido de consolidar, juntamente com o BASA – Banco da Amazônia S/A –, seu agente financeiro, toda uma linha de desenvolvimento que estivesse em consonância com o movimento da acumulação capitalista, impondo uma dinâmica própria ao processo de controle e ocupação da terra. Como órgão responsável pela coordenação de todas as atividades de planejamento e execução dos programas regionais de desenvolvimento, a SUDAM era definida pelo discurso governamental como a “alavanca” do poder do Estado para fomentar o progresso da região, assumindo assim, essa Superintendência, posição inarredável ao lado do empresariado nacional e estrangeiro.

Como se pode observar, a aprovação de um projeto de colonização pelo INCRA, representava muito pouco, apenas um pequeno começo.

### “Cumprindo a missão”

No decorrer da colonização, Ariosto Da Riva foi assumindo um posto cada vez mais alto no patamar da credibilidade e da competência para emitir opiniões a respeito da colonização particular na Amazônia.

De empresário a “criador” de uma cidade, acumulou um sem número de experiências, uma verdadeira bagagem de histórias, pródigas em feitos heroicos, que falam dos primeiros tempos da colonização, dos homens que lhe pediam ajuda, dos pequenos agricultores, do apoio recebido das autoridades governamentais, do ministro Delfim que, de acordo com sua informação, o atendia diretamente pelo telefone, da cidade crescendo e do papel cumprido pela empresa que havia fundado para criar cidades na Amazônia.

---

117 Consultar Cardoso, F. H. & Muller, G. *Op. cit.*. Mais especificamente o capítulo VIII – “A Ação do Governo: Incentivos Fiscais, Emprego e Empresa Privada”, p. 153-166.

Ao elaborar o seu discurso sobre o significado do nome Indeco dado à empresa, Ariosto revela, de imediato, os pontos principais sobre os quais incide a sua formulação sobre colonização:

Integração – Integrar a região amazônica ao Brasil, ocupando-a e tornando-a produtiva, constitui o desafio posto à nossa geração. A civilização não dá saltos, exigindo uma caminhada segura em busca de terras férteis. Os brasileiros devem, portanto, integrar o Centro-Oeste à Nação, participando de suas riquezas e desafios<sup>118</sup>.

Portanto, ao apontar para a “necessidade” da integração da Amazônia ao Brasil, trazendo de volta uma velha retórica, coloca a questão principal que orienta o seu discurso, ou seja, caracteriza o desafio que representa a conquista da região amazônica, que, de acordo com suas palavras, não pode ser feita de qualquer maneira, ou melhor, não deve ser pensada e posta em mãos de “aventureiros”, pois requer uma caminhada segura, a única capaz de levar a um real aproveitamento das suas “terras férteis”. Trabalhadores rurais empobrecidos são vistos como aventureiros e os empresários como aqueles que têm os meios materiais e capacidade para levar o campo ao desenvolvimento.

Em seguida, o colonizador define o segundo componente fundamental que deu origem ao nome da empresa:

Desenvolvimento – Desenvolver quer dizer criar condições para que os pequenos agricultores (mini-fundiários) desfrutem dos grandes espaços vazios (latifúndios), tornando a terra produtiva e auferindo os benefícios da propriedade<sup>119</sup>.

A concepção de desenvolvimento, como se pode observar, vem aliada à de benefício social: este é o ponto principal em torno do

---

118 *Boletim Informativo Indeco – 4º. Encontro do Centro-Oeste*, citado.

119 *Idem*.

qual a linguagem do colonizador vai traçando os objetivos da colonização e estruturando os conceitos sobre os quais erige a justificativa que percorre de ponta a ponta o seu discurso, isto é, a de que o colonizador possui, antes de qualquer interesse, uma missão social. Isto é, devem criar condições, orientar e conduzir os pequenos produtores para que estes possam usufruir dos benefícios da terra como proprietários. Nesse sentido, os “espaços vazios” devem se tornar produtivos pelo trabalho dos homens que chegam à procura de terra, como deve ser através desse trabalho que o desenvolvimento da região poderá ser incrementado. Assim, a retórica da ocupação efetiva dos “espaços vazios” para gerar divisas à região e ao país, quando combinada ao discurso da missão social, torna-se um veículo forte na comunicação do colonizador com os pequenos agricultores e demais setores da sociedade.

Assim, é que o papel da colonizadora, “coordenando” a organização do “novo” espaço social, a força da iniciativa privada, e o estabelecimento de um quadro regular de trabalho, define o que Ariosto entende por colonização. A esse respeito, completa o colonizador:

Quando nós montamos o projeto, nós montamos um projeto de co-lo-ni-za-ção, simplesmente de colonização. A nossa preocupação mesmo foi com a agricultura perene, porque é a que fixa o homem na propriedade. Mas nós não quisemos ser donos de hotéis, de nada! Tudo da iniciativa privada! Tem que cada um assumir a sua parte. Inicialmente nós assumimos algumas, até vir uma iniciativa privada para tapar aquele buraco, aquela deficiência, tanto que nós, empresa, nós não temos nada, e tudo aqui é iniciativa privada! Eu vi nascer Marília, vi nascer Londrina, eu vi nascer Maringá, onde a iniciativa privada assumiu todos os postos. Uma empresa que ficasse preocupada, ou pensando em querer controlar a produção de cereais para exportação, primeiro seria contra minha filosofia, e depois, também não teria sucesso. Se eu fosse querer ser dono de serraria... Aí virava uma fazenda, entendeu? Isso aqui

é da iniciativa privada, do povo, não é? Tenho orgulho de dizer que é uma empresa livre<sup>120</sup>.

Sem tecer maiores comentários sobre o jogo de palavras que Ariosto Da Riva monta entre “nós não temos nada”, entre “o que é da iniciativa privada e o que é do povo”, entre “ser dono de uma fazenda ou dono de um projeto de colonização”, é imprescindível perceber como o seu discurso expressa a sua concepção de colonização. Estabelece resolutamente que uma das funções precípua da colonização é desencadear um processo de desenvolvimento capaz de levar à dinamização da aplicação de capitais, a partir das áreas prioritizadas. Esta era a fórmula indicada para integrar a nova área de produção agrícola ao circuito do mercado financeiro, impulsionando a valorização das terras, sob domínio da empresa, tornando irreversível o domínio da Indeco sobre as terras ocupadas. Nessa perspectiva, à “zona rural” é dado o destaque especial:

Se a cidade existe hoje, se foi atraído pra cá médicos, hospitais, todas essas culturas aqui, nós devemos à zona rural a resolver os problemas dos homens sem terra<sup>121</sup>.

Esse discurso tinha uma enorme ressonância junto aos meios de comunicação que acompanhavam e difundiam a colonização, assim como nos governamentais, e ainda junto aos principais interessados, ou seja, os pequenos produtores que, em sua maioria, se encontravam econômica e socialmente à margem.

E, por último, a terceira razão da existência da Indeco tal qual produzida no discurso:

Colonização – Colonizar significa implantar a estrutura física indispensável e a organização administrativa imprescindível, objetivando permitir o acesso dos brasileiros no imenso vazio

---

120 Entrevista com Ariosto Da Riva. Citada.

121 *Idem*.

amazônico. Representa fazer estradas, pontes, comunicação, escolas, hospitais, serviços rurais, industriais e comerciais<sup>122</sup>

Ao caracterizar o que seja colonização, Ariosto da Riva fecha a primeira questão colocada em seu discurso: para que a conquista da terra possa ser de maneira ordenada, controlada e produtiva salvando-a de todo tipo de aventureirismo, conclui, somente o empresário interessado no desenvolvimento da região, tendo em vista um projeto de fundo social, possui as condições necessárias para levar adiante tal proposta de colonização.

Aqui, portanto, o núcleo da argumentação do colonizador: somente o empresário disposto a investir em um projeto que acarretasse benefícios sociais aos pequenos agricultores, “a par dos lucros financeiros” poderia ter competência para, ao lado do governo, exercer um papel decisivo no desenvolvimento e no progresso da região amazônica<sup>123</sup>.

Na ótica desse discurso, a função principal do Estado deve ser a de facilitar e promover o acesso da iniciativa privada às vastas regiões da Amazônia, cabendo ao empresariado o papel dinamizador do desenvolvimento regional, organizando diretamente o processo de ocupação dos “espaços vazios”: “Só a iniciativa privada tem condições para a realização desse processo e de traçar a política de ocupação e fiscalizá-la”<sup>124</sup>.

A colonização, nessa visão, impulsiona a articulação eficaz entre “zona rural” e “zona urbana”, garantindo o estabelecimento de um mercado atuante na área:

Foi a zona rural que atraiu o atacadista, o comerciante, o bar, a indústria de cerveja, de sorvete, além do mais que, quando as pessoas chegam aqui, elas colocam todo o seu espírito de

---

122 *Boletim informativo Indeco, 4º Encontro do Centro-Oeste*, citado.

123 Entrevista com Ariosto Da Riva, citada.

124 *Idem*.

criatividade pra funcionar, um espírito de criatividade da própria iniciativa privada<sup>125</sup>.

Na realidade, era como se a zona rural, constituísse a base para o desenvolvimento imediato da cidade e de todo o seu suporte material.

Os resultados obtidos em Alta Floresta, o exemplo do seu projeto, o sucesso de empresa de colonização legitimava o seu discurso junto ao governo e estimulava a iniciativa privada a investir na região. Dessa forma, Ariosto da Riva conclamava o capital privado a investir na “obra da colonização”, como fica explícito no artigo “Indeco – a riqueza planejada”, publicado na *Revista Amazônia*, onde pode-se ler o seguinte:

[...] usando a criatividade, os empresários podem realizar na Amazônia obras ao mesmo tempo lucrativas e de grande alcance social. Ele – Ariosto Da Riva – quer que Alta Floresta ‘sirva de amostragem aos grupos nacionais daquilo que podem fazer pelo país e pela coletividade<sup>126</sup>.

Esse posicionamento também procura rebater a própria ideia de crise e inflação que assolavam o país. Nada deveria impedir a ação de um empresariado empenhado em promover o bem-estar social.

A esse respeito, no 4º. *Encontro do Centro-Oeste*, um informativo da Indeco sobre o projeto Apiacás, diretamente distribuído aos empresários e representantes do governo, continha as seguintes informações:

Hoje, se considerarmos os altos custos das estradas, pontes, bueiros, escolas, com as vendas dos lotes estamos nos descapitalizando e o lucro é o saldo, que valoriza bastante. Não há, na verdade, muito atrativo em termos financeiros, com essa inflação e esses custos, mas a satisfação interior é maior que

---

125 *Idem*.

126 *Revista Amazônica*: “Indeco – A Riqueza Planejada”. Citada.

a econômica. A parte social, humana, nos influencia muito nas decisões. No contato direto com essas famílias que vêm de longe, com seus sonhos, ilusões, esperanças, a gente vive também esses sonhos<sup>127</sup>.

Novamente a ideia de missão social aparece legitimando o papel da empresa, para logo em seguida demonstrar que os resultados da colonização de Apicás seriam altamente positivos. Assim, esse mesmo informativo, em um pequeno trecho que vinha intitulado “O criador de cidades – Ariosto Da Riva”, não deixa dúvidas quanto ao sucesso da nova colonização:

O seu entusiasmo por Apicás é maior ainda. “Com a experiência que adquirimos com Alta Floresta e Paranaíta, corrigindo eventuais falhas, Apicás vai ser o grande pólo do Norte, em função da ocupação rural – só para pequenos e médios proprietários, que venham realmente para trabalhar a terra” [...] Ariosto Da Riva destaca que “estamos colonizando, mas cumprindo uma missão social” [...] A Indeco investe na região cerca de 170 milhões por mês, quase 6 milhões por dia. “é dinheiro que fica aqui dentro, circula aqui, ajuda a manter esta chama” – afirma Ariosto Da Riva<sup>128</sup>.

Investido de autoridade em colonização, Ariosto Da Riva erguia a voz da competência para discutir e se posicionar junto ao governo, reclamando a liberação de mais terras à disposição da iniciativa privada. Da mesma forma, reivindicava maiores recursos e investimentos estatais para as obras de infra-estrutura, indispensáveis à penetração do capital na região. Nessa linguagem discursiva, portanto, ao Estado competia a tarefa de controlar a distribuição de terras e resguardar a “ordem” para assegurar os interesses privados.

---

127 *Suplemento Apicás*, distribuído no 4º. Encontro do Centro-Oeste. Cuiabá – MT, novembro de 1983.

128 *Idem*.

Nessa perspectiva, o discurso do colonizador também procurava enfatizar que o “aproveitamento racional das terras férteis” da Amazônia, voltado para uma agricultura de exportação, poderia levar a uma real produção de riqueza. E justificando, argumentava que este era o caminho que conduziria a uma grande virada no desenvolvimento regional, ao mesmo tempo que poderia trazer vantagens imediatas aos pioneiros. Enfim, apontava uma saída para as dificuldades que o país enfrentava:

Desenvolvemos a agricultura perene, para fixar o agricultor em sua propriedade, e, coincidentemente, a perene é a de produtos, vamos dizer, exportáveis – café, cacau, guaraná, castanha... Isso se traduz em divisas para o país... E o nosso país está precisando. Eu acho que os países que tiveram uma agricultura evoluída, são países que vão superar suas fases de dificuldades com facilidade!<sup>129</sup>.

Deste encaminhamento que Ariosto dá à questão ressaltam-se as razões técnicas ou as regras mais eficazes para uma colonização bem sucedida: fixar o colono; agricultura perene; e um quadro agrícola voltado para a exportação. Porém, desse mar de explicações econômicas emerge a dimensão verdadeiramente política da tarefa do colonizador: a Indeco como empresa que assume uma parcela importante da obra do Estado autoritário no projeto do Brasil Grande.

A construção do tema da colonização particular no discurso de Ariosto Da Riva, como se pode observar, vem articulada com o pressuposto básico de que a Amazônia possui um “destino manifesto”, qual seja, o de oferecer sua imensa potencialidade de riqueza ao progresso do Brasil. É uma região que está destinada ao progresso. Mas, no nível da estratégia do discurso, qual o papel da iniciativa privada?

---

129 Entrevista com Ariosto Da Riva. Citada.

Do ponto de vista do colonizador há uma inelutável coincidência entre o desenvolvimento e o progresso da Amazônia com o desempenho do capital privado na região. E mais: a Amazônia só pode ser ocupada racional e produtivamente se dirigida pela empresa privada *comprometida* com o desenvolvimento social; caso contrário, não há outra possibilidade histórica para o progresso da região, contando com agricultores produtivos e o controle do mercado. Para essa retórica não existe outra conclusão: à empresa privada está reservada a missão histórica de conquistar e promover o progresso material da Amazônia.

### “Simplesmente colonização”

A Indeco – uma empresa que cria cidades na Amazônia – era a própria representação dessa missão configurada.

Instaurando o seu próprio tempo, nomeando fatos e acontecimentos, o discurso colonizador encaminhava a questão mais interna da colonização para demonstrar as condições necessárias ao sucesso do empreendimento. Deste modo, o percurso “rumo ao desenvolvimento” colocava o ponto fundamental para a existência mesma do projeto de colonização, ou seja, a “organização estratégica” das terras adquiridas. Esta organização passava pela construção de um suporte material e político, capaz de assegurar a conquista. Criava-se para isto, algo que poderíamos denominar de uma tecnologia de força – material tecnológico e normas de conduta –, para garantir um controle sobre a área da colonização, que se estendia também pelas terras adjacentes ao projeto.

É importante observar ainda que, para manter o seu domínio, a empresa tinha que enfrentar várias frentes, pois a área, na qual estavam sendo implantados os trabalhos de colonização, era foco dos mais diversos interesses e conflitos sociais. Não só pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra, com poucos recursos,

afluíam para toda a parte norte de Mato Grosso (território de diversos povos indígenas), especialmente a partir da abertura da Cuiabá-Santarém, mas, também, esse território encontrava-se sob disputa aberta entre grandes proprietários e empresários nacionais e estrangeiros. Os incentivos fiscais e de financiamentos, oferecidos pelo governo, estimulava o interesse por grandes extensões de terras e os projetos de colonização tornavam-se uma das estratégias eficazes para conseguirem a aprovação sobre as propriedades. Assinalando-se que esses projetos vinham associados a outros negócios altamente rendosos, como a mineração, agroindústrias, agropecuárias e a própria especulação no mercado de terras.

O controle da área impunha a adoção de um aparato tecnológico sofisticado e eficiente, voltado não só para desarticular e mesmo dizimar grupos indígenas, seringueiros, posseiros e outras categorias de trabalhadores menos favorecidos, mas também para afastar grileiros de terras armados e “bem guarnecidos”, a mando de poderosos grupos com interesses nas áreas. Essa tecnologia de força, envolvendo toda a área de colonização, abrangia desde o aparato material, como armas de fogo, aviões e outros veículos motorizados, até os mais diversos *procedimentos* adotados pelas normas de segurança impostas pelas empresas. No caso da Indeco, pode-se destacar a proibição de porte de armas na área urbana, a proibição da entrada de “garimpeiros” (eram tidos como garimpeiros todo e qualquer trabalhador pobre que não tivesse permissão de entrada nas terras da empresa), o controle de entrada e saída das pessoas do lugar – pela balsa que atravessava o rio Teles Pires –, e muitas outras, com violência explícita ou não.

Uma vez assegurada a condição de conquista do território, a empresa passava a apresentar – no discurso – os dois pontos que firmava como fundamentais ao êxito do seu projeto de colonização: a posse da melhor terra – “as terras férteis”; e a utilização de um colono ideal – o pequeno agricultor proveniente do sul do país.

## O “descobrimento da terra”

Ao registrar a sua história, o colonizador procurava distinguir, entre os acontecimentos grandes e pequenos, aqueles que foram determinantes para refazer o seu passado. Assim, foi buscar o fio condutor de uma nova história para comprovar uma “velha intenção”:

Eu já fiz colonização no estado de Mato Grosso, onde é hoje a cidade de Naviraí. Ajudei muito na região de Dourados e isso me deu alguma experiência em colonização. Quando eu fui fazer Suiá-Missu, pretendia fazer esse tipo de colonização lá, mas a terra não deu uma resposta favorável. Então nós partimos para a pecuária, porque não tínhamos uma boa resposta da terra e eu não podia correr o risco de trazer o pequeno colono para ele fracassar... seria até um crime de consciência!<sup>130</sup>

A terra favorável para a agricultura deixa de ser, no discurso do “especialista em colonização”, uma questão de conhecimento técnico para se tornar um compromisso de ordem moral. Esta colocação é central em todas as suas falas. Foi preciso, portanto, desfazer uma imagem negativa da inaptidão da Amazônia para a agricultura, ou melhor, foi necessário romper, antes de mais nada, com o estigma da Amazônia de solos fracos para a agricultura, para que pudesse implantar ali um projeto de colonização. Sem dúvida, é para esse ponto da questão que o homem preocupado em colonizar para ajudar o “pequeno” dirige a sua versão:

Agora, a terra desta região nós pesquisamos bem antes, esta terra me deu uma resposta favorável! E, quando nós começamos a estrada que liga Alta Floresta a Cuiabá-Santarém – gastamos dois anos fazendo essa estrada –, nós já estávamos aqui pesquisando. Eu tinha o café, tinha o cacau, tinha a mamona, tinha o algodão, tinha a hortelã, estava pesquisando o feijão, o arroz, o milho – fizemos o teste de um modo geral. Fiquei com medo de estar fazendo o teste coincidentemente

---

130 Entrevista com Ariosto Da Riva. Citada.

numa mancha de terra boa e logo adiante ter uma terra que não servisse. Então nós abrimos diversas pistas de avião dentro da área do projeto para fazer experiência de um modo geral. E para ter consciência de que trazer um colono, vender a terra e comprar a terra onde ele joga toda a sua esperança, e a terra não dá uma resposta, eu acho que é um crime irreparável!<sup>131</sup>

Mas o colonizador não parou aí. Fez questão de dizer que foi procurar na tecnologia moderna respaldo para provar que o projeto de colonização se localizava em uma “mancha de terra fértil”. Assim, de acordo com o seu depoimento, tratou imediatamente de realizar vários testes com amostras de terras, encontrando cobertura para essas pesquisas no Instituto Agrônomo de Campinas e junto a professores do Rio de Janeiro e de Piracicaba<sup>132</sup>. Além disso, disse que teve também o apoio do Projeto RADAM – Projeto Radar da Amazônia –, que rastreava e mapeava a região amazônica, indicando suas potencialidades agrícolas, apontando, inclusive, as áreas de castanhais nativos, dentre as quais Alta floresta era uma delas<sup>133</sup>.

Desse modo, o resultado não poderia ser outro. De acordo com ele, o projeto de colonização da Indeco obtinha, através da pesquisa científica, uma legitimidade que o autorizava a afirmar categoricamente: “...estamos em uma região privilegiada da Amazônia!”<sup>134</sup>.

A vocação agrícola de suas terras passou a ser o ponto chave sobre o qual recaía a ênfase da sua fala e a justificativa para torná-la um *lugar ideal* para os pequenos agricultores. O seu discurso, assim, conferia um atestado positivo ao projeto de colonização do *moderno* bandeirante. Desta forma, ao promover um novo projeto de colonização – o projeto Apiacás –, Ariosto Da Riva voltava, com orgulho, a apontar:

---

131 *Idem.*

132 *Idem.*

133 *Idem.*

134 *Idem.*

...a mancha de terra fértil que vai de alta Floresta à Paranaíta e a Apiacás, estendendo-se aos rios Juruena e Roosevelt, na divisa com Rondônia, é a maior de toda a Amazônia. Dá pra se fazer aqui dois nortes do Paraná e um novo estado de São Paulo!<sup>135</sup>.

Justamente nesta mancha agrícola da Amazônia encontravam-se as terras da Indeco. Ariosto Da Riva havia descoberto a terra ideal, o filão de ouro para a agricultura. A partir destes marcos, produzia-se a representação da terra fantástica.

### O colono ideal

foi o pequeno proprietário empobrecido do sul que se constituiu no tipo ideal de colono para as empresas colonizadoras da Amazônia, sobretudo, na fase de implantação dos projetos, uma vez que, depois, o mercado de terras ficava aberto a “investidores mais caros”.

Indagado a respeito dos motivos pelos quais procurou vender os lotes da gleba Alta Floresta, preferencialmente no Paraná, Ariosto Da Riva respondeu de maneira incisiva:

Porque no Paraná a mecanização estava expulsando o pequeno, a lavoura mecanizada exige um volume maior de terra. O pequeno começou a ficar espremido lá, e o homem que vendesse dez alqueires no Paraná podia comprar cem aqui. Então ele tinha a chance, a opção de aumentar a área para si, para os filhos, para a família. Não foi só o Paraná.. Também trouxemos do interior de São Paulo, onde está acontecendo o mesmo fenômeno. Há necessidade premente nesse país de mais emprego do estilo do nosso, exatamente pra prender o pequeno agricultor de tradição, porque a família cresceu e não tem mais condições de sobreviver naquela pequena área. Todos eles são qualificados!<sup>136</sup>

---

135 *Suplemento Apiacás*. Citado

136 Entrevista com Ariosto Da Riva. Citada.

O colonizador foi buscar não só o agricultor de tradição, aquele que detinha um saber acumulado sobre como lidar com a lavoura, mas, especialmente, o agricultor que também possuía uma outra capacidade – a de ter participado da abertura da fronteira agrícola do Paraná. Muitos colonos que hoje estão em Alta Floresta costumam contar que a experiência anterior também tinha sido muito difícil, lembrando-se das longas caminhadas em busca de alimentos, da falta de estradas, etc.

Tendo em vista os objetivos da colonização, de acordo com o ponto de vista de Ariosto, a Indeco, deliberadamente, foi buscar o “plantador de café” e o colono com experiência em abrir uma “nova terra”. Assim, o “colono do Paraná” oferecia as condições ideais para as empresas colonizadoras: um agricultor habilitado, conhecedor do plantio de lavouras perenes, em que tal conhecimento é profundamente valorizado e constitui parte de sua vida; um agricultor que passou pela “escola do Paraná”, dono de um saber sobre a experiência viva de uma fronteira agrícola; e, ainda, um agricultor empobrecido, mas pequeno proprietário, o qual podia vender sua pequena terra e investir nos lotes que a colonizadora colocava à venda.

Sem dúvida, o colono que vinha do sul podia, na maioria das vezes, comprar um lote ou pagar uma parte dele à colonizadora com o dinheiro obtido da venda de sua antiga propriedade, que se localizava em terras mais valorizadas. Portanto, se por um lado o colono era o agricultor pobre, aquele que tinha muita “precisão” e que era capaz de se sujeitar à desolação que, nos primeiros tempos, o lugar apresentava, sofrendo aí toda a sorte de infortúnios, por outro lado, era ele quem podia investir, além da sua força de trabalho, um pequeno capital na “terra mais larga da Amazônia”. E, ainda, de maneira a enaltecer e valorizar a aplicação de capital dos colonos nas terras da Indeco, ninguém melhor do que o próprio colonizador para indicar a importância que teve o dinheiro arrecadado com a venda dos lotes aos migrantes, especialmente à época de implantação do Projeto:

Investimento nosso aqui foi o resultado também da venda dos lotes. Nós investimos tudo aqui... estrada, bueiro, ponte, escolas, assistência de um modo geral, parte urbana... Os investimentos nossos aqui, pelas vendas, deve ter girado em torno, mais ou menos, de um bilhão e meio a dois bilhões de cruzeiros. Nós não tínhamos esse dinheiro. Esse dinheiro foi gerado na venda do loteamento, e que foi totalmente investido aqui, como ainda continua sendo<sup>137</sup>.

Imediatamente, também aponta para a importância do colono como um “investidor” de capital e de trabalho, com o propósito de criar uma identidade fundamental entre o investimento da empresa e o investimento do colono na obra da colonização:

Mas, se você somar o investimento do colono, do pequeno colono, do homem que está na cidade, o investimento deles hoje é dez vezes superior ao nosso, não só em termos de capital-dinheiro, como em força de trabalho. Acho que talvez passe de dez vezes mais o investimento do colono aqui dentro hoje, porque ele também acreditou nisso aqui!<sup>138</sup>

Entretanto, é importante assinalar que também interessava à colonizadora a vinda de pequenos produtores que nada tinham a oferecer a não ser o seu trabalho como arrendatários, como meeiros ou como parceiros, e, mesmo, para outros serviços. A esse respeito, Ariosto Da Riva diz o seguinte:

Nós trouxemos muito meeiro, homem que nunca teve terra... Muito meeiro e muito arrendatário também. Pois eles não tinham condições de comprar terra no Paraná, por causa do custo, do preço. Aqui eles tinham condições sim!<sup>139</sup>.

---

137 *Idem.*

138 Depoimento ao *Jornal da Tarde*, de 04 de janeiro de 1977. Citado.

139 Entrevista com Ariosto Da Riva. Citada.

Mas, devido aos principais interesses da Empresa em um *modelo de colono*, a atenção do colonizador esteve voltada para privilegiar em seu discurso o *pequeno proprietário*, como a figura exemplar da nova ocupação. Desta forma, em 1977, já exaltava a sua importância para o desenvolvimento da Amazônia, ao mesmo tempo em que anunciava a missão social da Empresa: “A nossa preocupação é com o homem dos cem hectares, é com o pequeno agricultor florescendo na Amazônia”<sup>140</sup>

Dá-se, deste modo, uma enorme visibilidade ao deslocamento de pequenos agricultores para a Amazônia, em busca das suas “terras férteis”. Nunca se falou tanto na sua “vocaçãõ agrícola”.

Nesse caso, foi definitivo o papel da iniciativa privada, ao se autopromover como detentora das melhores terras da Amazônia. Em outros termos, as empresas não só apareceram investidas de poder para adquirir terras, como também apareceram com poder para monopolizar as “manchas de terras agricultáveis da Amazônia”. Desta forma, por conseguinte, o monopólio das “terras agricultáveis” se constituiu em uma das estratégias utilizadas pelo capital privado para legitimar a colonização através da empresa particular. Esta foi a estratégia de Ariosto Da Riva, como deixa claro o seu discurso, ao *demonstrar* a sua eficiência de colonizador em detectar a “melhor terra” e ainda promover pesquisas científicas que lhe pudessem assegurar um teste positivo sobre as terras adquiridas pela empresa. E, sem dúvida, a Indeco havia adquirido, comprovadamente, uma das maiores extensões de “terras agricultáveis da Amazônia”, ou melhor dizendo, havia se apropriado de uma das maiores “manchas de solo fértil” de toda a região. Esse era o discurso do colonizador. No capítulo seguinte, como contraponto a esse discurso, procurar-se-á ver como os colonos falam a respeito das “terras férteis”.

---

140 Depoimento dado ao Jornal da Tarde, de 04 de janeiro de 1977. Citado.

Concluindo este ponto, importa caracterizar que a produção do mito da fertilidade das terras – onde tudo cresce, onde tudo dá – vinha, sobretudo, fortalecer a natureza seletiva da colonização, constituindo-se em um instrumento político de controle sobre a terra. Dessa forma, a colonização pela empresa privada aparecia como um dos caminhos mais viáveis a ser trilhado não só pelo empresariado mas, também pelo próprio colono, que já “recebia” a terra mais adequada à produção.

CAPÍTULO IV

## Colonização, trabalho e disciplina

Virtude para eles é aquilo que torna modesto e manso:  
por isso fizeram do lobo o cão e do próprio homem  
o melhor animal doméstico do homem.

Nietzsche, *Assim falou Zaratustra*

O discurso elaborado pelo colonizador sobre a “*terra prometida*” tinha uma direção precisa: ao mesmo tempo que remetia à *sociedade do mal*, identificada com o lugar social de “origem” dos colonos, apresentava, a partir de um universo místico, a *terra da salvação*, vista como a recompensa para a experiência de “provação” que tiveram no passado. Entretanto, para que pudessem usufruir verdadeiramente desta terra, precisariam obedecer a determinadas regras estabelecidas pelo colonizador, necessárias para constituírem o *mundo do trabalho*, contando, exemplarmente, com o colono da mais nova “frente” de colonização.

Para melhor compreender essa questão, no âmbito do discurso do colono e do colonizador, foi preciso adotar dois percursos: o primeiro,

ligado à *mensagem* do colonizador, objetiva analisar as estratégias disciplinares de um projeto voltado para incorporar a mão-de-obra dos trabalhadores rurais, direcionado para a formação do colono; e o segundo, ligado aos relatos dos colonos, procura reter os abalos mais profundos que a constituição desse mundo do trabalho opera em suas vidas e, mais precisamente, na sua representação da *terra prometida*.

O cruzamento dos diferentes pontos de vista nos auxilia a refletir sobre a natureza da desigualdade social e da exploração do trabalho, nas áreas de colonização. Do mesmo modo, torna-se fundamental a análise sobre as diversas práticas sociais que instituem, nessas áreas, um espaço de sociabilidade, com o fim de assegurarem a viabilidade do núcleo de colonização. Ariosto Da Riva expõe o seu raciocínio sobre as normas básicas para o funcionamento produtivo do projeto colonizador, tornando claro que a eficácia da sua implantação e a sua permanência somente são possíveis na medida em que se constrói uma ordem social voltada para o trabalho, sob a lógica da economia do tempo e da moralização dos costumes. Os colonos, por sua vez, revelam a sua inquietude e revolta com os rumos tomados na terra da colonização, percebendo a dificuldade de incluírem a sua produção no mercado. Não existia nenhuma garantia de competitividade no plano econômico, os problemas antigos estavam de novo ali e a vida de sacrifícios (porque sem esperança) estava de volta. A fé em Alta Floresta começava a se desvanecer. No entanto, que sinais a “terra do trabalho” trazia para refazer outros mitos?

### **A mensagem do colonizador**

Após explicar a colonização pela perspectiva da competência do empresariado para cumprir uma missão social na Amazônia, Ariosto Da Riva, através de sua prática de colonizador, passa a identificar os elementos mais importantes que configuraram o seu projeto como uma obra social irreversível.

Nada, em sua fala, se interpunha como obstáculo à construção do lugar, que era apresentado como a terra da fartura, a terra da esperança, a terra iluminada. Entre a dimensão religiosa e mítica, o papel civilizador, do qual estava imbuído, ganhava corpo na edificação da cidade, que nascia sob o signo da fé, do trabalho e da participação de todos. Uma grande família, em prol do progresso, vingaria naquele solo fértil: com a construção desse símbolo, elaborava-se a proposta de colonização.

Nesse sentido, Alta Floresta não significou apenas uma “oportunidade ímpar” de trabalho e de terra para pequenos agricultores – “o pequeno colono florescendo na Amazônia”; mais ainda, constituiu-se na própria imagem da “família reunida” no lugar em que os filhos teriam “escola, trabalho e futuro”.

Dentre suas falas, algumas merecem ser oferecidas à leitura, pois, de maneira significativa, têm o poder de esclarecer as estratégias concebidas pelo colonizador como as mais eficazes para cumprir um papel: fixar o colono em sua propriedade agrícola; produzir um colono mais disciplinado e produtivo; difundir por toda a região regas e ordens. Se aí existia a intenção precisa de potencializar a força de trabalho dos colonos e demais categorias de trabalhadores, essa intenção era parte mesma das estratégias que visavam tornar os homens e mulheres da nova comunidade mais produtivos e obedientes.

Prestando atenção a tudo, cuidando e orientando, produzindo dispositivos disciplinares e apontando para si mesmo como uma figura exemplar, Ariosto da Riva controlava o *lugar* da colonização. E na “sagrada união” – família, escola e trabalho – encontrava-se o esteio de seu projeto:

O que eu acho importante mesmo é que dei a oportunidade das famílias se reunirem aqui. Eu tinha colono com filho esparramado por este país afora, filho em São Paulo, filho no Rio, filho não sei mais onde... e hoje conseguiu arrebatar toda a família pra cá, juntar toda a família aqui!... Venho

observando o homem da roça, aquele que é analfabeto e tem preocupação de dar instrução a seus filhos... Isso fez com que implantássemos um sistema de escolaridade rural pra ajudar a fixar o homem em seu ambiente de trabalho lá na roça, na sua propriedade agrícola. Inclusive quando o Andreazza esteve aqui, até com o presidente por perto, prometeu uma verba pra instalar casas do BNH: – Eu vou dar pra vocês quinhentas casas populares do BNH! – Mas eu disse: Agradeço, não quero nenhuma casa! Ele assustou e falou: – Mas, espere, tenho a impressão que deputado, senador, governador, prefeito, todo mundo quer casa popular, principalmente do sistema BNH... e você não quer? – Respondi diretamente a ele: – Não! Porque aí você vai me tirar o homem do campo para a cidade. Já tenho experiência do interior de São Paulo, Paraná... Marília! Este é um fenômeno no país, e citei esta última cidade porque foi uma cidade bandeirante. Poucos dias antes eu tinha vindo dessa cidade, estive lá com o prefeito. E havia perguntado: – E a zona urbana? Ele respondeu: – Quarenta mil pessoas! – E a zona rural? – Quatro mil. Mas insisti: – Foi sempre assim? E ele disse que não, que era o contrário, mas que, com o BNH, veio todo mundo para a cidade. O prefeito ainda me disse: – Eu estou cheio de bóia-fria! Então agradeci ao Andreazza e pedi a ele: – Financie o homem do campo pra ele fazer uma boa moradia, que ajude a fixá-lo lá! Mas casas do BNH aqui, por ora, eu acho que vai ter um resultado altamente negativo. Principalmente porque se nós estamos lutando pra manter o homem na agricultura perene, que é a que fixa o homem no solo, como ainda um sistema de escolaridade, para ele fixar na sua propriedade, com o BNH esse pessoal vem todo pra cidade!<sup>141</sup>

É importante trazer também, nesse momento, a palavra do assessor da Indeco, responsável pela organização do “sistema de escolaridade” implantado em Alta Floresta, voltado para fixar os colonos

---

141 Entrevista com Ariosto Da Riva, citada.

em sua propriedade agrícola. Ele explica detalhadamente a dimensão social de tal sistema:

As escolas foram fundadas sempre em um processo de preparação de uma comunidade, na qual o pessoal, num raio de oito quilômetros, podia se juntar no centro comunitário e sentir a mensagem do colonizador que se transformou em pai. O pessoal o trata mais como pai do que como patrão. Além disso, ninguém entendia nada de cacau, mas nessas comunidades os técnicos da CELAC\* ensinavam para o pessoal as plantagens do cacau, etc. Nessa comunidades, o pastor protestante, se houver protestante, vai fazer o culto, e o padre católico vai rezar missa para o pessoal. Eles se reúnem e elegem seu presidente, seu tesoureiro, seu secretário. Sentem-se unidos – foi criada outra vez a família! É o que talvez, eles já não tivessem mais lá, judiados pela seca, pela geada, pelos interesses que estavam se desestruturando. Aqui eles encontram outra vez essa família, entendeu? Nesse espírito familiar e nesse centro eles se encontraram, onde depois também se deu a escola. Então, vamos dizer, eles saíram de um ambiente de angustia para um ambiente aberto, em que sentiram todas as esperanças humanas se transformarem numa tremenda possibilidade – terra grande, terra maior, possibilidade dos filhos estudarem. E, de repente, se ouviu falar muito em amizade, em colaboração, em família, entendeu?<sup>142</sup>.

Administrando o cotidiano das famílias, Ariosto Da Riva continuava a falar do seu “papel fundamental”, mediador dos conflitos:

Eu atendo aqui, no meu escritório, todos os dias, as pessoas que vêm me procurar. Têm dias que aqui forma uma fila... às vezes só vou à noite pra casa. Atendo até dez de uma só vez: um é anuência, o outro para dividir o lote, o outro por que brigou com a mulher, o outro por que a filha fugiu... Eu

---

142 Depoimento do Sr. Benjamin, assessor da Empresa Colonizadora para assuntos de educação.

atendo tudo de uma só vez, quer dizer, é que se eu for atender assim cronometrando tudo, varo o dia todo, então a gente dá um jeito...<sup>143</sup>.

Da “cidade do trabalho”, tem muito o que dizer em um discurso de convencimento:

Eu tenho dito que Alta Floresta é uma das cidades onde mais se trabalha neste país, e todo mundo que veio pra cá tem pressa em ficar rico ligeiro, fazer sua independência econômica pelo dinheiro ligeiro! Mas nós fugimos do paternalismo também. Que o paternalismo se pratica, acaba prejudicando. Você tira a pessoa daquele espírito de luta, de briga, de aceitar o desafio. Então, o paternalismo excessivo não funciona. O homem aqui, que vem pra cá, é outra medalha. Ele vem, ele paga a terra, fica devendo a prestação, vai trabalhar pra pagar aquela prestação, porque é outro elã de trabalho... Completamente diferente! É uma ciência. Você precisa deixar o desafio... E, quando está afogando você tira, levanta ele um pouquinho, dá um empurrão! E, coisa curiosa, todo sonho aqui cresce num ritmo constante, permanente. Você não houve ninguém falar em política, ninguém chorar, ninguém irritado. Está todo mundo contente, todo mundo satisfeito, todo mundo com aquela esperança no amanhã. Não tem aquela amargura que se vê hoje em dia, não existe isso aqui! Então nos chegamos outra vez na terra prometida. Você não vê ninguém falar em crise. Essa é uma palavra que não existe aqui. Não é na cidade não, é em toda parte!<sup>144</sup>

E o assessor para assuntos de educação da Indeco não só completa e endossa as palavras de Ariosto Da Riva, como ainda fez questão de dar seu testemunho ou sua “oração de fé”, fixando a ideia do trabalho:

---

143 Depoimento do colonizador, entrevista citada.

144 Idem.

Na região não tem carente, você sai na cidade durante a semana e encontra todo mundo preocupado em trabalhar, produzir, todo mundo com pressa, todo mundo querendo fazer o seu pé de meia o mais rápido possível. A filosofia é essa: nós não damos colher de chá pra vagabundo aqui, entendeu? Ajudamos a todo mundo! Colher de chá pra preguiçoso, não! Trabalho! Trabalho! Trabalho! E lutar e vencer pelo trabalho! É claro que pelo trabalho uns vencem mais rapidamente... por um pouco! Mas a luta, o valor da luta é o mesmo! O seu Ariosto, quando chega alguém aqui ele fala: – Você trabalha? – Ah, a maior virtude, a primeira virtude, a primeira oração do homem em Alta Floresta é o trabalho. O rapaz que aqui trabalha tem tudo! E essa pregação foi feita com exemplo. Então é isso que realmente criou esse ambiente que você chegando aqui percebe que o pessoal se sente numa terra prometida!<sup>145</sup>

O trabalhador aqui, associado ao universo masculino da área de colonização, é aquele que tem emprego fixo e plenamente identificado com a “virtude” do trabalho. Isto implicava reconhecer que todos aqueles que aparecessem sem trabalho, seriam vistos como “preguiçosos”, “aventureiros” e “perigosos”.

Ariosto da Riva, de maneira enfática, conclui o raciocínio do seu assessor, indicando soluções para tudo – não dando certo no campo, a cidade era o trabalho:

Por isso é que aqui tudo dá certo, e ainda podemos contar com o espírito de criatividade da iniciativa privada. Eu tenho o exemplo do seu Beneti, lá da piscina. O seu Beneti era um homem da lavoura e que tinha comprado terra, mas deram o tombo nele com as terras que vendeu no Paraná, ficou sem recurso e então me procurou. Dei a ideia pra ele na época mexer com construção, e passou, a fazer tijolos de cimento. Mas, com o aumento da capacidade da cerâmica, ele sentiu que o negócio do tijolo de cimento podia fracassar. Assim, ele bolou

---

145 Depoimento do Sr. Benjamin, assessor da Indeco para assuntos de educação.

um clube particular, com piscina. Agora tem até quadra de futebol de salão e vai inaugurar por esses dias uma de futebol suíço. Investiu tudo nesse negócio, e o clube é dele. Tem uma renda hoje de mais de 1 milhão de cruzeiros por mês, só de associados da cidade. É o espírito de criatividade! Um outro aqui, rapaz que era gerente de uma loja, em função do clima, quis colocar uma indústria aí. Ele trouxe uma fábrica de sorvete que fazia oitocentos picolés por hora, aqueles de palito, e trabalhava dia e noite! Tá rico aí, em pouco tempo! Este não é um aventureiro não!<sup>146</sup>

E, exultante, *o apóstolo da colonização*, expulsando o “aventureiro” do mundo do trabalho, apresenta a terra prometida, o lugar da abundância:

Hoje eu posso assegurar conscientemente de que nós estamos em uma das regiões privilegiadas do café deste país. Aqueles que já tinham experiência, que plantaram o café como deve, estão tendo resultado fora de série, grande sucesso! Mas nos saímos com o café, aqui. Nos plantamos o café, com o IBC, sem o IBC e apesar do IBC. Resolvemos provar que aqui dava para o café, quebramos com certos conceitos estabelecidos. Na Amazônia só vinga o café tipo robusta, dizia o Instituto Brasileiro do café. Cacau só o sul da Bahia pode produzir, afirmavam os entendidos. Guaraná, ninguém duvidava, só dá em Maués, no estado do Amazonas. A Indeco experimentou essas culturas em suas terras e o resultado foi um sucesso.

Cacau é uma plantação difícil. Tem que esperar o quinto, sexto ano, até quando o cacau faz sua própria sombra, aí não nasce mato, é só colher! Até lá, é uma plantação difícil, mas a Ceplac está esperando uma boa produção.

Agora, o Ludovico (filho e acionista) foi buscar o guaraná lá em Maués, no Amazonas. Eles acharam que o guaraná só dava lá, por ser nativo na região. Guaraná pra nós está surpreendendo, porque nós estamos com uma produção até três vezes

---

146 Ariosto Da Riva. Entrevista citada.

superior a Maués. Não existe um lugar no mundo que dê uma produção dessa. Eu fico preocupado com o nosso colono aqui, ficar com esta imagem do mercado de hoje. O pessoal é da roça mas é inteligente. Eles acham que até os outros acordarem eles colheram uma ou duas colheitas. É o suficiente pra fazer a independência deles. É uma grande cultura o guaraná...

Nós testamos o hortelã, o mentol, a pimenta. Houve um resultado fora de série... o algodão, se bem que não gosto do algodão. Toda região que entra o algodão, com o passar do tempo, ela é prejudicada, exaure muito o solo e a preocupação nossa é fixar o colono à terra.

Estou com uma experiência muito boa com o dendê. Plantando o dendê, teremos uma grande produção. Em termos de pesquisa, nós temos muita coisa. Olha, eu tenho cana de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, São Paulo. Estamos testando toda variedade de cana, pra uma futura usina de álcool ou de açúcar. Se vierem montar mais tarde, já existe a experiência na região. Usina de álcool já é viável, fora essa lavoura de arroz, feijão, milho.

O arroz é plantado no meio dos tocos, do café. O arroz aqui não é mecanizado. Produção de milho é muito boa, feijão muito boa, em função do cacau, a produção de banana é muito grande. No ano passado saiu daqui dois milhões de hectares de banana. Mamão, temos uma indústria de papaína (o leite do mamão verde). Mamão aqui é praga, mamão e banana aqui é engorda de porco.

Nós estamos com outras experiências agrícolas também. O urucum aqui é praga, estamos pesquisando os corantes. Estamos pesquisando, ainda, preço, mercado, exportação, porque, quando nós chegamos a indicar qualquer coisa aqui para o colono plantar, temos que ter muita responsabilidade. Uma das nossas preocupações constantes é o colono fazer sua independência econômica o mais rápido possível – as casas que os colonos fizeram aqui já foram com o resultado da produção deles mesmos.

A terra daqui, para a Amazônia, é muito boa, não é excepcional... É que, aqui foi feito com tanta boa vontade, com

tanto amor... tudo dá certo! Parece que nós temos uma luz divina que guia a gente, isso eu sinto e muita gente sente, não há dificuldades!

Você vai em qualquer sítio, não importa! Ele tem uma vaquinha, ovo, banana, mamão, a horta, o porco, mandioca, a batata doce, ele tem uma fartura fora de série! Agora, ele vem de um Paraná mecanizado de soja, com veneno! Paraná não tem mais passarinho, Paraná não tem mais galinha... Paraná, nas represas das fazendas, não tem mais peixes, porque o veneno que eles soltam na soja, com a enxurrada, cai nas represas. Então, o pessoal que vem de uma região dessas pra uma região igual a essa nossa, região nova, onde existe essa fartura, para eles é, logicamente, uma terra prometida.<sup>147</sup>

### “Tempo é dinheiro”<sup>148</sup>

Alta Floresta foi descrita por Ariosto Da Riva não só como o lugar da fartura, como “do amanhã”: o arroz plantado no meio dos todos, a maior produção de guaraná do mundo, o café que desafiou até as previsões feitas pelo IBC (Instituto Brasileiro do Café), um resultado fora de série com o hortelã, o mental, a pimenta, podendo ser também com o dendê. O mamão é praga, a banana é praga, servindo até como engordas de porco. O cacau é difícil, mas sabendo esperar, é só colher! A terra, admite, pode não ser excepcional, mas não importa – lá tudo foi feito com amor, tudo dá certo!

Desta terra o colonizador falou e retratou: todo sítio tem uma vaquinha, tem uma casa feita pelos próprios colonos, tem uma horta, tem um porco, tem batata doce, tem ovos. E estes sítios têm passarinhos, peixes, árvores e rios. Quem poderá dizer que esta não seja uma terra prometida?

---

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> Clássica sentença do texto de Benjamin Franklin, que proporcionou a ilustração central da Ética Capitalista para Max Weber – “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. In: Os Pensadores. SP, Editora Abril Cultural, 1980, p. 182.

Decididamente, nesse imaginário, o mundo era fantástico, não se falava de dificuldade e tampouco de sacrifícios. Os sítios eram “superdotados” – o arroz certamente crescia sozinho por entre os tocos, o mamão, a banana e o guaraná apareciam como frutos de um verdadeiro paraíso terrestre. Ariosto construía a representação da *terra prometida* e não admitia outras figurações que tentassem associar-se às experiências vividas. A “terra prometida” não era um sonho, quem assim dizia é que vivia a irrealidade.

No entanto, havia a necessidade de criar a ideia do trabalho ajustada à representação do lugar da fartura. Invertia-se o lugar do sossego para o do trabalho. A fé no trabalho deveria ser, portanto, o meio insuperável para atingir a terra prometida ou para colocar em prática a equação “tempo é ouro!”<sup>149</sup>.

A força de Alta Floresta – como informou Ariosto Da Riva –, estava na “pressa em ficar rico” ou no “ganho ligeiro do dinheiro”. Esta é uma linguagem através da qual se veiculam normas, ideias e receitas para a “independência econômica” dos agricultores e demais trabalhadores que lá se encontram, mas é também o alimento necessário para movimentar a incrível maquinaria da moral do trabalho.

Nessa ótica, a lógica da “economia e tempo” determinava o fundamento sobre o qual se deveria erguer ou soerguer a vida de todos que procuravam aquela terra. O lugar logo começava a se revelar, através da ordem social, em que todos deveriam obedecer aos preceitos morais de vida dedicada ao trabalho. E, sobretudo, fazer com que o tempo-velocidade fosse utilizado em função de ganhos cada vez maiores<sup>150</sup>.

E, rapidamente, impregnava-se a nova comunidade de um desejo de consumir o tempo com trabalho como a única forma

---

149 Esta reflexão se encontra referida no importante trabalho de MUMFORD, Lewis. *Técnica y civilización*. Madrid, Alianza Editorial, 1971.

150 A esse respeito, ver a discussão que E. P. Thompson faz no capítulo “Tiempo, Disciplina de Trabalho y Capitalismo Industrial”. In: *Op. Cit.*, p. 239-293.

vislumbrada para se chegar a um fim determinado: a produção de riqueza. Tudo deveria girar em torno dessa ideia, o cotidiano, a esperança e o futuro. Desse modo, de acordo com a valorização puritana do tempo, os homens teriam a obrigação de trabalhar sem cessar, viver para as suas famílias e permanecer unidos pela fé. “Aqui só se trabalha, o que leva a gente a pensar mais em Deus!” – dizia um colono em Alta Floresta.

A instituição social do tempo, sob a lógica dessa “economia de tempo”, tornava incompatível a representação de uma vida tranqüila naquela terra, ou melhor ainda, o trabalho passava a ser visto como o caminho mais seguro para o prazer. Em seu nome, a diversão, o lazer, a “vida sossegada”, eram tidos como contraproducentes, negativos como exemplos, e mais, significavam verdadeiros sinais de perigo, no lugar em que tudo deveria funcionar segundo as mais respeitáveis regras do tempo. A representação imaginária da fatura comprimia-se por entre as malhas irrompíveis do tempo do trabalho. Perdia-se, irremediavelmente, o referencial do *tempo do sossego* para o momento presente, projetando-o cada vez mais para as marcas de um horizonte infinito.

Assim é que a oração ao trabalho recebia ali um altar especial, e as orientações, a “arte de ensinar” a partir dos setores dirigentes, tinham como finalidade a formação do bom colono, um homem honesto e trabalhador, voltado somente para o futuro de sua família. Definia-se ou inventava-se não só uma vocação agrícola para esse trabalhador, mas, fundamentalmente, uma “vocação para ser colono”: homem de invejável resistência, infatigável na árdua labuta do trabalho no campo e, especificamente, do trabalho de abrir uma nova “frente” agrícola. Este era o colono ideal, que sofria constantemente os estímulos da nova colonização para continuar na trilha de um mundo delineado pelo poder da empresa “dona” do lugar.

Para o colonizador, era extremamente importante que o trabalho – a ideia redentora do trabalho – tivesse força o suficiente para

neutralizar as iniciativas de resistência de homens e mulheres da área de colonização e disciplinar-lhes a sua procura. Isto é, era preciso fazer com que os colonos acreditassem que o trabalho poderia ser a “verdadeira saída” para a pobreza. E mais: no trabalho estava a garantia do futuro. Desta forma, impunha-se uma racionalidade que compreendia o trabalho como o único meio eficaz para solucionar os problemas de todos.

Assim, não poderia existir mal maior que a rejeição ao trabalho. Ali não havia espaço para “aventureiros”, como se um novo lugar pudesse servir para quem tivesse a imagem do ouro sem trabalho! A riqueza era o trabalho. O “vagabundo” desafiava a ordem social e só o trabalho conferia virtude aos homens do novo lugar: “O rapaz que aqui trabalha tem tudo!” E, para o “vagabundo”, o exílio sem fim: “Colher de chá pra vagabundo, não!”

Portanto, para aqueles que se diziam “fracassados”, ou que o novo lugar não lhes dava sucesso, existia um código moral que os enquadrava: ...só não fica rico quem não quer, quem não trabalha!<sup>151</sup>

A partir daí, concebia-se o preguiçoso, merecedor da pobreza como castigo, não podendo, por conseguinte, atingir e usufruir o “bem” da terra prometida. Toda uma pregação moral foi sendo elaborada por entre os fios do tecido social que formou a comunidade de Alta Floresta.

E assim, da “cidade onde mais se trabalha neste país”, de acordo com as palavras de Ariosto Da Riva, afirmava-se a ideia da construção pelo trabalho, ali, em que até mesmo “os sonhos crescem um ritmo constante”, encontrando “todo mundo com aquela esperança no amanhã”. E isto, sem dúvida, também pode exprimir a dimensão do aprisionamento dos homens na nova cidade: sonhos, esperanças, futuro, são quantificados e subvertidos, equivalem a dinheiro.

---

151 Ariosto da Riva, entrevista citada.

A ênfase que Ariosto dá ao “espírito de criatividade da iniciativa privada” caracteriza o modelo do sucesso, o exemplo da utilização do tempo pelos homens que acreditam na ideia de vencer pelo trabalho. O que se pode perceber é que, sob o manto de uma moral puritana, revelava-se uma cidade forjada pelo trabalho, em que o reino dos céus só poderia ser alcançado pelos colonos que o merecessem. A conquista do *eldorado* ficava, assim, sujeita às obrigações terrenas, só podendo atingir o “espírito da graça” aqueles que cumprissem seu dever com honra, fé e trabalho.

Contudo, fixar o colono em sua propriedade agrícola e torná-lo um bom colono requeria providências mais complexas por parte da colonizadora. O “sistema de escolaridade”, implantado em Alta Floresta pela empresa, tinha este objetivo a cumprir.

O funcionamento de tal “sistema” pressupunha, na verdade, a organização de um centro comunitário rural que estava encarregado de difundir a *mensagem do colonizador*, repassando ` as famílias dos colonos as orientações e regras estipuladas.

Desta forma, o discurso colonizador encaminhava-se no sentido de demonstrar que, do espírito familiar surgiam os centros comunitários; da preocupação do homem da roça em dar instrução a seus filhos, nascia o sistema de escolaridade rural; “ajudar o colono a se fixar na sua propriedade agrícola”, esta era a função do colonizador. Partia destes três pontos a mensagem do colonizador e continuava através da pregação do amor ao trabalho, da perseverança e da união das famílias. E era mediante esse discurso que Ariosto Da Riva podia se apresentar como o chefe das famílias que ali se encontravam, aparecendo como o grande benfeitor do povo que havia ouvido e atendido ao seu chamado.

Entretanto, ideias largamente doutriniais: a obra da colonização se revelava e se edificava a partir das necessidades dos próprios colonos. Quanto às necessidades da empresa – o afã do lucro e de valorização de suas terras, bem como impor a disciplina e o poder

sobre os colonos – estas ficavam sempre menos visíveis pelo discurso competente de Ariosto Da Riva.

Era indubitável que do âmbito familiar, nos centros comunitários, emanasse a fé no “mundo novo”, concebido para realizar os projetos de uma vida com fartura, terra, filhos juntos...Ninguém ali poderia permitir que essa ideia esmorecesse, e todos deveriam ser os verdadeiros guardiões dessa fé. Qualquer pensamento que contivesse a menor aproximação com a possibilidade de fracasso teria que ser banido – esta era uma ordem imprescindível à construção do novo lugar. Deste modo, se os homens eram ali “compelidos” a viver unidos, diante de uma vida difícil, isolada e cheia de carências, tudo tinham que fazer para suprir as mínimas necessidades de sobrevivência na área da colonização.

Nos centros comunitários todas as intenções se voltavam para moralizar os espíritos, convertendo-os constantemente ao trabalho e à crença em Deus, cuidando sempre para que não houvesse nem revoltas individuais, nem organizadas. Criavam-se também laços de interdependência, indicando claramente que naquela área ninguém resistiria sozinho. Imediatamente, um tipo de racionalidade se impunha: não adiantava ninguém se atrever a avançar sobre o direito de propriedade de outrem, pois isso isolaria quem quer que fosse do “grupo de sobreviventes”, ficando à mercê da “lei da selva”. E isso significava, de forma ameaçadora, para aqueles que não se sujeitavam ao código disciplinar do colonizador, não receber assistência social e se encontrar na “mira” dos grileiros, jagunços e da própria polícia.

Essa cadeia familiar – religiosa aparecia como necessidade dos colonos que tinham investido toda a sua vida naquele projeto. A escola foi uma espécie de coroamento dessa cadeia invisível e se revelava também para os colonos com um sentido maior, voltado para o futuro de seus filhos, bem como oferecia a explicação mais razoável para a permanência de muitos que ali não tinham terra:

“– Por que você acha que nós estamos aqui? Por que esse lugar me prende? A escola, oras! As professora são muito atenciosa, muito boazinha, e os filho da gente tem aonde se apegar!”<sup>152</sup> A escola aparecia aí, para o agricultor sem terra, como um referencial mais seguro para o amanhã, talvez a única condição de mudança para a vida futura de seus filhos, frente às dificuldades cada vez maiores de acesso à terra.

E, sob o comando da Indeco, a rede escolar se estendia por toda a área do projeto de colonização<sup>153</sup>. Ariosto Da Riva, como afirmou, sabia que a escola rural seria um dos baluartes mais importantes para fixar o colono na sua propriedade rural. Assim, a trindade família-igreja-escola ensinaria e garantiria o trabalho, a ordem e a regularidade, o que equivalia a zelar pelos bons hábitos e pela obediência ao colonizador – o pai de todas as famílias. Reconhecimento e gratidão, esta era a resposta esperada pelo “semeador de cidades”.

Como pensar de outra forma, se em Alta Floresta “foi criada outra vez a família?” Em suma, nessa trilha, a imagem da miséria oprimia e era utilizada como ameaça. Constituíam-se, assim, um mundo fechado em que era proibido vislumbrar *saídas*, somente a colonizadora podia apontá-las, segundo seus critérios e sua leis.

A terra prometida precisava repor continuamente a ideia de que, apesar do “ambiente aberto”, os homens e mulheres que ali se encontravam, tinham o dever de trabalhar pelo progresso da cidade que viram nascer, “em colaboração, em família”. Tudo em benefício da colonização e procurando controlar os corações dos colonos em constante espera, a espera da recompensa!

---

152 Fala de um colono, em entrevista realizada em Alta Floresta, julho de 1981.

153 PRETI, Oreste. Expectativas educacionais numa área de fronteira agrícola (A escola vista pelos colonos de Alta Floresta). Dissertação de Mestrado. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 1981.

## “O futuro aqui é do patrão!”

Mas os problemas foram aparecendo. Tudo indicava que as mudanças eram outras. Pressões morais, ameaças, perda da terra, vão tocar muitos.

Um dos grandes obstáculos que se interpunha aos colonos, talvez maior do que a própria floresta, estava no seu “despreparo” em lidar com a lavoura na área da colonizadora, especialmente se considerarmos que a Indeco já havia determinado aos colonos as lavouras que deveriam desenvolver. Era muito comum se ouvir:

– No começo, até o primeiro ano, depois que derrubamo e queimamo, plantamo café, arroz, feijão... perdemo quase tudo, o arroz, o feijão... mais tarde é que a gente ficava sabeno que também num plantamo direito o café e o cacau. Mais nós não sabia, né? Depois que os moço da EMATER vinha aí falar com a gente, mais aí já tava tudo plantado...<sup>154</sup>.

Em curto espaço de tempo, ficava demonstrado que só as variedades de café conhecidas como Africana Robusta podiam resistir ao calor, às temporadas intensamente secas e ao tipo de solo da região. O *Mundo Novo*, variedade de café *Arábica*, não se adequava às terras da Amazônia, pois, dentre outros problemas, logo apresentava a raiz pivotante, isto é, a raiz axial descia torta e bifurcada, formando ramificações sem nenhuma resistência. Desta forma, a planta, passados os primeiros anos de cultivo, não tinha profundidade suficiente para poder produzir: – “Pro café não dá, no comecinho até que sai bem, depois de um tempo seca e fica só a vara.”

A orientação que a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – havia dado aos colonos era dupla: ou limpavam

---

<sup>154</sup> Todos os depoimentos dos colonos, apresentados a seguir, não constarão com os seus nomes próprios. Entrevistas realizadas, em Alta Floresta, no período de julho de 1981.

a área novamente e replantavam o tipo *Robusta* ou mantinham a lavoura do *Mundo Novo*, intercalando-a com a plantação do *Robusta*.

A esse respeito, os colonos se manifestavam com muita desolação:

– O que nós faz agora? Eu vim plantar o café! E agora eu olho esta terra lavrada... todos os dias do meu trabalho, é melhor desistir! Ficamo sabeno de umas terras mais pra cima, no Pará, vendemo aqui e compramo o dobro lá!

Para eles, derrubar a lavoura de café estava fora de cogitação, pois tinham a certeza de que quatro ou cinco anos ali custaram muito trabalho, de manhã à noite:

– Debaixo desse clima que aqui não é brincadeira não! Lutamo contra a quiçaça, contra os inseto e as praga, que aqui é fogo! E a espera, dona? E esses ano de espera? Eu to velho, já tô com mais de sessenta! E taí... a lavoura do café prejudicada!

Para esses “agricultores do café”, a desilusão era inevitável:

– Nós que chegamo primeiro aqui, e plantamo o Mundo Novo, num temo mais condição de tocar o café, tivemos muito prejuízo e nem o cacau num dá pra nós aventurar, tamo tentano agora o milhozinho. Pro café, já perdemo a esperança!

O cacau também foi uma experiência agrícola catastrófica para muitos desses colonos. Através de informações obtidas junto ao escritório da Indeco, oito milhões de pés de cacau foram cortados em Alta Floresta. E, para medida tão drástica, dois problemas foram aí apontados:

– A maioria não teve paciência para esperar, porque os investimentos nos seis primeiros anos é muito grande, mas, de qualquer forma, tem que esperar! Além do mais, muitos pés de cacau foram perdidos por problemas de adaptação climática, pragas e gente que não quer trabalhar direito!<sup>155</sup>

---

155 Informação do escritório da Indeco. Cuiabá, dezembro de 1982.

O relato de um dos colonos, que perdera tudo com a lavoura do cacau, retrata bem a situação com as lavouras de cacau:

– Todo mundo quis plantar cacau aqui em Alta Floresta, os financiamentos era bom, a Ceplac chegou e disse que dava assistência, apoio, né? Então nós achamo por bem aventurar no cacau. Aí aconteceu de ser uma lavoura muito trabalhosa, que exigia muita mão-de-obra, e a maioria daqui nunca tinha plantado cacau antes. Nunca tinha visto um pé de cacau antes, nós assim era da terra do café! Enfrentamo esses mato aí, plantamo muitos hectare de cacau. O cacau não deu nem pra cobrir os custo da produção, ficamo tudo enforcado... então cortamo o cacau e partimo pra outra, né?

É importante observar que, se o colono havia depositado toda a sua esperança no café – a coisa mais certa de sua vida – o fracasso nessa lavoura acabaria por levá-lo a se “aventurar” no plantio de outras culturas, como o cacau, o guaraná, etc.

O “despreparo” e a desorientação dos colonos sem recursos e em condições precárias os tornam completamente vulneráveis. De acordo com um levantamento feito pelo Sindicato Rural de alta Floresta, junto a trinta e cinco colonos, constatou-se o seguinte: 1) dos que haviam plantado cacau, nenhum tinha recebido orientação para a escolha do terreno mais apropriado; 2) com relação à época para plantio do sombreamento definitivo do cacau, oitenta e cinco por cento desses colonos consideraram-na errada; 3) a maioria respondeu que não conseguia manter limpa a lavoura, além de que considerava o financiamento para o cacau insuficiente, devido aos custos de produção; 4) não mais podiam continuar colocando recursos próprios na lavoura do cacau, porque os preços dos materiais e insumos agrícolas recomendados pela CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – não eram compatíveis com o orçamento familiar<sup>156</sup>. Enfim, no modo de ver dos colonos,

---

156 Informações obtidas junto ao Sindicato Rural de Alta Floresta. Julho de 1981.

os fatores que mais influenciavam o custo dessa lavoura e desfasavam os financiamentos eram basicamente os seguintes: uma mão-de-obra inflacionada por causa dos garimpos; o alto custo dos inseticidas; o número elevado de carpas e o custo de replantio do cacau.

Na realidade, afigurava-se um quadro agrícola fora do controle dos colonos, em que as lavouras perenes exigiam recursos muito altos, levando-se em conta a produção familiar. Desta maneira, foram buscar nas lavouras temporárias uma forma para contornar essa situação, já que “a terra aqui é até boa pra cereal, mais pra café não pega carga... é mais pra lavoura branca e pasto!”

Porém, o tempo haveria de demonstrar que também aí não estava a solução:

– “Devido a terra ser manchada e pouco fértil, o arroz só dá bastante dois anos... Esse tipo de cultura só dá pra despesa”.

O mesmo ocorria com o feijão, que apresentava uma produção muito pequena. Muitos colonos afirmaram que deixavam tudo para o consumo da família e ainda para semente. Assim, não só se podia, de uma certa forma, garantir o sustento da família – à base de arroz e feijão – mas também separar as sementes para a preparação do novo ano agrícola. “Isto – diziam eles – quando não se gastava tudo pra pagar compromisso”. No caso de parceiros e arrendatários, a situação chegava até este ponto: – “O endividamento da gente aqui é até pra comer!” Mas, praticamente para todos os que plantaram o feijão, um dos grandes problemas, além da dificuldade com a terra, foi o “mela” ... “uma doença que tem atingido o feijão da gente”.

Para os colonos, a situação era bastante clara – a explicação para o baixo rendimento das lavouras estava na má qualidade da terra: – *A terra é fraca, ácida e manchada*. Com um grande agravante:

Sobre o resultado da nossa produção, não dá nem pra ficar contando o que a gente gasta e o que a gente ganha do trabalho, dos investimento, a gente sai perdendo mesmo e só os

comerciante rico fica com os lucro... não dá nem pra cobrir os custo!.

Mais ainda: – “Aqui pro pobre não dá nada, num tem condição... dá muita praga... no Paraná as coisa era bem mais fácil... mais lá tinha a geada! Não tem jeito não! O negócio é esperar pelo ano que vem!”

Se para os colonos que tinham seus sítios a manutenção das lavouras era muito difícil, exigindo um custo muito elevado, o que não dizer de meeiros, parceiros e arrendatários, que foram para Alta floresta na esperança de um dia poderem possuir o seu próprio pedaço de terra? Neste caso, o depoimento de um parceiro é bastante ilustrativo:

– Tô vivendo o ano agrícola às custas do fornecimento do patrão, praticamente não tenho outra alternativa senão entregar a ele todo o produto do meu trabalho, esperano que dê pelo menos pra cobrir o fornecimento... o futuro aqui é do patrão!.

Um pouco da história de um dos arrendatários de Alta floresta pode nos confirmar não só os problemas da produção insuficiente do café, que “num dá”, das pragas e mesmo das “terras manchadas”; ela pode contar não só do seu desalento com as lavouras. Existe mais: a aflição de quem se encontra em *um mundo sem sentido*; a *quase certeza* de ter dado um “passo errado”; os medos e o espanto... na *terra prometida*! A sua voz esconde um brado de revolta:

O dinheiro aqui é duro... não é tão cara a terra aí... e nem barato!... pro pobre não é barato! Porque aí é setenta, oitenta mil o alqueire... o pobre ta com essas lavourinha boba, ora! E as despesa agora de comestível, de roupa, de médico, enfim, do ano... NÃO É MOLE! E aqui pro pobre comprar não é fácil conforme a pessoa pensa não, pode trabalhar a Morrê! Faz duzentos mil, num faz! Faz sim, se fosse num lugar que plantasse soja, plantasse algodão, plantasse tudo, aí sim, aí fazia

mesmo, tranqüilo! Mas aqui é puramente arroizinho, o arroizinho dá mixariinha, né?... E puro e mais nada, uai, vai fazer o quê?... O caso é este! O patrão ainda queria que plantasse o café e eu resolvi a não plantar, eu pago a porcentagem mais num vô planta o café no meio duma sementeira dessa, uma pedra dessa!... A terra aqui ta cheia de mancha, tem lugar que num dá jeito nem de trabalhar, que é pedra demais, tem uns lugar que é até bom. Lá no Paraná eu trabalhei como arrendatário, durante nove ano, pro mesmo patrão. Lá era melhor pro trabalho, sem comparação! Que lá nós trabalhava era com animal, a terra toda bem preparada, né?

Neste ponto procurei, então, saber porque havia saído do Paraná. E ele respondeu que tinha sido por causa da maneira como as pessoas falavam do lugar, “que aqui era muito bom, que dava mais”. Porém, imediatamente acrescentou:

Sáimo de bobage. Mais a gente saiu de lá, não foi dizer que lá tava ruim e essa coisa não. Dois ano lá meio perigoso de seca e aí o pessoal se aconteceu de aborrecer com aquilo e limpou o trecho, foi o que fez o pessoal sair do Paraná. Mais dizer que o Paraná é ruim, não! Eu num falo horas nenhuma do Paraná... é que o Paraná num presta, que o Paraná num tá dano mais nada, essas coisa, é mentira! Falar isso pra mim, eu falo assim: É MENTIRA! Vai lá que lá tem muito mais movimento dobrado daqui, sem comparação!!! Que o movimento daqui, o que é? É aí um plantiozinho de arroz, em algum lugar sai um feijãozinho, um milhozinho... bão, esse ano nós vai recuperando mais ou meno, porque o preçozinho ainda vai indo bão, e qualquer das coisa. Mais esse outro ano que passou, DEUS ME ARREPIANTE! Eu se bati aí com cento e pouco saco de arroz, no fim precisou de levar lá pro banco, que eu num achei um abençoado pra comprar o arroz aí na cidade!

Em seguida, perguntei por que não havia conseguido ainda um pedaço de terra. Sem titubear, ele respondeu:

Eu num arrumei porque ainda não pude, tem muita terra! Muita terra!... mais e o medo de entrar e depois se perder, né?... Terra tem muita... TERRA ANDA SOBRANO AÍ! SOBRANO! E a gente trabalhano feito bobo aí, trabalha sem equipamento, pagano percentage, é isso aí... num deserto desse, e um retorno miserável desse, perdido aí, e a gente trabalhano de percentage...

Em lugar onde “o pobre tá com essas lavourinha boba”, a possibilidade dos trabalhadores sem terra vir a possuir um sítio ficava cada vez mais difícil. A terra é cara e não há retorno algum da produção das lavouras. A constatação de que quando “quando bate zero com zero ainda tivemo prejuízo” revelava para os colonos a situação difícil e praticamente irremediável em que se encontravam. Era a certeza de que todo o trabalho investido nas lavouras não revertia em nenhum benefício que fosse além da mínima garantia de subsistência. Mais ainda, significava que não havia condição de acumular dinheiro, não podendo, então, adquirir terra. Ao contrário, vários parceiros acabavam mudando de lugar, abandonando o trabalho já investido nas lavouras, endividados no comércio local. São constantes as suas queixas:

Os patrão deixa a gente ali pra dizer que o lote está ocupado, nós ficamo a penar e a terra dele valendo mais dinheiro.

De fato, muita “gente rica” tem investido nos lotes, contratando famílias para desenvolver a lavoura e levar adiante o empreendimento econômico. É muito comum parceiros e mesmo arrendatários dizerem: “A gente acaba tirano mais da nossa conta que do bolso do patrão, fora o trabalho que aqui, nesse lugar, num é brincadeira não!”

A partir desta constatação, os agricultores sem a terra começavam a achar que no Paraná a vida era melhor, e em suas comparações, o sofrimento passado chegava a ser minimizado pelo sofrimento presente.

## A estreiteza da terra

Em pouco tempo o processo de ocupação na área do projeto da Indeco foi tomando seus contornos mais definitivos. De qualquer forma, não era preciso muito tempo para isto, pois no Projeto de Colonização já estava inserida toda uma política voltada para estimular a produção agro-pastoril.

As terras destinadas à colonização, prevendo lotes de 100 a 300 hectares, não representavam nem a metade do total da área da gleba Alta Floresta: de um total de 211.966,05 hectares de terras, apenas 95.209,24 hectares estavam programados para a colonização. A área reservada para a agropecuária (lotes autônomos do Projeto) perfazia 112.435,03 hectares de terras<sup>157</sup>. Como se pode constatar, estes dados revelam que os objetivos de colonização nada mais eram que o pano de fundo para a implantação de um grande empreendimento econômico e, a partir do controle da distribuição das terras e do controle do mercado de trabalho, um projeto político de dominação social.

Desde o início, este “estilo” de colonização já trazia embutido em suas estruturas mecanismos que tornavam praticamente inviável o sucesso do colono pobre naquelas terras. Se se atentar de maneira mais detalhada para o projeto, quanto à distribuição dos lotes por área, pode-se perceber que proporcionar uma distribuição mais equitativa das terras para a colonização era o que menos importava.

Os lotes programados para a colonização, cuja área correspondia a aproximadamente 45% do total da gleba Alta Floresta, estavam assim divididos: 1) 318 lotes tipo A, de 100 ha cada um, destinados à exploração agrícola em regime de economia familiar, perfazendo 32.258,37 ha, aproximadamente 15% de toda a área do loteamento; 2) 206 lotes *tipo B*, de 300 ha cada, reservados à exploração agrícola

---

157 Conforme Projeto de colonização – Alta Floresta – Ver quadro anexo.

em regime empresarial (pequena e média empresas), num total de 62.681,32 ha, correspondendo a aproximadamente 30% da área da gleba. Já os lotes destinados à exploração agro-florestal ou agropecuária de grande porte, com programação autônoma do projeto, os chamados lotes C, e que variavam entre 300 a 6000 ha, correspondiam a aproximadamente 53% de toda a área. Com relação à área restante, ou seja, os quase 2% restantes estavam destinados à instalação da cidade de Alta Floresta, do sistema viário às reservas necessárias (conforme quadro anexo).

Esse quadro torna-se ainda mais significativo se acrescentarmos que até 1983, de acordo com outras informações obtidas na Indeco, aproximadamente 90% dos lotes tipo A (100 ha) já estavam ocupados por famílias de colonos. Quando aos lotes *tipo B* (300 ha.), também discriminados “para colonização”, a ocupação não chegava a 50% <sup>158</sup>. Neste caso a situação era mais complicada, pois a maioria dos ocupantes dos lotes *tipo B* eram, na verdade, empregados que ali se encontravam para tomar conta do lote, desmatar uma pequena área, camuflando assim uma ocupação para garantia legal do verdadeiro dono, mais preocupado com a especulação imobiliária. É preciso observar ainda que nesses lotes podiam ser encontrados um número expressivo de parceiros e arrendatários trabalhando cada qual, parte da mesma área, mediante acordo prévio entre os principais interessados. Obviamente, para os colonos ficava muito difícil o acesso a esse tipo de propriedade, pois além do seu preço ser mais elevado requeria também um maior volume de capital para o investimento produtivo. Eis porque a exploração agrícola nesses lotes *tipo B* era apresentada e dirigida pela Indeco como um empreendimento destinado à pequena e média empresas. A não ser nos casos em que os colonos se juntavam e compravam, de comum acordo, um desses lotes destinados

---

158 Conforme informações obtidas junto ao escritório da Indeco – Alta Floresta, fevereiro de 1981.

à exploração agrícola, o acesso aos módulos de 300 hectares lhes era praticamente impossível.

Entretanto, o que mais importa assinalar é o seguinte: a menor área do projeto tinha sido destinada à colonização e para lá ocorreu a maioria dos agricultores. O fato é que a ocupação dos lotes tipo A foi, sem sombra de dúvida, a responsável pela vinda da maior parte dos colonos, o que revela, de imediato, que a “promessa da terra” não podia ser grande e nem de longo alcance.

Mas isso não era tudo. A prática efetiva da colonização acabaria por demonstrar que mesmo os lotes de 100 hectares seriam desmembrados, embora tal prática aparecesse inicialmente como um “arranajamento” entre os próprios colonos, diante das imensas dificuldades com as lavouras, pragas, manutenção da limpeza, financiamentos, etc. A esse respeito, nada melhor que o depoimento dos próprios colonos:

Pros pequenos não dá, porque os lotes são muito grande, abrimo muita terra. Como vamo trabalha isso tudo sem nenhuma condição? Serve mais pra dificulta a gente... Aqui pro pobre não dá!

Depois, com uma valorização muito maior das terras da Indeco, a empresa passou a tomar as providências necessárias para obter junto ao INCRA a aprovação de uma área de 18.282,65 ha, a ser destinada à instalação de fazendas agropecuárias, de grande porte. E, com esse consentimento, a empresa recebia autorização para fracionar os lotes em até 30 hectares<sup>159</sup>.

Na realidade, o que aconteceu foi que a Indeco acabou incorporando uma grande área ao projeto inicial, usufruindo, sem maiores custos, de uma infra-estrutura já implantada. Além disso, legitimava-se dessa maneira um processo de fracionamento de terras, sem maior controle que pudesse efetivamente beneficiar os “pequenos colonos”, abrindo espaço à especulação imobiliária.

---

159 Projeto aprovado pelo INCRA, em 19 de janeiro de 1982

Em Alta Floresta pode-se encontrar um número muito grande de lotes de 100 e de 300 hectares fracionados. O mais surpreendente é que uma grande parte já foi fracionada em parcelas ainda menores, chegando a atingir até 12 hectares de terra, aproximadamente<sup>160</sup>. Parece inacreditável que os colonos, que haviam vendido os seus poucos hectares no sul para comprar o dobro na Amazônia, tivessem agora que retornar aos poucos hectares de terras, para abrigar famílias inteiras. Não raro, como resultado desse esfacelamento econômico, acontecia de várias famílias se juntarem para comprar o mesmo lote, cabendo a um dos colonos a responsabilidade pela assinatura do contrato.

Até os lotes que a empresa parcelou em até 30 hectares, muitos já se encontravam fracionados em partes menores. Em pouco tempo, portanto, a área destinada à colonização começava a viver problemas já bastante conhecidos nas áreas em que o capitalismo era mais desenvolvido do país. Os colonos começavam a temer por esses acontecimentos que os transportavam, em um campo imaginário, para a *agonia* dos tempos em que tiveram de mandar seus filhos para a cidade e precisaram abandonar suas terras.

### A terra inacessível

Ficava cada vez mais claro para os “pequenos colonos” que Alta Floresta tinha “pouca terra” para eles, pobres e vulneráveis, e que precisavam enfrentar uma “vida cara”, em que a terra, o alimento, a lavoura, enfim, isto tudo que resumia tanto suas vidas, custava muito trabalho e dinheiro.

Somente agora, depois que a floresta caiu, depois que a lavoura foi formada, depois de incontáveis horas de trabalho de sol a sol, é que a realidade do “novo lugar” principiava a se desvendar aos olhos

---

160 De 13 lotes pesquisados, aproximadamente 40% já haviam sido fracionados.

dos colonos: como pequeno proprietário, era difícil ter lugar para eles. Contudo, difícil mesmo era reconhecer este tipo de realidade, pois haviam feito de tudo para chegar àquelas terras. Realmente, em qualquer nível, se mostravam relutantes em modificar a situação existente. Havia investido naquele projeto toda uma vida, já não havia mais tempo para pensar em recuar. E, na ameaça do fracasso, a revolta se estampa:

– Limpar a área do café para plantar outra coisa, como se pode fazer isso? E os anos que eu fiquei aí? Já to velho...

E o ar de desistência tomava conta do seu corpo, e o olhar pairava silenciosamente pelas plantações que tinham como limites a floresta. Dizia:

– Eta liberdade disfarçada! Num temo terra!

Após todos esses anos de experiência, percebiam também que não bastava ser proprietário de uma “terra mais larga” da Amazônia para se ter um futuro garantido. Sabiam, agora, que naquela terra o pobre não deveria ter investido na lavoura de café, nem na de cacau ou outras culturas que a colonizadora indicara. Não adiantavam as explicações técnicas da EMATER, da Ceplac, ou da própria Indeco, para indicar ou *diagnosticar* as causas do fracasso da maioria das lavouras dos colonos pobres, pois para todos a “causa” mais corrente era de imediato apontada: “Não plantaram direito!”.

Contudo, se os colonos ao se dirigirem para a área da colonização e se estabelecerem em seus lotes tiveram que se defrontar com enormes dificuldades para desenvolverem suas lavouras, não se podia imputar-lhes o insucesso a partir desse enunciado – “não plantaram direito” ou porque desistiam rapidamente. Obviamente, não estava aí a razão do fracasso. De fato, não há como duvidar destas palavras, que possuem um poder para explicar, sob outra visão, o sentido deles ali:

O lavrador é como a gente chama aqui, é um pé-de-ferro porque não arreda o pé, nunca. A gente sempre pensa assim: esse ano foi fraco, mais o ano que vem vai ser melhor, pomo toda a nossa força no trabalho... até morrer!

Mais ainda, o que deve ser destacado nessa situação, na verdade, não é o conhecimento inadequado do agricultor que veio do sul, mas a inadequação das culturas agrícolas que a empresa colonizadora determinara como ideais para aquela “mancha fértil” da Amazônia. “Aprender com aquela terra e aquele clima” não era o grande problema. Porém, impor à terra da Amazônia um tipo de agricultura que mais reproduzia o *modelo* do sul, isto sim significava a maior dificuldade. É como é que fica a situação do agricultor que não tem condições econômicas para investir capital para a manutenção das lavouras em sua propriedade agrícola, mas está atrelado a um quadro de produção agrícola criado e implantado artificialmente pela empresa de colonização?

Sabe-se, em primeiro lugar, que a sustentação desse quadro requer, por sua vez, técnicas cada vez mais complexas para o controle da produção. É o que sempre fez a Indeco com a sua Fazenda Caiabi, de onde partia uma enorme propaganda valorizando suas terras, pelo seu “alto desempenho agrícola”, de acordo com a própria empresa. A Caiabi Empresa Agroindustrial Ltda., subsidiária da Indeco, foi implantada em Alta Floresta com objetivo agro-industrial, comercial e de exportação. Assim o Suplemento Apiacás refere-se a essa empresa:

Serve como ‘modelo’ para o desenvolvimento agrícola no Norte do Mato Grosso... A Caiabi Empresa Agroindustrial Ltda., pelo seu departamento de exportações, tem vendido produtos de Alta Floresta como o guaraná, cacau, castanha, café, para países como os EUA, Austrália, Nova Zelândia, Suécia, Alemanha, Japão, Itália, Dinamarca. De janeiro a outubro deste ano,

essas exportações totalizaram um montante de oitocentos mil dólares”.<sup>161</sup>

Como se pode observar, a Indeco podia desenvolver tecnologias mais sofisticadas para aplicar em sua Fazenda. Mas o que dizer dos pequenos colonos que chegaram em suas terras e desmataram uma grande área com machado, foice, enxada? Como dar conta da limpeza de grandes trechos desmatados? A maior parte só com o trabalho familiar? E depois, considerando que toda a foi passando por um desequilíbrio ecológico cada vez maior, o que, de imediato, provocava o aparecimento de um número enorme de pragas e doenças, como poderiam os colonos controlá-las?

Vejamos como os colonos se referem a essa situação:

- Aqui não podemos parar, as caminhadas são muita, tamo com muita pouca gente e temo de cuidar das lavoura, senão as quiçaça invade tudo e é muito duro manter o cacau em condições e o café limpo!
- Outro diz assim: – temo que pôr tudo na lavoura. Esse menino aí, de cinco ano, já é um plantador de cacau.

Já este outro colono, fala da intensidade do trabalho e da falta de água que começava a assustar:

No começo a gente trabalhou muito e achamo que devia ser assim mesmo, porque no começo temo de enfrentar toda a dificuldade, mais aí a gente viu que as lavoura estão sempre precisando mais de gente, num dá tempo de nada, num temo mais o que pôr nelas. E os resultado? E o que é pior, a nossa água ta secano, olha esse poço aqui da casa, a gente tinha até medo de molhar tudo por aí, nós até fazia um jeito pra ele não encher tudo por aqui, mas agora já tá difícil de ver a água, tá secano!

---

161 A Caiabi Empresa Agroindustrial Ltda. Suplemento Apiacás, citado.

Sem dúvida, uma das principais respostas dos colonos a esses acontecimentos desestruturadores de suas vidas era a identificação do trabalho agrícola. Se na terra da colonização *a ordem era trabalhar*, os sonhos ficavam para depois e o inarredável trabalho diário, não de um, mas de toda a família, ia do amanhecer ao escurecer, com os mosquitos e com o sol escaldante sobre os ombros:

São sete filho homem – intervém a mulher de um colono –,  
são cinco homem, as duas mulher casou – é são cinco homem  
e duas casada, mais quando tá tudo junto, tudo pede igual... é  
filho, e genro, e filha, tudo junto! Todos trabalham junto, não  
tem nenhum pra fica dormino no ponto não!

Esta era a ideia que predominava entre os colonos, como se realmente o trabalho pudesse salvá-los, devendo, portanto, economizar o tempo.

Nesse sentido, o discurso competente da empresa colonizadora ganhava grande expressão e encaminhava os problemas apresentados pelos colonos, com relação ao baixo rendimento das lavou-  
ras, à insatisfação com a terra e mesmo à descrença em uma nova vida, para o âmbito das questões que colocavam a recuperação pelo trabalho como a saída real para as dificuldades apresentadas. Aqui, alguns pontos precisam ser destacados.

Em primeiro lugar, o crédito rural foi, nesse contexto, um dos principais instrumentos de vinculação entre a política do governo e a expansão do capital industrial e financeiro no meio rural, atuando no sentido de promover modificações tecnológicas que se proces-  
savam na agricultura. Tais modificações tecnológicas introduziram técnicas, em sua maioria inadequadas, favorecendo, na realidade, os grandes grupos econômicos e elevando o custo da produção para os pequenos agricultores.

Em segundo, é preciso lembrar que, através do café, e sobretudo do cacau – culturas estas voltadas para a exportação –, Alta Floresta

integrava-se mais concretamente ao amplo circuito do sistema de crédito rural, submetendo os colonos a uma ordem tecnológica, resultado de interesses dominantes mais uma vez estranhos à vida e ao conhecimento que esses agricultores haviam adquirido ao longo do tempo.

Por fim, é importante lembrar que, visando essa *recuperação pelo trabalho*, abria-se maior espaço para as atividades realizadas pela expansão rural e pela assistência técnica aos agricultores, as quais prescreviam receitas e orientavam técnicas de plantio, de combate às pragas e, ainda, de utilização de agrotóxicos, fortalecendo e repondo sempre a mesma ideia: a de que somente com o trabalho, com uma orientação técnica apropriada e com a utilização de produtos agroquímicos, poder-se-ia obter bons resultados. Mas isto os colonos aprenderam: não era suficiente. E vale enfatizar, essas orientações se realizavam com um grande desconhecimento de situação agrícola, funcionando muito mais como uma “frente” para ampliação de mercado a produtos agro-industriais, assim como impunham uma determinada lógica de trabalho, útil àquela prática econômica.

Desta maneira, era muito comum encontrar-se nos sítios dos colonos em Alta floresta técnicos, representantes da EMATER ou da Ceplac, extremamente jovens e praticamente sem experiência em agricultura, transmitindo regras agrícolas a velhos experimentados<sup>162</sup>, muitos com mais de sessenta anos, com longos anos no trabalho agrícola e, ainda, com a prática da abertura de pelo menos duas fronteiras agrícolas – Paraná e Mato Grosso.

Assim, mais uma vez, descaracterizava-se a experiência de vida dos agricultores, com o agravante de que, dessa vez, estava em causa tudo aquilo que significava o seu passado e o seu presente, jogados para uma grande e talvez derradeira tentativa. Tinham a clara

---

162 Pude presenciar este fato durante a pesquisa de campo que realizei em Alta Floresta, em fevereiro de 1981.

percepção de que a sua dedicação ao trabalho e a aprendizagem adquirida no campo, respeitados pelas gerações que os antecederam, de pouco valiam nesse “mundo novo”, e sentiam que tudo isto ia se tornando uma causa perdida. Eram os referenciais mais certos para a memória – porém, desvaneciam-se.

E, desprovidos de recursos, com os problemas se avolumando, os colonos – pelo menos para os que ficaram em Alta Floresta – já não tinham mais em que acreditar. Depois de haverem investido tudo o que possuíam na terra, desde o trabalho, o dinheiro que não conseguiram arrumar, os problemas com o financiamento, diante disso tudo não sabiam mais o que fazer para sustentar economicamente suas propriedades – cafezais foram perdidos; pés de cacau tiveram que ser cortados e o guaraná sequer dava para o sustento da família. Como resolver essa situação? Plantar somente arroz, feijão e “algum milhozinho”, para alimentar a família? Como comprar as mercadorias básicas à sua manutenção, em um lugar onde tudo é muito caro, com os garimpos inflacionando o comércio? E o futuro dos filhos? Já haviam tentado – somente com o trabalho, com o esforço, nada conseguiriam. A “ideia da lavoura” tinha que mudar.

Sem capital para investir na produção agrícola, na correção do solo, em inseticidas, em técnicas caras – e inadequadas –, os colonos não vislumbravam nenhuma possibilidade para continuar com a lavoura perene, que demandava sempre uma maior utilização de mão-de-obra. Para eles, – “o melhor era plantar capim” – como diziam. E depois havia um sinal no ar – se “os grande tão plantano”, é porque aquela terra estava mais propícia para a plantação de capim, visando a formação de pastos do que para o café, o cacau, e outros produtos. Portanto, uma determinação muito clara passava a se fazer presente entre os colonos pobres:

- Plantar pasto é a melhor coisa, num dá os mesmo custo da lavoura perene, os mesmo problema com o arroz. E tem mais
- ...os grande tão plantano!

Assim, começaram a derrubar o café para plantar capim, e faziam questão de informar também:

“Grande parte já tem pelo menos um alqueire plantado de pasto, até mesmo para alugar”.

E arrematavam: A esperança é o pasto!

Os colonos em Alta Floresta assim manifestavam sua compreensão sobre o que estava ocorrendo na “terra prometida”, mas sem esconder sua apreensão: “A tendência é fazer pasto e aí muita gente vai ter que ir embora. Plantano pasto vai tudo pra trás!”

Mas uma outra percepção ia tomando conta do imaginário desses colonos: o progresso estava na cidade! Antes, quando chegaram à área de colonização, os limites entre o campo e a cidade ainda não estavam definidos. Tudo, setor urbano e rural, fazia parte de uma gleba chamada Alta Floresta, da qual haviam participado da sua construção. Tinham acompanhado, passo a passo, o crescimento daquela cidade, pois acreditavam que o seu sucesso viria para servi-los, ajudá-los a viver melhor em sua terra da Amazônia. Tinham uma identidade com o lugar e com tudo o que nele acontecia. Para esses colonos, Alta Floresta, como já foi assinalado, era vista como uma cidade que tinha aparecido para abrigar os homens pobres do campo.

Entretanto, o tempo passou – apesar dos poucos anos –, a cidade cresceu e, inexoravelmente, “afastou-se” dos colonos pobres. A cidade caminhou em sentido oposto. Os primeiros colonos, os mais desprovidos de recursos, não eram mais importantes, certamente desapareceriam da história daquela cidade, porque o resultado estava ali: a realização indubitável da construção da famosa Alta Floresta.

Pode-se notar, a seguir, no relato de um colono e sua mulher, o significado que teve para eles, os chamados colonos pioneiros, a sobrepujança da zona urbana sobre a zona rural, que, na realidade, expressa mais a sua concepção de que é na cidade que se encontra

o bem-estar, a riqueza e o progresso. Este depoimento é importante porque evoca a questão principal para os colonos, ou seja, a de que o campo apresenta as dificuldades e a cidade a “vida fácil”. Não é sem ressentimento que dizem:

Depois que nos chegamo, aqui num tinha nada, derrubamo o mato, enfrentamo tudo quanto é espécie de dificuldade, truxemo os homem rico aí! Lá na cidade tá todo mundo bem de vida, e a gente aqui, nesse mato duro aí, que num dá tempo pra nada, tem que olhá as lavoura, senão num dá, as quiçaça invade, as praga ataca... Agora já tem muita coisa aí, muito comércio, também, depois que nós já enfrentou o pior... Eu sei que eu tinha me saído muito melhor se eu já tivesse aberto um buteco de pinga em qualquer esquina lá na cidade, de vez em quando eu vendo umas pinga aí, tudo caro e vendo tudo!

Em seguida, a mulher do colono interfere e conta:

O maior sonho dele é o tal do buteco! Por ele nós vendia isso aqui, porque tamo trabalhando muito que só vendo, mais temo medo, e depois deixar o que nós já plantamo aí...Ás vezes ele faz uma brincadeira: ô meus filho, vamo vender isso aqui, vamo embora, porque nós precisa... tá tudo sofrendo de tanto trabalhar aí, vamo embora! Aí o meu menino mais velho fala assim: quê, pai!? Do tanto que nós já sofreu aqui, o senhor vai deixar agora a comida no prato aí? O senhor vende isso aí pra nós enfrentá outro mato pra sofrer outra vez? Num ta direito, pai! – E ele não vendeu não! Já achou um bom dinheiro aí, mais num quis vender não. Por causa dos menino que ele não vendeu!

A desilusão e a amargura restaram apenas para o colono, fazem parte somente da sua bagagem, porque a glória da cidade estava ali, impassível, de frente para os sonhos dos homens que se encontravam naquela terra. Era uma clareira que brilhava na floresta, nenhum sofrimento tinha o poder de ofuscar aquelas luzes.

E os colonos iam reproduzindo suas fantasias e seus desejos, mas, no momento, perto da cidade:

Esse lugar aqui é onde vem esse pessoal desse povo rico aí, grande... vem de Cuiabá o governo, vem aqui direto, veio o deputado, veio o senador. O Ariosto sempre traz esse povo aqui! Hoje nós já achou comprador pras nossas terras, mais nós num tamo quereno vender. Agora, ficar rico, nós num pensa não, o tempo é curto, num dá mais não, já to velho e o dinheiro agora ta difícil! E esses garimpos que faz o dinheiro do colono ficar mais difícil! Mais nós num queremos vender, a gente mora perto da cidade, aqui tem de tudo, tem escola, tem igreja... agora, a gente quer dinheiro, quer um gado, quer uma condução... e a cidade taí e vai ajudar a gente!

Todavia, para muitos daqueles que primeiro chegaram à colonização do projeto Alta Floresta, sem nada ter ou que pouco tinham, cujos filhos, talvez, tiveram que se alimentar da “bacia de comida de dona Rose”, testemunhando o que um deles falou – a pobreza toda está se espichando para o norte –, o passar dos poucos anos, revelando os sinais de malogro, perda e infelicidade, a plantação que não deu certo, ou a terra que não conseguiu, para muitos desses, a nova terra não poderia mais abrigá-los. Teriam que continuar à procura de outra terra..

E, como se quisessem recuperar sempre o sonho perdido, ou nunca deixarem de acreditar, começavam a reconstruir a “velha história”: “– Mais pra cima tem terra, lá vai dar!”.



Alta Floresta começava a se configurar para os colonos pobres como um lugar dos obstáculos intransponíveis.

No entanto, quando saíram do Sul para o Norte acreditavam ir à procura do “outro lado do mundo”, ao encontro de uma terra

bem-aventurada. Nesta representação mística do “outro lado do mundo” projetava-se uma vida de realizações, em que as pessoas pudessem, como na história de dona Rose, descobrir os sinais reveladores de grandes mudanças, por paragens não antes vistas. A fé seria o guia mais seguro e fiel, não abandonando jamais essa população pobre, a indicar-lhe sempre que “mais para a frente” haveria um lugar que, ao contrário deste mundo conhecido, traria “abundância, sossego e felicidade”.

Deste modo, para aqueles que o colonizador designara “pequenos colonos”, o mito do lugar da abundância ia além dos pressupostos de riqueza material, e passava, indubitavelmente, pela leitura mística da nova terra como o “lugar da salvação”. Assim, o encontro com esse lugar no fim da estrada, deveria vir como a recompensa para uma vida de agonia.

Alta Floresta significava, nesse momento, o obstáculo para se chegar ao fim da estrada. O lugar místico não se desfazia, nem poderia. Apenas sabiam que não era ali, naquela terra. Mas Hélène Clastres, ao tratar da *Terra sem mal – o profetismo tupi-guarani*, com beleza e maestria, aponta para a questão mais importante:

Daí, sem dúvida, a necessidade do obstáculo que, se impõe um termo brusco à viagem, ao mesmo tempo é o que vem justificá-la e permitir-lhe prosseguir. O mar maléfico que não pode ser atravessado, porque obsta a marcha, garante a existência do “além”, que é o lugar do repouso. Obstáculo portanto de duplo sentido porque, se impede o acesso à Terra sem Mal, também impede ao mesmo tempo que a fé se perca. A procura não é vã, pode-se continuar andando<sup>163</sup>.

---

163 CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani*. SP, Editora Brasiliense, 1978, p.114.

CAPÍTULO V

**As armações do  
progresso e a cidade**

Depois de tantas visões  
já não vale concluir  
se o melhor é deitar fora  
a um tempo os olhos e os óculos.

E se a vontade de ver  
também cabe ser extinta,  
se as visões, interceptadas,  
e tudo mais abolido.  
Pois deixa o mundo existir!

Irredutível ao canto,  
superior à poesia,  
rola, mundo, rola, mundo,  
rola o drama, rola o corpo,  
rola o milhão de palavras  
na extrema velocidade,  
rola-me, rola meu peito,  
rola os deuses, os países,  
desintegra-te, explode, acaba!

Carlos Drummond de Andrade, “Rola mundo”

### “Onde o tempo não conta”

Os grupos sociais que se deslocaram rumo ao norte, em direção ao território amazônico, utilizando as novas rodovias, a partir de inícios da década de setenta, puderam oferecer, ao observador atento, um quadro inusitado e impressionante. Como numa imagem caleidoscópica, em cores e matizes múltiplos, vê-se a mobilização de homens e mulheres em suas diversas tentativas e labutas, seguindo para a “terra prometida”.

As linhas de ônibus e pequenos aviões mantinham acesos os fluxos dos deslocamentos. Uma movimentação que cobria, cotidianamente, a extensão geográfica que separa a região norte, da região sul do país, tendo como pontos de ligação as mais *novas* cidades, que nasceram e se desenvolveram rapidamente, ao longo das rodovias que cortaram grande parte da região amazônica. Contudo, convém observar, que não eram apenas as linhas de transporte regulares que serviam aos deslocamentos. Diversos tipos de transportes eram utilizados pelas mais variadas pessoas, que os caminhoneiros, no vai-e-vem constante pelas *rodovias de penetração*, por certo poderiam melhor nos informar. As rodovias federais e demais estradas estaduais foram, nesse sentido, fundamentais para impulsionar e tornar possível o acesso dos imigrantes às novas áreas de ocupação, sejam aquelas circunscritas aos projetos de colonização particular, sejam aquelas pertencentes aos grandes projetos de mineração, agropecuários e agro-industriais. Nesse movimento de expansão capitalista, mais especificamente considerando os estados de Rondônia e Mato Grosso, convém destacar o papel insubstituível que desempenharam as rodovias federais – a BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho; e a BR-163, de Cuiabá a Santarém. Sem dúvida, foram duas rodovias imprescindíveis para a política de ocupação dirigida de toda a parte norte de Mato Grosso e do estado de Rondônia. Essas rodovias sempre tiveram na cidade de Várzea Grande/MT – separada de Cuiabá pelo rio de mesmo nome – o ponto

de saída comum, cruzamento obrigatório para todos aqueles que seguiam em direção ao norte e noroeste do Brasil.

A descrição que fez o “Correio Varzeagrandense” sobre o espaço comum de cruzamento das duas rodovias, apontando a Av. Couto Magalhães, na cidade de Várzea Grande, é muito expressiva de um imaginário sobre as novas áreas de colonização, identificadas como “fronteira”, consideradas do ponto de vista simbólico e não como limite político-administrativo:

A Av. Couto Magalhães ‘mergulha’ literalmente, na BR-364 e, qual encontro das águas celebrado entre os rios Negro e Solimões, misturam-se, timidamente a princípio, para depois se tornarem uma coisa só. Várzea Grande assume, pela ‘Couto Magalhães’ a sua condição de autêntico portal da Amazônia. Ali misturam-se os sonhos de garimpeiros, colonos, aventureiros e até de criminosos. Mas estes últimos transitam no anonimato. A ‘Couto Magalhães’ é uma estrada de trabalho e de esperanças. Um caminho para a Amazônia... milhares de colonos, garimpeiros e aventureiros em geral, que entram pelo ‘funil’ da BR-364, na busca de riqueza fácil...<sup>164</sup>

Mais adiante, registrando o depoimento de um trabalhador que tinha passado pelas áreas de garimpos, o jornal continua:

Aqui a gente vê gente vindo de todo lugar do mundo, entrando pra essas glebas, tudo entusiasmado – diz Gerson Santana, ele próprio um homem que já mergulhou com tudo nos garimpos e voltou sem nada, doente. [...] Para quem vem do interior, chegar em Várzea Grande através da estrada natural, que é a ‘Couto Magalhães’, é uma experiência corriqueira, na medida em que, desavisado, o viajante jamais pensará estar chegando à irmã da capital. Melancias misturadas a pneus usados, restaurantes de terceira, oficinas mecânicas, armarinhos,

---

164 Correio Varzeagrandense, de 19 a 25.02.84. Várzea Grande – MT, Ano I, no. 8 (“Pela Couto Magalhães, sonhos e esperanças”).

açougues misturados à bicicletarias... enfim, uma verdadeira parafernália, digna de qualquer frente pioneira<sup>165</sup>.

O que o “Correio Varzeagrandense” descrevia tem uma correspondência direta com a maneira como as novas áreas de colonização, a partir do surgimento das cidades, eram percebidas e apreciadas, construindo uma determinada realidade social. Reafirmava-se a imagem do Oeste pioneiro, onde as oportunidades de ascensão social apresentavam-se abertas e ainda tudo por fazer. Uma certa imagem de caos e desorganização para esses espaços que, de acordo com essa visão, ainda não estavam plenamente incorporados ao movimento civilizatório. As cidades apareciam descritas carentes de melhoramentos urbanos, lugares poeirentos ou com muito barro na época das chuvas, tendo de tudo um pouco, com gente chegando a toda hora (“até criminosos”), de lugares os mais diversos. E as diferenças apontadas entre essas cidades apareciam de forma a dar visibilidade à sua prosperidade econômica. Umhas possuíam maior poder econômico e político que outras, resultando, a partir dessas características especiais, uma hierarquização entre elas. Mas para os imigrantes, simplesmente umas eram “mais ricas” que outras, possuindo menores ou maiores ofertas de trabalho.

O enfoque deste trabalho dirige-se, mais especificamente, para o estudo sobre as novas cidades que surgiram na parte norte de Mato Grosso – com uma enorme correspondência com as cidades de Rondônia, resultado da política de ocupação dirigida do governo federal. Em poucos anos, essas cidades passaram de cinco para dez, vinte, trinta, quarenta mil habitantes, com um crescimento populacional sempre em ascensão e contando com equipamentos urbanos muito modernos.

A colonização na década de setenta teve um peso determinante para essas regiões. Expressando a realidade da “nova ocupação”,

---

165 Idem.

Rondônia e Mato Grosso viram nascer cidades e municípios, cuja expansão e organização foram fundamentais à conformação de um espaço social, em que os investimentos capitalistas, a constituição de um mercado de mão-de-obra e a extensão de um poder político tiveram aí um lugar privilegiado.

A *Revista Mato Grosso*, a partir das projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fornece dados indicativos desse crescimento experimentado, particularmente a parte norte de Mato Grosso, contribuindo, evidentemente, para a mitificação dessa grande área como centro gerador de riquezas:

No caso específico de Mato Grosso, o grande impulso populacional teve início na década de 70, após o surgimento de projetos de colonização embasados na capacidade produtiva do cerrado. Com o esmorecimento dessa capacidade, fruto do esgotamento protéico do solo arenoso, registrou-se um refluxo que se juntou à corrente migratória que descobria o Norte – área infinitamente mais produtiva.. De lá pra cá, a expansão populacional não mais parou, conforme atestam os índices de crescimento na ordem de 9% ao ano, na média estadual, e de 16% ao ano, na média da capital. Mato Grosso foi o Estado que mais cresceu nos anos 70, segundo proclamação do recenseamento oficial: a população aumentou 90% nesse período, índice apenas superado pelo de Rondônia que, na época, ainda era Território. Nesse contexto, as projeções feitas pelo IBGE mostram que a região do Estado mais atingida pela corrente migratória foi o norte mato-grossense, que de 1980 a 1982 cresceu 26,7% – embora estes dados estejam defasados em prejuízo de um crescimento real visivelmente mais acentuado. De qualquer forma, pelas mesmas estatísticas projetadas pelo órgão oficial, a população de Mato Grosso é superior, hoje, a 1.400.000 pessoas<sup>166</sup>.

---

166 *Revista Mato Grosso S/A*, Encarte Especial (Ano I, no. L, out-nov/1983) – “A realidade da Nova Fronteira”, Centro Oeste – Encontro Ano IV, Cuiabá-MT.

Na década de 70, toda a parte norte de Mato Grosso se constituiu no “paraíso privado” das empresas colonizadoras do país, fosse realmente para implantar e desenvolver projetos de colonização, fosse para servir como instrumento à apropriação de terras e outras justificativas menos explícitas.

De acordo com os dados do INCRA-BR (1981), de um total de 101 empresas de colonização autorizadas inicialmente a funcionar no país (envolvendo inclusive aquelas cujos registros foram cassados ou cancelados), no período de 1970 a 1981, aproximadamente 42% delas estavam localizadas no estado de Mato Grosso. Entretanto, se não considerarmos aquelas cujos registros foram cancelados ou cassados, num total de 19, o número de empresas em funcionamento efetivo naquele período caía para 82, fazendo com que o percentual das que se mantiveram em atividade no estado subisse para 52%. Mas, a maioria dessas empresas tinham mais de um projeto de colonização, e, o que é importante frisar, muitas vezes em áreas distintas. Deste modo, de 125 projetos autorizados a funcionar pelo INCRA no Brasil, naquele período, 60% deste total estavam efetivados em Mato Grosso<sup>167</sup>. E, o que é mais significativo, desses 75 projetos de colonização, 49%, aproximadamente, se desenvolveram, direta ou indiretamente, ao longo do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém.

Mas, o que é importante demonstrar, focalizando essa questão da expansão das empresas de colonização particular em Mato Grosso, não é o resultado em termos do êxito ou do fracasso das empresas, assim como a estrutura empresarial de cada uma delas, as suas alianças políticas e os seus desdobramentos nos quadros do capital financeiro. Neste texto, o interesse maior volta-se para avaliar a importância que as empresas de colonização, em especial a Indeco, tiveram para a produção e difusão do mito da *terra prometida*, ao estimular

---

167 Cf. a relação dos projetos de colonização em Mato Grosso. Documento do INCRA.

o deslocamento de um grande número de trabalhadores rurais para a região amazônica, em especial Mato Grosso. E mais, como essa construção mítica se tornou um instrumento eficaz para o controle do acesso à terra, no âmbito da política de “ocupação dirigida”.

Assim, o que importa caracterizar nessa condução, pela iniciativa particular e oficial, tendo em vista a “ocupação dirigida”, é o papel que desempenhou as colonizadoras, produzindo propagandas, abrindo escritórios nas regiões Sul e Sudeste para venderem as terras do Norte. Havia, para isto, todo um aparato utilizando para estimular, através das mais variadas estratégias, a vinda de colonos para as áreas de colonização, desde que os pequenos proprietários e demais trabalhadores se submetessem ao controle das empresas.

Diante de tal situação é que ganha maior expressão o sucesso empresarial de determinadas colonizadoras, como foi o caso de Alta Floresta e Sinop. Dessas duas cidades, surgidas da colonização, irradiaram-se, para o norte e para o sul, notícias de fartura, riqueza e progresso. Ariosto Da Riva e Ênio Pepino, vale lembrar, transformaram-se em imagens mitificadas de “grandes homens que ajudaram os pequenos homens a florescerem na Amazônia”. Assim, em pouco tempo, Sinop e Alta Floresta, localizadas em pontos estratégicos na parte norte de Mato Grosso, passaram a deter um enorme poder sobre grandes “áreas de ocupação”.

As empresas de colonização, e sobretudo a Indeco, buscaram, como já foi visto, todos os recursos possíveis – capital privado e do Estado – a fim de criarem uma estrutura viária capaz de permitir aos imigrantes o acesso à sua área. Garantir a penetração em seu território foi, realmente, tarefa de primeira ordem, sem a qual a colonização não teria sido exequível. Contudo, convém lembrar que tal “conquista” se deu sob o controle rígido da empresa, mantendo, dentre outras coisas, todas as vias de acesso sob vigilância e, sobretudo, a partir das cidades, considerando que foram o ponto de encontro e de saída para todas as outras estradas. De fato, as cidades se

constituíram em verdadeiras encruzilhadas, passagens obrigatórias, servindo não só a toda a área abrangida pelas empresas representantes da colonização dirigida, mas a todos os novos agrupamentos de exploração econômica, da iniciativa privada.<sup>168</sup>

O sistema viário implantado em Alta Floresta pela Indeco é, neste particular, bastante esclarecedor. A principal rodovia construída pela empresa foi a J-I, a MT-208, que se constituiu no mais valioso eixo de ligação de Alta Floresta com a rodovia Cuiabá-Santarém, a BR-163. A partir da J-I, concebida nos tempos mais difíceis da colonização, a empresa pôde integrar suas glebas a todo o estado de Mato Grosso, bem como interligá-las à região amazônica e à região centro-sul do país.

A MT-208 (J-I), adentrando o município de Alta Floresta, estabeleceu as seguintes ligações mais importantes: com a Agropecuária Mogno, uma das maiores agropecuárias de toda aquela área; com o Projeto Apicás/Indeco, através da estrada do Calcário; e, antes de chegar à cidade de Alta Floresta, já passava a servir à Cooperativa Agrícola de Cotia. A MT-208 praticamente corta o município no sentido leste-oeste (um pouco mais ao sul).

Um pouco mais adiante, outra via tornou-se, na década de oitenta, de grande interesse para o município de Alta Floresta – a MT-204, que estabeleceu uma linha de integração mais ao norte, abrindo caminho para o Projeto Cotriguaçu (Indeco/Cotriguaçu Colonizadora de Aripuanã). É importante salientar ainda, que o Projeto Apicás/Indeco encontrava-se situado entre as duas rodovias, a MT-208 e a MT-204, que, por sua vez, estavam unificadas pela estrada do Calcário, no sentido norte-sul, a qual tinha também a intenção de ligar o município de Alta Floresta ao almejado porto fluvial do rio Telles Pires, que, ao acelerar o escoamento da produção e, integrar o

---

168 O município de Alta Floresta foi desmembrado do município de Aripuanã, e está situado ao extremo norte do Estado de Mato Grosso e faz divisa com o Pará.

mercado em direção à Santarém (PA), constituir-se-ia em um empreendimento de grande importância para toda a economia regional.

Sem dúvida, a cidade de Alta Floresta sempre ocupou um lugar privilegiado nesse traçado rodoviário. Ela era e é ponto estratégico para se chegar a qualquer área do município, onde estão situados os projetos agrícolas, agropecuários, agro-industriais e mesmo os outros projetos de colonização. Desta forma, até os dias de hoje se constitui num dos pólos de desenvolvimento da parte norte de Mato Grosso. Em suma, pode considerar-se que, a partir desta posição geográfica planejada, a empresa centralizou em Alta Floresta o ponto de apoio e sustentáculo para a expansão dos seus investimentos nos negócios de terra e sobre as lavras de minérios, visando à valorização do seu capital e, sobretudo, um domínio político regional.

Entretanto, se num primeiro momento as rodovias permitiram efetivar a colonização, tornando possível o deslocamento de trabalhadores e diversos investidores, sob o comando das empresas, posteriormente, passou a ser vital mantê-las em condições adequadas de tráfego. A própria vida das cidades só podia pulsar se mantidas integradas à economia nacional, haja visto o estado de calamidade pública e o completo isolamento que ficavam sujeitas as populações nos períodos em que as chuvas tornavam intransitáveis as rodovias. Por certo, as inúmeras reclamações feitas por representantes dessas cidades, revelavam a profunda dependência a um abastecimento regular de produtos básicos, tais como gasolina, óleo diesel, gêneros alimentícios (especialmente produtos industrializados), bem como a necessidade vital de escoamento da produção agrícola e outras mercadorias produzidas nessas áreas. Tal fato era agravado pelas condições precárias em que se encontrava a infra-estrutura de armazenamento para qualquer tipo de produto comercializável.

Até aqui, estamos diante da própria lógica do discurso empresarial, para o qual, manter as condições adequadas de tráfego, em uma

terra que se caracteriza por apresentar chuvas durante boa parte do ano, significa, imediatamente, oferecer garantias à realização das necessidades econômicas. Em outras palavras, a ênfase desse discurso, no seu modo de aparecer e justificar as realizações materiais, recai, invariavelmente, no tema do desenvolvimento de teor ufanista, que escamoteia a questão das desigualdades da organização social dominante, sem a qual é impossível compreender uma outra dimensão do “progresso social” nesses “novos” lugares.

A esse respeito, veja-se, por exemplo, a entrevista que o presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril Regional de Sinop, Luís Otávio Borges, concedeu, em 1983, à Revista Mato Grosso:

Com o asfalto teremos maior facilidade para receber e escoar mercadorias, os fretes baixarão sensivelmente e o comércio varejista será ampliado em função da chegada de novas famílias. Além disso, as terras serão valorizadas e poderemos ter aqui grandes indústrias que já demonstraram interesse pela região, o que redundará na geração de um maior número de empregos. Há ainda possibilidade de baixar o custo de vida, tanto pelo menor frete como pelo aumento das vendas<sup>169</sup>.

Seguindo um pouco mais além nessas considerações, é importante ressaltar que, desde o início da implantação dos projetos de colonização na parte norte de Mato Grosso, a Cuiabá-Santarém (BR-163) passou a ser defendida como verdadeiro “corredor de exportação”<sup>170</sup>. De acordo com o discurso que manifestava os interesses empresariais, a utilização adequada da BR-163 tornava viável a produção em grande escala para exportação de produtos da região, como o cacau, o café, o guaraná, a pimenta do reino, além da exploração da madeira e da própria castanha do Pará. Afirmavam os empresários, que estes produtos tinham colocação garantida no mercado externo.

---

169 Revista Mato Grosso S/A. “Asfalto chega à BR-163, começa o fim do pesadelo”, p. 11, no. 1, out.–nov /1983, Cuiabá-MT

170 Idem.

Era em nome desses interesses que se legitimava as reivindicações para a pavimentação das principais rodovias que serviam a todas as áreas situadas ao norte do estado.

Mas, de qualquer modo, todas as realizações materiais se justificavam pelo rápido crescimento da população e das cidades, apresentado como um acelerado movimento de ocupação em direção ao progresso técnico e material. As cidades passavam a oferecer a imagem irreversível do desenvolvimento econômico e do triunfo dessas novas áreas de colonização. Com isso, disseminava-se a ideia de que estávamos diante de um modelo bem sucedido de progresso social e prosperidade econômica.

Esta era uma ideia muito difundida pelos jornais e revistas, e ganhava um enorme destaque na imprensa de grande circulação do país. Invariavelmente, e sem grandes exigências de raciocínio, apontavam as novas cidades como ideais para se “vencer na vida”. Contavam das aventuras, dos sonhos realizados, das curiosidades, dos “garimpeiros” (associado ao pobre, sem trabalho fixo, aventureiros), da “epopéia” dos colonos, que mais se aproximam dos heróis das *bandeiras* que a história oficial nos legou. Mais ainda: com este símbolo em mãos, justificavam a derrubada das florestas, o desequilíbrio ecológico, que afetava a fauna e a flora, como também a invasão de reservas indígenas, a expulsão de posseiros, a exploração de trabalhadores e até mesmo as mortes por assassinatos. Nessas áreas, o progresso era uma marca indelével, presente em todos os lugares por onde se passava, direcionando as condutas humanas, projetando a esperança no amanhã, refazendo, a todo momento, o mito do possível. Assim, heroísmo, aventura, progresso e grandeza mesclavam-se no colorido mosaico que formavam a paisagem sedutora das novas cidades da colonização.

Isto pode ser facilmente constatado através de uma séria de reportagens sobre o tema da “nova fronteira agrícola”, intitulada –

*A Conquista do Novo Brasil*, que o *Jornal da Tarde*, em 1981, abria para debate:

Embora o Brasil industrializado continue queimando etapas e se modernizando cada vez mais, é inegável que a maior lição de progresso está sendo dada no interior, onde se expande a chamada fronteira agrícola<sup>171</sup>.

Mais de uma vez essa mesma fonte impressa vinha enfatizar o progresso das cidades:

Ali, no Norte de Mato Grosso, onde há cinco anos só havia a mata, hoje plantam-se café, pimenta, arroz, e muito mais. E planta-se muito: naquela região que era um zero econômico, surgiu um município que hoje é o nono do Estado em arrecadação... Sinop é uma cidade jovem mas nervosa, com sede de riquezas, com serrarias, caminhões repletos de toras, homens fortes e ambiciosos, e o cenário de fronteira... Mas a fronteira como sinônimo de limite: lugar distante que se busca para subir na vida... Chegar a Sinop é uma surpresa: a floresta está sendo vencida, não destruída, e se constrói um outro mundo... 'Jamais – conluiua Ênio Pepino – se poderá ver, neste final de século, uma perspectiva de movimentação humana como se está intensificando nestes brasis, que ainda desconhecemos<sup>172</sup>.

Nesta mesma matéria, constatava-se também que Alta Floresta despontava como uma cidade promissora e moderna. Nada expressa melhor esse reconhecimento do que estas poucas palavras: “Alta Floresta, hoje: banco, cinema, hotel de ar condicionado, lanchonetes e supermercado, maior que o de Cuiabá. Café, cacau, guaraná, mão, indústrias”<sup>173</sup>.

---

171 *Jornal da Tarde*. “Na fronteira Agrícola, uma lição de progresso”, edição de 4 de maio de 1981.

172 *Jornal da Tarde*. “A fronteira, onde o tempo não conta”, edição de 9 de maio de 1981.

173 *Jornal da Tarde*, “Onde o Crime Jamais é Castigado”, edição de 11 de maio de 1981.

Nessas notícias aparentemente neutras, com várias informações e descrições das novas cidades, emergia um discurso que difunde a ideia de progresso, estimulando e apoiando a iniciativa privada na Amazônia, quando se sabe que o controle da riqueza, nas “áreas novas”, estava nas mãos daqueles que detinham o poder econômico. Por isso mesmo, nessas matérias encontrava-se uma das formas para alardear o mito, reproduzindo pelo país afora a ideia da possibilidade de riqueza nas terras da Amazônia.

Como não pensar deste modo, se as imagens aparecem associadas às cidades movimentadas, “com sede de riqueza” e oportunidades de negócios? Nessa perspectiva, pouco importa o custo social da “nova ocupação”, a exploração do trabalho, a escassez de terra, a sub-utilização do trabalho e o empobrecimento de muitos agricultores que confiaram na qualidade da terra. No discurso corrente, a primazia era dada à maior produtividade agrícola, à extensão das áreas agricultáveis, à aceleração da construção das cidades, etc. A situação dos trabalhadores, na constituição desse espaço social, sempre acabava sendo omitida, para que se pudesse exaltar o mito da terra “que tudo dá”.

E assim, as cidades foram recebendo toda ordem de estímulos para transformarem-se rapidamente em centros de desenvolvimento econômico e político. De acordo com essa visão, o que importava realmente era fazer do norte de Mato Grosso um novo norte do Paraná. Isto é, enfatizava-se a necessidade de se criar mecanismos que fossem capazes de acelerar o crescimento das cidades e garantir, como resultado, a utilização eficiente de modernas tecnologias para que um “grande salto” pudesse ser dado.

Deste modo, o que mais chama a atenção, nesse discurso, e mesmo nas matérias publicadas em jornais, não é simplesmente o sinal de progresso, mas a maneira como destacavam a *velocidade* das realizações materiais e técnicas nesses “novos” lugares. Condiçãoava-se a noção de progresso a uma determinada concepção

de tempo: *lá onde o tempo não conta*. Em outras palavras, *tempo* e *progresso* passavam pela concepção de um construir contínuo, em que não se pode parar.

Sinalizando nessa direção, aparece até mesmo o jornal “The Washington Post”, comparando a “nova fronteira agrícola” com o oeste norte-americano:

A grande diferença está na tecnologia, que é capaz de resumir anos e décadas da experiência norte-americana em questão de dias e semanas<sup>174</sup>.

Assim, a adoção de avançadas tecnologias no processo de expansão capitalista na Amazônia é vista como uma das características marcantes da “nova ocupação”, cujos efeitos modernizadores puderam ser notados desde a implantação das cidades, até o momento em que se consolidaram.

O caso de Alta Floresta, nesse sentido, era tido como exemplar, apontavam que em curto espaço de tempo, tornara-se um dos mais importantes centros de comunicação da parte norte de Mato Grosso, contando, já no final de 1983, com serviços telefônicos nacionais e internacionais – DDD e DDI. Além destes serviços, Alta Floresta também possuía emissoras de rádio (AM e FM), recebia imagens da Rede Globo de Televisão e era servida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Seu aeroporto seguia um padrão internacional e era um dos mais movimentados de toda aquela parte do estado. Além disso, contava ainda com um amplo e sofisticado setor de serviços, comparável ao de qualquer centro urbano desenvolvido, com bons restaurantes, um cinema, hotel de luxo, hospital, clube de recreação, supermercados, etc. Procurava-se dar visibilidade ao fato de que foi construída, em tempo recorde, e projetada segundo modernas linhas de planejamento urbano, destacando-se o papel da Indeco. De fato, considerando os

---

174 Amazônia. Boletim de Associação dos Empresários da Amazônia, no. 58, outubro de 1983, p. 4.

objetivos da empresa, a meta era realizar um planejamento urbano que levasse em conta um rápido e eficiente escoamento através de largas e retilíneas vias públicas, bem como a localização estratégica da prefeitura, dos bancos, dos órgãos do Estado, da área comercial, etc., todos muito próximos do próprio escritório da colonizadora.

De qualquer maneira, fosse para dinamizar o fluxo das pessoas e dos veículos, e servir a toda a área da colonização, fosse para melhor dispor de instrumentos capazes de controlar, rapidamente, a vida pública dos cidadãos, o traçado urbano de Alta Floresta, ao cumprir com os objetivos da Indeco, foi planejado para administrar a velocidade. Este era um indicador das novas cidades, muitas das quais foram elevadas, em curto espaço de tempo, à categoria de município<sup>175</sup>. E, pelo que se pode depreender desse contexto, desempenharam um papel fundamental em todas as áreas a elas circunscritas.

Porém, é preciso avaliar esse caráter modernizador, sob o qual as novas cidades nasceram e se consolidaram. Não resta dúvida de que o processo de expansão capitalista na Amazônia só pôde se realizar nos moldes em que se deu porque, desde o princípio, representantes do capital privado puderam contar com o apoio político do Estado. Em razão disso, receberam incentivos financeiros de toda ordem, como já foi visto, podendo sustentar economicamente, quando lhes conviessem, avançadas tecnologias para garantir certos empreendimentos.

Mas isto não é tudo. A oposição entre o progresso material e a profunda desigualdade social, podia logo ser observada. Ainda que o espaço urbano fosse centralizador de tecnologias e tivesse sido concebido para oferecer a infra-estrutura básica à colonização, o aparato tecnológico não estava presente em todos os lugares e nem era de posse da maioria das pessoas. Este aparato, visto de forma

---

175 Dentre os novos municípios criados a partir dos núcleos de colonização, pode-se relacionar alguns dos mais importantes, a saber: Alta Floresta, Porto dos Gaúchos, Juína, Colíder, Sorriso e Sinop, entre outros.

natural, era monopólio da empresa, do Estado e de todos os setores do capital ou dos que estavam a seu serviço. Sobretudo, a maior parte dos colonos que chegaram com poucos recursos, utilizavam instrumentos de trabalho rudimentares e não podiam contar com o menor conforto material. As discrepâncias entre o “novo” e o “velho” eram muito visíveis nessas cidades da colonização. O “rudimentar” e o “moderno”, o artesanal e o industrial, o artificial e o natural, conviviam em um espaço muito próximo – indústrias e grandes projetos de exploração de minérios, grandes madeireiras – em atividades lado a lado, com colonos, seringueiros, catadores de castanha, que exploravam as riquezas das áreas com instrumentos muito simples, tais como machado, o facão, a faca, a foice, a enxada, etc.

Apesar dos núcleos de colonização, em seu contexto social, configurarem um espaço urbano e rural interligados, como se a área rural fosse um prolongamento da área urbana, desde o início da colonização as diferenças foram marcantes. Mais ainda, quando se destaca o cotidiano, o “novo” é definidor da condição social de cada um, visível nas moradias dos colonos, com muito pouco acesso a equipamentos da tecnologia moderna. E algumas vezes, pode-se dizer simbolicamente, aos colonos pobres restou exibir diante de sua casa um velho fusca sem rodas, sustentado por toras de madeira, sem a menor condição de ser utilizado<sup>176</sup>. A velha carcaça sugere que, para muitos, a modernização, profundamente excludente, já chegou por aquelas paragens, ainda que não tenha sido convidada a entrar.

### **“Rola, mundo, rola, mundo... Na extrema velocidade”**

Do impacto das novas cidades, pontilhando o espaço social da parte norte de Mato Grosso que, em nome do progresso, foi sendo

---

176 Cena registrada durante a pesquisa de campo realizada em Alta Floresta, em fevereiro de 1981.

assinalada por grandes empresas, com uma rapidez nunca antes conhecida em sua história, a análise sobre a “nova ocupação” se encaixa, agora, no sentido das seguintes indagações: como restringir cada vez mais a autonomia de homens e mulheres que procuram as “terras de fartura e trabalho” da Amazônia? Como impedir à maioria o acesso à riqueza? Em grandes áreas apresentadas com amplas possibilidades de “riqueza para todos, como controlar, neste sentido, a ação dos grupos sociais que para lá se dirigem?

No entanto, a preocupação básica não está em dar respostas imediatas a estas questões, mas, antes, compreender e problematizar a condição mais importante para assegurar um regime de dominação, a saber: que a riqueza esteja sob o poder de controle daqueles que detêm os meios indispensáveis à sua exploração. Hannah Arendt, a partir de uma análise da filosofia do poder, em T. Hobbes (*O Leviatã*), afirma:

[...] uma sociedade que havia escolhido o caminho da aquisição contínua, tinha de engendrar uma organização política dinâmica capaz de levar a um processo contínuo de geração de poder<sup>177</sup>.

Para Hobbes, a riqueza deixou de ser simplesmente um *fim*, para se constituir em começo e meio, no constante e infundável processo de se gerar mais riqueza. E isto exige uma maquinaria política que não só assegure o crescimento automático e contínuo da riqueza, mas que determine e regule a vida dos cidadãos. Os poderes devem assim organizar a sociedade e modelar o meio social onde os indivíduos irão se mover<sup>178</sup>.

Nessa perspectiva, produzir riqueza não significa simplesmente produção de bens/acumulação, porque a sua dimensão é mais ampla,

---

177 ARENDT, Hannah. Op.cit. p. 208.

178 HOBBS, Thomas. *O Leviatã*, in *Os Pensadores*, SP, Editora Abril Cultural, 1983, Capítulo x – “Do poder, Valor, Dignidade, Honra e Merecimento”, p. 53-59.

indo além desta constatação. Implica em organizar a sociedade para a produção de riqueza, considerando desde a distribuição espacial dos indivíduos frente aos meios de produção até a concepção social dominante, que entende a vida

...como um processo permanente de aumentar a riqueza...” e o dinheiro “...como algo sacrossanto que de modo algum deve ser usado como simples instrumento de consumo...”<sup>179</sup>

Assim, nesse tipo de organização social aperfeiçoa-se os instrumentos capazes de identificar a produção de riqueza com a dinâmica da produção de poder, fundamental para refletirmos sobre a capacidade tecnológica de redistribuir e classificar os espaços sociais.

Pensar a partir desses pressupostos, nos ajuda a colocar em evidência as molas desses poderes que estruturaram a conduta das empresas de colonização, tendo em vista a multiplicação do raio de suas atuações. Torna-se importante explicitar que os segmentos sociais, detentores dos meios indispensáveis à produção de riqueza, tinham poder para deter o acesso e controlar à riqueza, pressionando os grupos sociais que se dirigiram às áreas de colonização. Para alcançar tal finalidade, o empresariado interessado em aplicar capital na Amazônia – como já foi visto neste trabalho –, contou com a maquinaria política do Estado, com práticas decisivas, a fim de assegurar o domínio político e militar sobre a região amazônica.

Entretanto, seria ingenuidade imaginar que o Estado estava simplesmente a serviço do capital. É preciso pensar que ao longo do governo da ditadura militar a colonização particular se constituiu também em política do Estado para controlar as terras da “nova fronteira agrícola” e reproduzir a ordem social dominante. Assim, para que o Estado pudesse atuar com uma política de colonização em que a iniciativa privada fosse a maior beneficiária, foram utilizados instrumentos repressivos e disciplinares, tanto no bojo da

---

179 ARENDT, Hannah. Op. cit., p. 207.

burocracia do Estado, quanto no seio do empresariado. Aponta-se aqui não só para os mecanismos repressivos e disciplinares explícitos, tais como o aparato policial, grupos paramilitares e outros, mas também para uma repressão “invisível”, como a que está colocada desde logo na própria organização social e espacial dos núcleos de colonização.

Assim sendo, torna-se importante privilegiar para a análise duas estratégias de poder prioritárias à compreensão da questão do controle da riqueza, no processo de ocupação mais recente da Amazônia. A primeira, passa pelo poder de apropriação de áreas de terras e, como resultado, de “conquista” e manutenção do território por parte dos setores dominantes; a segunda, pelas estratégias políticas, econômicas e sociais voltadas para o controle de indivíduos em seu movimento de deslocamento no território, a fim de que não avançassem pelas áreas “proibidas”, bem como para que as suas iniciativas de resistência não ultrapassassem as regras estabelecidas.

Antes, porém, de problematizar a natureza das estratégias das empresas, é preciso dizer que os instrumentos de dominação podem ser questionados sob enfoques analíticos diferentes. É oportuno deixar claro que os caminhos das análises privilegiadas aqui se limitam a uma discussão que procura estabelecer a relação entre o poder de controle da riqueza e a velocidade da “conquista”, revelando a violência de tal processo nas áreas de colonização, como também em outros agrupamentos sociais.

Com este propósito, é necessário destacar o movimento de (re) ocupação das “novas terras”, passando pela órbita da velocidade das realizações materiais, voltada para edificar um mundo em que material e, simbolicamente, as condições sociais, já apareçam definidas, *a priori*, pelos grandes proprietários de terra e de capital. A tecnologia, como instrumento dessa conquista, produz, a todo o momento, um poder de apropriação que toma forma no saber: classificando e hierarquizando homens e coisas. E mais: busca o

instante e a superação. Tem, assim, sua lógica voltada para a velocidade. Este é um ponto crucial.

As implicações analíticas sugeridas por Paul Virílio a respeito da *velocidade tecnológica* são importantes para que se possa atentar para este lado do problema<sup>180</sup>. Ao refletir sobre a relação entre poder/velocidade e riqueza na sociedade burguesa, P. Virílio analisa que da idade do freio à idade do acelerador a Revolução Industrial deu seu grande salto<sup>181</sup>. No seu entender, as invenções não somente criaram a possibilidade da produção de mercadorias em série mas, fundamentalmente, fabricaram velocidade, pois acredita que “... o poder está investido na própria aceleração”<sup>182</sup>. Portanto, de acordo com este autor, a velocidade é uma questão política, porque o poder está acima de tudo vinculado à velocidade e, nesse sentido, “aquele que tem a velocidade tem o poder”<sup>183</sup>. A partir desta afirmação, vai mais além: “Aquele que for o mais rápido, possui a capacidade de coletar impostos, a capacidade de conquistar e, através disso, de herdar o direito de explorar a sociedade”<sup>184</sup>. Para esse autor, o poder da riqueza é importante enquanto produtor dos meios essenciais à velocidade, e, seguindo essa lógica, não há como separar a concepção de velocidade da concepção de riqueza. Daí afirmar:

Fica muito claro que a hierarquia da velocidade é equivalente à hierarquia da riqueza. As duas estão acopladas. E então, realmente, o estado de emergência, a era da intensidade, estão ligados à supremacia da velocidade.<sup>185</sup>

Visto deste modo, pode-se dizer que os donos dos meios econômicos à exploração da riqueza da Amazônia foram os que

---

180 VIRÍLIO, Paul. Guerra Pura, SP, Editora Brasiliense, 1984.

181 Idem.

182 Idem.

183 Idem.

184 Idem.

185 Idem.

efetivamente detiveram o poder de apropriação e “conquista” da terra. O empresariado teve a supremacia da velocidade na Amazônia e, portanto, tudo o que utilizou para se locomover, construir e dirigir, envolveu o controle do tempo. O meio de transporte mais utilizado foi o avião – toda a abertura de novos empreendimentos na Amazônia contou com uma pista de avião; e da mesma forma, estradas e cidades foram abertas rapidamente com equipamentos modernos; em tempo recorde, fábricas foram montadas com tecnologia altamente sofisticada, e até mesmo transportadas inteiras para a Amazônia, como foi o caso do Projeto Jari S/A. Os exemplos de utilização de tecnologias sofisticadas por parte de grandes empresas na Amazônia são inúmeros. Mas o que importa mesmo é caracterizar uma experiência em que se atesta um alto poder tecnológico para a exploração e controle da riqueza. Com o aparato tecnológico que se apresentava, para a iniciativa privada, não havia espaços que fossem intransponíveis. Por conseguinte, a própria noção de espaço geográfico ganhava outro significado: com a abertura de inúmeras estradas, de rodovias que foram sendo asfaltadas, com o estabelecimento de linhas regulares de aviões e transportes rodoviários, com a própria aceleração incorporada a todos os meios de comunicação enfim, as distâncias na Amazônia ficaram menores.

O que parece inegável é que o poder de mobilidade-velocidade dos setores dominantes contrasta com a falta de condições dos imigrantes, que não possuíam meios econômicos para se locomover. Refletindo sobre essa situação, pode-se dizer que a concepção de tempo-espaço é diferente para o colono que chega às áreas de colonização – em que mais se revelava uma percepção de lugar longínquo e até mesmo “perigoso” (floresta). Mas não é somente nesse sentido que a desigualdade estava configurada, pois era também uma questão de *autonomia*. Ora, quem não tem autonomia não pode chegar rapidamente a lugar algum e, resultado disso, não pode controlar o

que quer que seja. Mas, pergunta inevitável, como isto é possível? Como não cair em contradição, se se procura o tempo todo demonstrar que o deslocamento para a Amazônia foi marcado pela rapidez com que o capital empreendeu a ocupação?

A contradição é apenas aparente. Num primeiro momento, os colonos puderam se locomover em curto espaço de tempo para as áreas de ocupação, mas, em seguida, pelas próprias adversidades que o novo lugar apresentava, e fundamentalmente, pelos interesses que o capital tinha em fixar a mão-de-obra, a tendência era o colono perder a sua autonomia. Não resta dúvida, para que a ocupação fosse produtiva, do ponto de vista do capital, era necessário a organização de um mercado de mão-de-obra sob bases regulares. Os casos de “cercamento” e de “fechamento” de terras são provas incontestáveis desse controle rígido da força de trabalho.

Em suma, a maquinaria do universo tecnológico ampliava o poder dos setores dominantes envolvidos com a expansão econômica da Amazônia e, na mesma relação, aumentava a *pobreza* dos grupos sociais que para lá se deslocavam. Essa população, desprovida de bens, sem contar com nenhum capital previamente acumulado, via-se à mercê de um aparato tecnológico que sempre se antecipava à sua chegada. Mesmo que conseguissem encontrar algum lugar onde o “progresso” ainda não tivesse chegado, os colonos não possuíam nem meios e nem condições econômicas para manter a sua posse da terra, a não ser que estabelecessem, nessa situação, um campo de resistência e de luta. E é, pois, no interior desse quadro de dominação e resistência que se encontrava um profundo conflito social, configurando-se lutas desiguais.

Nesse ponto, não poderia deixar de mencionar a revolta incontida que se encontra na narrativa de John Steinbeck, em *As Vinhas da Ira*, quando fala da marcha dos homens que se “deslocavam como formigas” para a Califórnia à procura dos campos “prenhes de frutas”:

Reinou o pânico no Oeste, quando se multiplicaram os homens nas estradas. Os homens receavam pelas suas propriedades.

Homens que nunca tinham tido fome viam os olhos dos esfaimados. Homens que nunca na sua vida tinham sentido verdadeira necessidade de qualquer coisa viam a chama da necessidade arder nos olhos dos homens das estradas. E os homens das cidades e dos campos suburbanos que rodeavam as cidades preparavam a defesa. Tinham estabelecido que eles é que eram bons e que os outros – os invasores – eram maus, como fazem sempre os homens antes dos combates<sup>186</sup>.

Eis porque, contando com as iniciativas de resistência de homens e mulheres desterritorializados, os setores dominantes utilizavam, a todo momento, poderosos instrumentos para contê-las, que iam das estratégias mais inconfessáveis aos mais abertamente repressivos. Nesses termos, não poderia deixar de relatar, também, um dos mecanismos violentos de *cercamento de terra* e de repressão aberta, utilizados por uma mineradora da região de Nova Apicá<sup>187</sup>.

A mineradora Porto Estrela, subsidiária do grupo Paranapanema, de acordo com a matéria publicada em um jornal de Cuiabá, expulsou cerca de três mil garimpeiros do garimpo denominado “Planeta”<sup>188</sup>. A expulsão foi possível porque esta mineradora montou para tal fim, um sofisticado aparato de segurança paramilitar, com guaritas armadas na barreira, levantada para impedir a entrada de quem quer que fosse, exibindo cães amestrados e o poder dos jagunços, espalhados ao longo da cerca e portando armas de grosso calibre, muitas, inclusive, de uso exclusivo do exército brasileiro. Entrar neste espaço, só com ordens expressas de um tal “tenente”,

---

186 STEINBECK, John. *As vinhas da ira*, Lisboa. Edição “Livros do Brasil”, 7a. edição, s/d., p. 294.

187 Nova Apicá – município de Alta Floresta, núcleo de colonização promovido pela Indeco S/A.

188 *Jornal do Dia*. “Mineradora interdita estrada e mantém segurança paramilitar”, edição de 29 de junho de 1985, Cuiabá-MT, p. 6.

o chefe da segurança e homem de confiança da empresa. Assim é que, nos casos que envolviam uma decisão maior, uma questão política, por exemplo, quando sua função de coordenar as ações de uma organização paramilitar ficava comprometida e exposta à expiação da sociedade civil, como ocorreu ao ser interpelado pela imprensa, esse chefe da segurança da mineradora, enraivecido, jogou o problema para longe do campo da luta, e disse: “– Só com São Paulo”, certamente seguindo as instruções dadas pela direção da Porto Estrela.

O fato de que em plena floresta, no extremo norte de Mato Grosso, havia um “território” inexpugnável, com suas próprias leis, veio à baila e estourou como uma bomba através de uma cobertura jornalística que a Televisão Centro América (Rede Globo de Televisão) fez à respeito da chegada de uma Comissão Especial do Legislativo Mato-grossense ao portão de entrada da empresa, que ali fora apurar as denúncias sobre o conflito entre a mineradora e os garimpeiros, já expulsos pelo uso da força bruta. A cobertura-denúncia, exibida a todo o Brasil através do telejornal, revelou o que vem a ser uma total demonstração de força: a Comissão do Legislativo, apesar da tentativa de estabelecer um diálogo, foi proibida de entrar na área pelo “tenente” e seus jagunços; ao fundo, o “Forte Apache” – designação dada à barreira pelos garimpeiros expulsos – se apresentava, para quantos assistissem a reportagem, como uma verdadeira fortaleza, com arame farpado em toda a sua extensão e enormes holofotes para vigilância noturna, homens fortemente armados e decididos, tudo tal qual um campo de concentração. Ainda que a reportagem não deixasse margens à dúvida a respeito do terror ali reinante, os garimpeiros foram unânimes em informar que, naquele local, existiam vários canis para cães amestrados e equipamentos para torturas; indignados, falaram da sanha dos torturadores, da existência de paus-de-arara e denunciaram os freqüentes assassinatos que ocorriam no “território” da mineradora.

É importante observar, apesar de que a denúncia se referia a apenas uma mineradora, que a prática deste tipo de “cercamento” era muito comum – de uma maneira geral, umas mais, outras menos, as empresas possuíam seus “sistemas de controle”. Nessa mesma linha, as notícias sobre vários casos de “escravidão branca” em grandes fazendas, que utilizavam o expediente do “fechamento” para explorar intensamente a mão-de-obra ali existente, eram corriqueiras neste mundo da violência.

Fica, desta forma, muito claro que, no âmbito das práticas de controle do espaço social da Amazônia, por parte da iniciativa privada, a questão do domínio da terra e da riqueza passa, fundamentalmente, pelo conflito social. O poder dos setores sociais privilegiados se exerce pelo poder econômico e político, que se utilizam, na maioria das vezes, do poder de expulsão, através de grilagens, cercamentos de terras, etc., do poder de corrupção, mediante titulação falsa e outros instrumentos jurídicos, e do poder sobre os trabalhadores, em pressioná-los a se fixarem em um quadro produtivo ou de torná-los sempre disponíveis, sem incluí-los<sup>189</sup>.

---

189 Ver a respeito dos conflitos sociais no campo, em Mato Grosso, a importante contribuição do trabalho de FERREIRA, Eudson de Castro – Posse e propriedade: A luta pela terra em Mato Grosso. Dissertação de Mestrado. IFCH/Unicamp, Campinas, 1984.

## Considerações finais

### “Uma tempestade sopra do paraíso”

A dominação social se estabelece não somente a partir dos procedimentos explícitos de controle, mas, também, é preciso considerar os instrumentos implícitos nas várias formas de exercer os poderes no corpo social. Na dinâmica da “ocupação” da Amazônia, não poderia ser menos importante perceber os mecanismos de controle interiorizados nos comportamentos e atitudes (subjektividades) de homens e mulheres que faziam parte das novas comunidades, numa rede de relações sempre tensas.

Os grupos sociais que se deslocaram para a Amazônia levavam consigo projetos, aspirações, desejos de uma vida com fartura e sossego em uma terra imaginária de salvação. Reduzir essa procura a uma mera questão de busca da propriedade ou da ascensão social é não compreender a dimensão do mito da terra prometida no imaginário social dos que para lá se direcionaram.

Mas, mesmo que homens e mulheres tivessem o seu valor identificado pelo referencial hobbesiano – “o valor de um homem, tal como o de todas as outras coisas, é seu preço”<sup>190</sup> –, e, nesse sentido, mesmo que qualquer agricultor soubesse que esse “mundo do preço” era o que o cercava, ainda assim, a terra prometida guardava uma relação intrínseca com uma quebra de regras, mantinha uma noção de abundância, e representava uma vida de sossego.

Os colonos, ao se fixarem nos quadros produtivos das áreas de colonização, eram submetidos a dispositivos disciplinares que tinham o poder de atualizar normas sociais, práticas de conduta e exercer um controle sobre suas vidas. As cidades, a partir dessa experiência, funcionavam como centros geradores dessas políticas, através da escola, da igreja, dos espaços comuns de recreação, da prática econômica, de um cotidiano marcado pela experiência do trabalho, das prisões, e, fundamentalmente, difundiam as várias mensagens – do governo, do patrão, da igreja, do colonizador.

As cidades, dessa maneira, eram pontos de organização política importantíssimos nas áreas de colonização, pois passavam a ser o lugar onde se exercia, por excelência, a obediência civil. Aí, os núcleos de colonização podiam ser considerados como pontas-de-lança, dirigidas a dois propósitos: como poder econômico, na organização do mercado em bases capitalistas – e como poder político, que se exercia na organização e no estabelecimento da ordem pública. Assim, os núcleos de colonização, transformados em cidades num abrir e fechar de olhos, puderam ser decisivos para a mais nova conformação política da região amazônica (reterritorialização política). Mas, é importante que se diga, um território que passa, tempos depois, a se constituir também em um espaço de trabalhadores sem trabalho.

---

190 HOBBS, Thomas. Op. cit., p. 54.

Contudo, é essencial esclarecer: a instituição do trabalho não pode ser reduzida à concepção da produção de mercadorias, em seu sentido restrito. O “mundo do trabalho” instaurava, também, o “mundo da obediência”: ao poder público local, às normas jurídicas, ao poder do banco e do mercado, às diversas normas instaladas na comunidade. Tais normas podiam ser percebidas naquilo que está normalmente instituído na ordem social, passando pelo senso comum como “natural”, como “verdade”, e até mesmo como “tradição”. Nas áreas de colonização, essas normas eram produzidas e reproduzidas continuamente, aceleradamente. Nessa política de regras, em que até mesmo o que se considerava desconhecido era classificado como área de competência dos setores dominantes, procurava-se definir a conduta ideal para homens e mulheres. Os que não se submetiam sobreviviam nas astúcias de outras práticas, “fora da lei” e da “segurança” jogando no “campo da aventura”, ou da reinvenção da vida, com uma “sorte” que estava cada vez mais distante, cada vez mais para a frente.

Há um quadro de Klee que se chama *Ángelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso<sup>191</sup>.

---

191 BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: *Obras Escolhidas*. Op. Cit., p. 223.

Trazer do passado recente a história dos colonos de Alta Floresta, seus desejos e esperanças, seus medos e revoltas, tem um significado que se aproxima da concepção de história em Walter Benjamin, “[...] deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos”.

A memória dos colonos, na sua experiência única da chegada, foi sendo pisoteada pela marcha do progresso. O sonho da terra prometida, os seus fragmentos foram transpostos para um tempo indefinido, para algum canto de um tempo sem fim. Destituíram os referenciais que marcaram os “tempos difíceis” e instituíram os sinais codificados de uma história linear, em que cada acontecimento passado é demonstrativo de uma só trajetória: a construção da cidade pelas aquisições contínuas do progresso.

A intenção de relatar um pouco a história dos colonos de Alta Floresta está relacionada à ideia de tentar reter e (re)descobrir as lembranças que estavam sendo perdidas. A memória, nesse sentido, designa um ponto de resistência, uma coragem e uma possibilidade únicas de redimir o passado, trazer alguma esperança e acordar vozes que uma história triunfante esmagou.

Para o colonizador, na imagem do passado está posto o início do progresso; para os colonos, este passado torna-se, agora, fantasmagórico... “[...] nossas rosas têm sido transformadas em espinhos, nossos lírios em urtigas, nossos paraísos em cemitérios, em suma, toda a nossa vida numa imagem de morte”<sup>192</sup>.

---

192 BENJAMIM, Walter. Origem do drama barroco alemão, SP, Editora Brasiliense, 1984, p. 254.

POSFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

## **Até quando a história contemporânea do Brasil vai ignorar os trabalhadores rurais e a luta pela terra?**

Ou sobre a importância de se ler *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*

Eu vim me aventurá... ouvia muita gente falar, ouvimo no rádio...aí a gente veio, porque assim é pobre, não tinha terra, nem nada, saímo, né?”

Depoimento de um arrendatário. Alta Floresta, julho de 1981.

Acredito que uma pergunta inevitável, que o leitor deve estar se fazendo, é sobre os porquês de se publicar uma segunda edição de um livro que é, originalmente, uma dissertação de mestrado defendida na Unicamp em meados dos anos oitenta do século xx. Afinal, mais de quarenta anos nos separam daquele momento da defesa, em que o trabalho estava antenado com a historiografia da época, em que alargava o campo do conhecimento histórico e ampliava as questões que os historiadores faziam ao passado. Mas, hoje, por que ainda devemos ler esta dissertação de mestrado, para além de seu caráter historiográfico, ou seja, para além de compreender como na

década de 1980 se pensava e abordava a história da Amazônia? De que forma esta dissertação ainda apresenta possibilidades heurísticas de abordar a história da colonização daquela região e de seus múltiplos sujeitos?

Uma primeira resposta, bastante óbvia, emerge como que naturalmente, e se refere à ausência de estudos sistemáticos sobre a história do tempo presente na Amazônia. Trata-se, evidentemente, de um argumento válido, afinal, não são ainda abundantes e diversos os estudos sobre a história da Amazônia na segunda metade do século xx. Mas as qualidades deste trabalho não ficam circunscritas à carência, que, convenhamos, é um argumento fraco e não muito enaltecedor de qualquer trabalho de pesquisa. Então, a questão persiste, e vamos aqui delinear aos leitores as razões pelas quais defendemos que se trata de um trabalho ainda atual para a historiografia contemporânea, e que merece ser lido do seu ponto de vista heurístico e desafiador para a construção do conhecimento histórico.

O livro tem como pano de fundo a história da luta pela terra no Brasil contemporâneo, e das muitas estratégias desenvolvidas por pequenos proprietários empobrecidos ou trabalhadores sem terra para ter acesso a esse bem tão precioso e almejado. Mas também não negligencia outros sujeitos, empresários e grandes proprietários, pois ao abordar essa questão considera que para o Estado e para as empresas também se tratava de uma questão estratégica, sobre a qual era necessário se ter controle sobre a demanda social e política, até como forma de aliviar a tensão social no campo. Tomando como ponto de partida o Movimento dos Trabalhadores sem Terra, o MST, como um dos grandes acontecimentos da história do Brasil, e reconhecendo suas demandas e pautas sociais e políticas, o que este trabalho nos acrescenta para compreender essa luta? Apesar de o livro não tratar desse tema diretamente, precisamos entender que a luta pela terra em nosso país não se circunscreve às ações diretas, representadas pelo MST, que tem um protagonismo inegável e que

representa, sim, uma forma de colocar para o grande público suas bandeiras de luta, resumidas na luta pela terra, contra a monopolição da mesma pelos grandes proprietários (latifúndios ainda?).

A história das várias colonizações é também a história das muitas estratégias, sejam do Estado, sejam empresariais, para tentar dar conta da enorme demanda reprimida na história do Brasil pelo acesso livre à terra, enquanto terra de trabalho, enquanto demanda de trabalhadores e pequenos proprietários, arrendatários ou posseiros. Esse é um ponto fundamental a ser sempre inserido na história do Brasil contemporâneo, sempre a ciscar o litoral e a voltar as costas ao problema da terra, como se dizia no passado sobre a historiografia brasileira, como se dessa forma fosse dar conta da complexidade que o historiador precisa enfrentar para tratar dessa questão ainda tão atual e candente. E convenhamos, é uma vergonha a historiografia que se dedica ao estudo da História do Brasil não estar atenta à “questão agrária”, à luta pela terra que movimentava milhares de brasileiros em busca do sonho da terra própria e dos múltiplos significados em que esse sonho pode se configurar em termos de ações desses sujeitos. Pois essa é a questão central do livro de Regina Beatriz, e que o faz tão atual, necessário e até mesmo imprescindível.

Nestas páginas encontramos as histórias narradas pelos trabalhadores arrendatários e pequenos proprietários que, movidos pelo imaginário da lenda do ouro verde, se dirigiram a Alta Floresta, no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980. Percebemos o poder desse imaginário, em grande medida propagandeado pela Indeco, a empresa colonizadora, que alardeava em diversos veículos de comunicação a ampla possibilidade de se ter acesso à terra a baixos custos, uma terra da promessa, uma terra sem seca e sem geadas, ideal para o plantio de culturas diversificadas. Quem não haveria de querer ter um lote dessa terra abençoada? Trata-se de uma estratégia empresarial, e até mesmo estatal, bastante conhecida na historiografia brasileira que trabalhou com diversos projetos de colonização,

mas aqui estão presentes também os sonhos, desejos e projetos de futuro desses trabalhadores que se armaram com essa lenda para migrarem, num processo que é ambíguo, pois carregado de perdas e ganhos, sofrimentos e felicidades, realizações e decepções.

O livro de Regina Beatriz se situa em um complexo contexto político e social, que foi o final da ditadura, entre as décadas de 1970 e 1980, com a emergência dos movimentos sociais e o surgimento do MST, ao mesmo tempo que tem como pano de fundo a chamada ocupação da Amazônia, a abertura da Transamazônica, a implantação dos grandes projetos, como o Jari, a mineração “selvagem” em Serra Pelada, a derrubada da floresta para a abertura de pastos, e ao mesmo tempo que todo esse movimento amplo de ocupação tem como pano de fundo milhares de vozes que ainda ecoavam, como o massacre da guerrilha do Araguaia, o extermínio de povos indígenas e as vozes reivindicativas dos povos da floresta nos seringais e castanhais. Foram anos de resistência e luta por toda a Amazônia.

Por outro lado, o trabalho se insere numa discussão historiográfica que emergia naqueles anos oitenta, muito inspirada pelo trabalho de Alcir Lenharo sobre a marcha para o Oeste e sobre os planos de colonização do Estado Novo.<sup>193</sup> Num momento em que o Estado conferia direitos sociais a algumas categorias de trabalhadores urbanos, e não incluía os trabalhadores rurais, como lidar com a demanda reprimida pela reforma agrária, pelos direitos sociais aos trabalhadores rurais? Essa é a questão de fundo que norteia, em grande medida, os estudos de Lenharo, e que norteou alguns de seus orientandos, como eu própria e também Regina Beatriz.

---

193 LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*. Cuiabá: UFMT/Imprensa Universitária, 1982; Idem. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985; Idem. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro dos anos 50. *Revista Brasileira de História*, n. 12, p. 47-64. 1986.

O livro tem referenciais teóricos muito datados, no sentido de que eram eles os corriqueiramente usados naqueles anos oitenta por quem fazia história na Unicamp. Mas, ainda assim, são referenciais teóricos poderosos, que não perderam sua força heurística e instigadora, como Walter Benjamin, cuja leitura permanece tão atual e necessária em tempos de homogeneização googliana ou facebookiana. Escovar a história a contrapelo continua sendo um exercício primordial. Não falta a inspiração de Thompson para pensar a experiência, ou Foucault para pensar o controle social, a vigilância e o micropoder. Referenciais que, reafirmo, não perderam seu poder de conferir inteligibilidade à documentação, ao testemunho e ao trabalho do historiador que configura o quebra-cabeças com sua narrativa.

Nesse sentido, vale ressaltar que a atualidade do livro ainda é conferida pelo fato de que Regina Beatriz aborda as questões acima referidas também pelo ponto de vista dos sujeitos; traz à tona seus testemunhos ou depoimentos, em busca da sua experiência, ou, pelo menos, do modo como expressam seus sonhos e anseios, suas experiências em busca da terra prometida. É nesse ponto que, ao que me consta, encontram-se a originalidade e a força do trabalho da historiadora que já se revelava madura e com olhar acurado para pensar a história oral.

No final dos anos de 1970, quando a história oral começava a se disseminar no Brasil, foi tomada, por alguns desavisados de sua complexidade, como a experiência viria demonstrar, como panaceia para o silenciamento dos vencidos. O cruzamento de Benjamin com a metodologia da história oral apareceu como solução para conferir, aos vencidos e silenciados, sua voz. Tal postura foi muito criticada do ponto de vista teórico – por uma visão simplificada de memória – e também metodológico, por não pensar a complexidade de ouvir e registrar os depoimentos orais, como se as condições das entrevistas, as subjetividades que movimentaram o pesquisador e o

depoente, não contassem. Regina nem se dá ao trabalho de rebater essa questão das vozes silenciadas, tão ao largo que se situa desse problema. Nem por isso deixa de ter uma escuta sensível, seja para com a dor e o sofrimento dos homens e mulheres que entrevistou, seja para as questões que os testemunhos revelam, para além do dito e registrado.

Regina Beatriz já se mostrava atenta para a forma como a história oral contribui para a construção das questões, apontando as ambiguidades que as narrativas carregam, e esse é um dos grandes motivos que tornam o livro ainda tão atual, ou seja, a sensibilidade com que ouviu seus depoentes, sem ficar refém desses relatos. Ao contrário, pôde a partir deles colocar questões complexas, com acuidade intelectual, sobre o método da história oral. Regina tratou os depoimentos orais para além do que dizem, circunstanciando-os, submetendo-os a análises discursivas, apontando não apenas para o dito, mas para o que, e em que momento, silenciam. Em muitos momentos a autora nos aponta quando as narrativas assumem a visão homogeneizadora das colonizadoras, em detrimento da própria experiência, principalmente quando se trata de contar a história dos primórdios da colonização. Em outros pontos de seu trabalho encontramos as histórias de sucesso e de fracasso na empreitada da migração e da abertura dos lotes, da construção de uma nova vida em Alta Floresta. História de violência, mas também histórias de resistência, de resiliência em busca do sonho da terra própria. Terra que parece sempre escorregando pelos vãos da mão como areia presa na ampulheta. Porque para muitos desses colonos não haveria uma outra chance.

O livro trata, portanto, dessa história invisível na historiografia, que é a história dos movimentos migratórios em busca da terra, dos trabalhadores que circulam por todo o país atrás de um sem-número de lendas, de terras prometidas, de vales da promessa. Gente que não se cansa de recomeçar, que a despeito dos processos de

desenraizamento, de nomadismo, de frequente ir e vir e constante refazer-se, não tem desistido de lutar pela terra. Haja vista a força das inúmeras ocupações do MST ainda hoje. Mas é uma gente que nem sempre se deixa capturar nas malhas da dominação, que nas tramas da microfísica do poder consegue lançar como que uma semente, a frutificar nas páginas dos trabalhos dos historiadores – a percepção de que foram usados como frente de trabalho para que se implantasse a cidade, e atrás viessem os que verdadeiramente lucraram com todo o trabalho de tomada das terras da floresta:

Depois que nós chegamo, aqui num tinha nada, derrubamo o mato, enfrentamo tudo quanto é espécie de dificuldade, truxemo os homem rico aí! Lá na cidade tá todo mundo bem de vida, e a gente aqui, nesse mato duro aí, que num dá tempo pra nada, tem que olhá as lavoura, senão num dá, as quiçaça invade, as praga ataca... Agora já tem muita coisa aí, muito comércio, também, depois que nós já enfrentou o pior... (Relato de um colono pioneiro).

**Isabel Guillen**

Departamento de História da UFPE

## Referências

ARENDETT, Hannah. *O Sistema Totalitário*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “GETAT – A Segurança Nacional e o re-vigoramento do poder regional”. In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. n. 2. Campinas, mar-abr/1981, p. 24-41.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política*. SP, Editora Brasiliense, 1985.

BENJAMIM, Walter. *Origem do drama barroco alemão*, SP, Editora Brasiliense, 1984, p. 254.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. SP, T. A. Queiroz Editor, 1983.

- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra : quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARDOSO, F. H. & MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.
- CARVALHO, Murilo. *Sangue da Terra – A Luta Armada no Campo*, Brasil Debates, São Paulo, 1980.
- CASALDÁLIGA, Pedro. *A Igreja da Amazônia contra o Latifúndio e a opressão social*. São Félix do Araguaia, 1970.
- CASTORIADIS, Cornélius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. RJ, Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1982, p. 65-119.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. v. I. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAU, Marilena. *Cultura e Democracia (o discurso competente e outras falas)*, SP, Editora Moderna, 1980.
- CLASTRES, Hélène. *Terra sem Mal (o profetismo tupi-guarani)*, SP, Editora Brasiliense, 1978.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. *Questões Agrárias*, 2a Edição, Brasília, 1975.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). *História do tempo presente*. 1ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves *História oral: memória, tempo, identidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 v., 2003.

- ESTERCI, Neide. “Peonagem na Amazônia”. In: *Dados*, n. 20, 1979.
- ESTERCI, Neide. *Peões e Garimpeiros – Terra e Trabalho no Araguaia*, CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. RJ, junho de 1983.
- FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e Propriedade: a luta pela terra em Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1984.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A Escravidão Contemporânea no Brasil: 1985 a 2009. In: *Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FONSECA, Manoel Pinto da. *Campesinato Matogrossense: caminhos e perspectivas*. Cuiabá, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, FETAGRI-MT, 1974.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Editora Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, RJ. Editora Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOWEAKER, Joe – *A luta pela Terra*. RJ, Zahar Editores, 1982.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. São Leopoldo, RS: *Revista Unisinos*, Vol 21, n.1, 2017.

HISTÓRIA, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas. Amazônia. In: MONTENEGRO, Antônio T., ACIOLI, Vera L. (Orgs.). *História, cultura, trabalho*: questões da contemporaneidade. Recife: Ed. da UFPE, 2011, p.85-129.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson et al. (Org.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Santa Catarina: Edufsc; Recife: Edufpe, 2012, p. 15-37.

GUIMARÃES NETO, Regina B. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, jul/dez n. 27, 2003, p. 49-69.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HABERMAS, J. “Técnica e Ciência enquanto Ideologia”. In: *Os Pensadores*. SP, Abril Cultural, 1980.p. 313-343, 1980.

HABERMAS, J. e *A crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. RJ, Edições Tempo Brasileiro, 1980.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Presentisme et expériences du temps*. Paris, Editions du Seuil, 2012

HEBÉTTE, Jean&Marin, Rosa A. *Colonização para Quem?*, Belém, UFPA/NAEA, 1979.

HOBBS, Thomas. O Leviatã, in *Os Pensadores*, SP, Editora Abril Cultural, 1983.

HOBBS, Thomas. O Leviatã, in *Os Pensadores*, SP, Editora Abril Cultural, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1984.

IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.

IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura (O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964-1978)*, RJ, Editora Civilização Brasileira, 1979.

JATENE, H. S. *Reabertura da fronteira sobre controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta*. Campinas, UNICAMP, 1983.

CASTRAVECHI, Luciene Aparecida & JOANONI NETO, Vitale. Da história da dominação sobre vidas prescindíveis: as muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XIX. In: HARRES, Marluza Marques & JOANONI NETO, Vitale (Orgs.). *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença*. Ocupação do norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

LAVERDI, Robson et al. *História oral, desigualdades e diferenças*. Santa Catarina: EdUFSC; Recife: EdUFPE, 2012.

LENHARO Alcir. *Sacralização da política*. SP/Campinas, Ed. Papyrus, 1986.

LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, Editora da Unicamp, 1985.

MACHADO, Lia Osório. “Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia.” Simpósio sobre Urbanização, Migração e Colonização na Amazônia, SBPC, Belém, 6-13 de julho, 1985.

- MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. RJ, Petrópolis, Editora Vozes, 1981
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, 1975.
- MARX, Karl. *El Capital (Crítica de la Economía Política)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1975.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- MUMFORD, Lewis. *Técnica y civilización*. Madrid, Alianza Editorial, 1971.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1997.
- OLIVEIRA, João Mariano de. *A Esperança vem na Frente: Contribuição ao Estudo da Pequena Produção em Mato Grosso, o Caso Sinop*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP (Geografia), 1983.
- PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.
- PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Questão Agrária*, SP, Editora Brasiliense, 2ª Edição, 1979.

PRETI, Oreste. *Expectativas educacionais numa área de fronteira agrícola (a escola vista pelos colonos de Alta Floresta)*, tese de mestrado, São Carlos-SP, Universidade Federal de São Carlos, 1981.

REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio DE Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. RJ, Editora da USP/Livraria José Olympio Editora, 1970, 4ª edição.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Antônio Cesar. “A evolução da concentração de terras em Mato Grosso”. In: *UNIVERSIDADE*, Revista da UFMT, Cuiabá, ano IV, n.3 set-dez/1984.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho*, SP, Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. “Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia”. In: *Boletim Carioca de Geografia*, ano XXXII, Rio de Janeiro, 1982, p. 51-77.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. Nobel, São Paulo, 1987.

SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SILVA, Sérgio. “Estudo sobre a estrutura de produção e a questão agrária”. Campinas, *Cadernos IFCH/UNICAMP*, nº II, 1984.

STEINBECK, John. *As vinhas da ira*. Tradução de Virgínia Motta, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, 7ª Edição, sem data.

SZMRECSANYI, Tamas. “O Desenvolvimento da Produção Agropecuária, 1930/1970”, Textos para Discussão, n° 9 , Vol. 1, IFCH/UNICAMP, 1981, mimeo.

SZMRECSANYI, T. & QUEDA, ° (org.) Vida Rural e Mudança Social, SP, Editora Nacional, 1976.

THOMPSON, E. P. Tradición Revuelta y Consciencia de Clase (Estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial). Barcelona, Editorial Critica, 1979.

TORRES, M. (Org.). 2005. *Amazônia Revelada – Os descaminhos ao longo da BR-163*. 1ª ed. Brasília, CNPq, p. 496.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. RJ, Editora José Olympio, 1943.

VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária. *Estudo do processo de penetração numa área da transamazônica*. Rio de Janeiro, 1972.

VELHO, O. G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato (Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento)*, SP, Difel, 1976.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a História*. Brasília, Ed.UNB, 1982.

WEBER, Max – “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. In: *Os Pensadores*. SP, Editora Abril Cultural, 1980.

VIRÍLIO, Paul & Lotringer, Sylvere. *Guerra Pura. (A militarização do cotidiano)*, SP, Editora Brasiliense, 1984.

### Fontes Oficiais

CODEMAT – (Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso) Documentação 1973.

INCRA. Sistemas e programas de colonização na Amazônia Brasileira. Brasília, 1974.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Vade-Mécum Agrário, 7 vols., Centro Gráfico do Senado Federal, Brasília, 1978.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Ministério da Agricultura. “Relação das Empresas de Colonização Particular e Empresas de Imigração”, Brasília, 1980.

INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso). Diretrizes e Bases para Ação Fundiária e Colonização no Estado de Mato Grosso. 1979-1984. Cuiabá CPA, s/d.

CODEMAT – Documentação 1973.

### Revistas e jornais

Amazônia – Boletim Informativo da Associação dos Empresários da Amazônia. N. 58. Out/1983.

Carta da Amazônia, publicação trimestral, Ano VIII, no. 61 – Belém/PA. julho/setembro de 1979.

Correio Varzeagrandense. Ano I, no. 8, Várzea Grande – MT, 19/02 a 25/02/1984.

Folha de São Paulo. Edição de 9 de junho de 1977.

Folha de São Paulo. Edição de 10 de junho de 1977.

Folha de São Paulo. Edição de 11 de junho de 1977.

Folha de São Paulo. Edição de 12 de junho de 1977.

Isto É, Especial. P. 38-68, n. 226, de 22 de abril de 1981.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, edição de 29 de maio de 1977.

Jornal do Dia. Cuiabá. Edição de 29 de junho de 1985.

Jornal da Tarde. São Paulo. Edição de 4 de janeiro de 1977.

Jornal da Tarde. São Paulo. Edição de 4 de maio de 1981.

Jornal da Tarde. São Paulo. Edição de 8 de maio de 1981.

Jornal da Tarde. São Paulo. Edição de 9 de maio de 1981.

Jornal da Tarde. São Paulo. Edição de 11 de maio de 1981.

Revista Amazônia. N. 26. Abril de 1977.

Revista Mato Grosso S/A N. 1, Cuiabá. out – nov de 1983.

Revista Mato Grosso S/A Encarte Especial. (Ano I – n. 1, out-nov/1983).

### **Documentação da indeco (Integração, Desenvolvimento e Integração) – Escritórios da indeco – Cuiabá e Alta Floresta/MT**

1. Projeto de Colonização INDECO, 1975.

2. Relatório da Indeco, 1977.

3. Relatório da Indeco, Diário Oficial – MT, 27 de abril de 1977.

4. Boletim Informativo Indeco, 4º Encontro do Centro-Oeste, Cuiabá – MT, nov/1983.

5. Suplemento Apiacás, 4º Encontro do Centro-Oeste, Cuiabá – MT, nov/1983.

6. Guia Serv, Edição Centro-Oeste, 1984.

7. Resumo Geográfico e Histórico de Alta Floresta – 1976/1982, Secretaria Municipal de Educação Municipal de Educação e Cultura de Alta Floresta, MT, 1982.

## Anexo

### Estrutura fundiária do projeto de colonização – Alta Floresta

#### Critérios para a organização e divisão das terras

Lote Tipo A	Exploração agrícola em regime de economia familiar – 100 ha.
Lote Tipo B	Exploração agrícola em regime empresarial (média e pequena empresa) – 300 ha.
Lote Tipo C	Exploração agroflorestal ou agropecuária de grande porte, com programação autônoma do projeto – 3000 e 6000 ha.

#### Discriminação dos lotes em hectares

Loteamento de Colonização	Área (ha)	Total (ha)
318 lotes de 100 ha	32.258,37	
206 lotes de 300 ha	62.681,32	
Reservas 01 e 02	269,55	95.209,24

<b>Área Urbana</b>		
Cidade de Alta Floresta	2.407,72	
Reserva	1.210,32	3.618,04
<b>Sistema Viário</b>		
Principal (32.692 Km)	163,46	
Secundário (185,362 Km)	370,72	537,18
<b>Lotes Agropecuários Autônomos</b>		
AF 1 a AF 18	112.435,03	
Sistema Viário	151,56	112.586,59
<b>Total Geral</b>		<b>211.966,05</b>

Conforme o mapa de loteamento da Indeco, que consta em seu Projeto de Colonização.

*Título* A lenda do ouro verde: política de colonização  
no Brasil contemporâneo  
*Autoria* Regina Beatriz Guimarães Neto

*Formato* E-book (PDF)  
*Tipografia* Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)  
*Desenvolvimento* Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife-PE  
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397  
editora@ufpe.br | www.editora.ufpe.br

ISBN 978-65-5962-041-8



9 786559 620418